

eling UPg

**Revista eletrónica de Linguística
dos estudantes da Universidade
do Porto**

*A students' e-journal of Linguistics from
University of Porto*

Revista de Linguística

Volume X | n.º 2 | Ano 2021

Diretores:

António Leal
Purificação Silvano

Editores:

Carlos Silva
Joana Ferreira
Mariana Ribeiro
Rute Rebouças
Violeta Amélia Magalhães

Secretariado Editorial:

Ana Cunha
Beatriz Martins
Edna Boliqueime
Eloísa Bastos
Joel Santiago
Mariana Silva
Miguel Correia
Raquel Araújo
Renata Rodrigues
Rita Sofia Novo
Rui Lopes
Sara Carvalho
Sofia Pinho Silva
Sofia Pinto

Comissão Científica:

Alexandra Pinto
Ana Maria Brito
Ângela Carvalho
Celda Morgado
Clara Amorim
Elena Zagar Galvão
Fátima Oliveira
Fátima Silva
Idalina Ferreira
Inês Oliveira
Isabel Margarida Duarte
Joana Guimarães
Joana Teixeira
João Veloso
Luís Filipe Cunha
Maria da Graça Pinto
Rogelio Ponce de León Romeo
Rui Sousa Silva
Sónia Valente Rodrigues
Thomas Husgen

FICHA TÉCNICA

eling^{UP}

Revista Eletrónica de Linguística dos estudantes da Universidade do Porto

Vol. 10 | n.º 2 | 2021

Periodicidade: bianual

Capa: Raquel Araújo

Os artigos publicados estão sujeitos a avaliação.

A Revista está registada na OJS.

<https://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP>

ISSN 1647-4058

DOI: <https://doi.org/10.21747/1647-4058/eling>

Esta revista conta com o apoio do Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP) e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) - UIDB/00022/2020.

ÍNDICE

Nota dos Editores	5
Entrevista à Professora Doutora Fátima Oliveira	7
Artigos	
Os tempos verbais e as relações temporais em notícias Beatriz Santos e Catarina Silva	36
<i>Ser e Estar</i> e diferentes tipos de estados Rita Ribeiro	47
As construções passivas impessoais: uma análise comparativa entre o português europeu e o francês Mariana Silva	60
Um breve olhar sobre a gramaticalização dos marcadores discursivos <i>depois</i> e <i>agora</i> Eloísa Bastos	68
Reflexões sobre regências dos verbos <i>ligar</i> e <i>telefonar</i> em português europeu e <i>llamar</i> e <i>telefonar</i> em espanhol peninsular Marcela Faria	89

Nota dos Editores

A equipa editorial da *elingUP* – Revista Eletrónica dos Estudantes de Linguística da Universidade do Porto – anuncia, com grande entusiasmo e regozijo, a publicação do segundo número do ano de 2021, correspondente ao décimo volume desta revista de investigação em Linguística levada a cabo por estudantes.

Como ponto de partida desta edição da revista, está a entrevista realizada à Professora Doutora Fátima Oliveira, que se jubilou no ano de 2021. Celebramos esse momento, homenageando todo o trabalho da Senhora Professora Fátima Oliveira, que teve a gentileza de partilhar com a equipa da Revista *elingUP* os momentos mais importantes da sua investigação e vida académica. Esta entrevista encerra um conjunto de homenagens que a revista prestou a Professoras Catedráticas da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que muitos contributos importantes trouxeram às áreas da Linguística e da Língua Portuguesa nesta instituição.

As principais áreas de estudo e de relevo em destaque neste número são a Semântica, a interface Sintaxe-Semântica, a Sintaxe e a Pragmática Histórica.

Em primeiro lugar, apresentamos o artigo "Os Tempos Verbais e as Relações Temporais em Notícias", de Beatriz Santos e Catarina Silva, no qual são feitas observações relativas aos tempos verbais que se podem encontrar em notícias e as relações temporais que esses mesmos tempos estabelecem entre si.

De seguida, o artigo “*Ser e Estar* e diferentes tipos de estados”, de Rita Nunes Ribeiro, tem como principal objetivo identificar as construções preferenciais com os dois referidos verbos e a natureza dos adjetivos que a cada um deles surgem geralmente associados.

Em terceiro lugar, temos o artigo de Mariana Sofia Silva, intitulado “As construções passivas impessoais: uma análise contrastiva entre o Português Europeu e o Francês”, no qual se procura perceber a estrutura peculiar e independente das frases passivas impessoais e a função sintática desempenhada pelo sintagma nominal que surge neste tipo de frases em Português Europeu e em Francês.

Segue-se o artigo “Um breve olhar sobre a gramaticalização dos marcadores discursivos *depois* e *agora*”, de Eloísa Bastos, que tem como foco principal a identificação e a descrição das diferentes fases de gramaticalização dos marcadores discursivos *depois* e *agora*.

Por último, Marcela Faria apresenta-nos algumas considerações sobre os verbos *ligar/telefonar* em Português Europeu e *llamar/telefonar* em Espanhol Peninsular e a possibilidade de variação semântica desses verbos dependendo da preposição com que estes se combinam, no artigo intitulado "Reflexões sobre regências dos verbos *ligar* e *telefonar* em Português Europeu e *llamar* e *telefonar* em Espanhol Peninsular”.

A Revista *eling^{UP}* espera que este número constitua um contributo de úteis reflexões relativas aos temas aqui tratados e não só. Esperamos, uma vez mais, que o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos últimos anos por estudantes e por professores em contínua parceria sirva como uma fonte de inspiração e de motivação para aqueles que veem na investigação em Linguística um território por explorar, mas também para aqueles que, de alguma forma, muito têm contribuído para que o caminho (até aqui percorrido) se torne cada vez mais bonito, satisfatório e entusiasmante de percorrer.

A investigação, tal como a(s) língua(s) e, conseqüentemente, a própria Linguística, é um sistema vivo e o nosso objetivo é não deixá-la morrer, antes contribuindo para que viva uma vida longa, celebrando sempre os seus passos neste mundo maravilhoso que é o estudo da(s) língua(s).

Mariana Ribeiro

Entrevista à Professora Doutora Fátima Oliveira



A Professora Fátima Oliveira é semanticista e Professora Catedrática Jubilada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Licenciada em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mudou-se para a Universidade do Porto em 1976, onde trabalha desde então.

Em 1988, conclui a sua tese de doutoramento, intitulada *Para uma semântica e pragmática de dever e poder*, orientada pelos Professores Herman Parret e Óscar Lopes.

Ao longo da sua carreira, a Professora Fátima Oliveira tem-se dedicado ao estudo da Semântica da Língua Portuguesa, focando a sua atenção em temas como o Tempo e o Aspeto, a Quantificação e a Modalidade em Português Europeu. Enquadrada na Semântica Formal, desenvolveu também estudos sobre temas na interface Sintaxe-Semântica, assim como na relação entre Semântica e Pragmática e, pontualmente, Semântica e Fonologia, considerando, nalguns casos, diferentes variedades do Português. Além disso, a Professora interessa-se também pela aplicação da Semântica no âmbito da Inteligência Artificial e no estudo/ensino do Português como Língua Não Materna.

A Professora Fátima Oliveira lecionou várias disciplinas e seminários na área da Linguística e proferiu diversas palestras em congressos em Portugal e no estrangeiro. É autora de vários artigos e outros trabalhos, nomeadamente alguns capítulos da *Gramática da Língua*

Portuguesa, da editora Caminho, bem como da *Gramática do Português*, editada pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Por ocasião da sua jubilação, a revista *elingUP* entrevistou a Professora Fátima Oliveira, de forma a celebrar esse momento, bem como a homenagear todo o trabalho da Professora, debruçado sobre a Linguística e a Língua Portuguesa durante longas décadas.

Contrariamente ao que aconteceu nas últimas entrevistas da revista *elingUP*, uma melhoria na situação de emergência sanitária atual e uma diminuição das restrições relativas ao contacto social permitiram a realização de uma entrevista presencial à Professora Fátima Oliveira. Assim, o guião para a entrevista foi preparado pelos estudantes Ana Cunha, Beatriz Martins, Joel Santiago, Mariana Silva, Renata Rodrigues, Rui Lopes e Violeta Magalhães e a entrevista foi conduzida presencialmente no dia 21 de setembro de 2021 pelos estudantes Ana Cunha, Mariana Silva, Rui Lopes e Violeta Magalhães na sala de leitura do Centro de Linguística da Universidade do Porto.

Nesta entrevista, iremos percorrer vários tópicos e momentos da carreira da Professora Fátima Oliveira, focando diversos temas por si estudados ao longo dos anos, numa conversa que se revelou muito prazerosa para os estudantes presentes e que, esperamos, possa constituir uma deleitosa experiência para os restantes leitores.

Gostaríamos de começar pelo início da sua carreira no ensino universitário. Quais foram as razões da escolha pela Linguística? Enquanto estudantes, é frequente enfrentarmos algumas indecisões na hora de escolhermos qual a área que decidimos aprofundar, nomeadamente no final da licenciatura. A Senhora Professora soube sempre ser a Semântica a área que queria trabalhar ou passou por um período de indecisão?

Muito obrigada pela pergunta. Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar todos vocês e agradecer estarem aqui e o trabalho que fizeram para juntar todas estas perguntas que eu acho que são, em geral, muito interessantes e estimulantes. Em relação à pergunta que me faz, eu fiz a licenciatura em Lisboa, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Uma licenciatura, naquele tempo, de cinco anos. Ao fim de três anos, tínhamos o bacharelato, mas a licenciatura só se obtinha ao fim de cinco anos. O curso chamava-se Filologia Românica e, na verdade, quando fui para a faculdade, não sabia o que era Linguística. Acontece que, no

segundo ano do curso, tive uma professora, a Professora Maria Helena Mateus, que, como vocês sabem, é fundamentalmente da área da Fonologia, mas que, nessa altura, nos dava Linguística Portuguesa I. Nessa cadeira, a Professora Maria Helena Mateus começou com determinado programa e depois, a certa altura, perguntou-nos se nós estávamos interessados em ter um outro programa com questões novas, relacionadas com a Linguística Distribucional e Generativa, que ela trouxe para Portugal e, sobretudo, para a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A Professora dividiu o programa entre os que queriam o programa tradicional e outros que queriam o programa novo. Eu alinhei por este último e realmente, para mim, foi um mundo novo. Portanto, devo-lhe a ela ter escolhido Linguística, uma escolha que ficou para sempre, porque realmente me entusiasmou e me abriu horizontes a coisas muito diferentes e novas. Quanto a eu achar que queria fazer Semântica, quando era estudante de licenciatura não havia Semântica na universidade. Eu nunca tive aulas de Semântica como vocês agora têm e, portanto, o que me faz escolher Semântica é a vinda para o Porto. O que eu tive na licenciatura, o que fiz e o que mais me entusiasmou, na altura, foi Sintaxe. No entanto, no último ano da licenciatura, tínhamos uma cadeira que era um tipo de seminário e que podia ser feita em Linguística ou em Estudos Literários. Cada um escolhia o que queria fazer, havia várias possibilidades, e eu escolhi Linguística. Estranhamente, fiz um trabalho, que não podia imaginar que iria ser tão importante para a minha carreira futura, que foi sobre Aspeto (risos). O Aspeto era um assunto completamente novo e diferente na altura, ninguém falava daquilo. Contudo, quando venho para o Porto, atravessava-se uma fase de questionamento da Gramática Generativa e, durante um tempo, fiz Análise do Discurso com teorias francesas da altura. Depois, é em conversas com o Professor Óscar Lopes, que aliás eu tinha conhecido pessoalmente em 1973, que a Semântica se vai impondo como a minha área de eleição, porque permite colocar certas questões muito interessantes. Já agora, eu conheci o Professor Óscar Lopes em 1973, ano em que estava a terminar a licenciatura e, juntamente com alguns colegas da Linguística (Ana Maria Brito, Inês Duarte, Isabel Faria, Gabriela Matos e Eduardo Paiva Raposo), fiz uma viagem de fim de curso que envolvia um grande congresso em Cambridge, organizado por Edward Keenan, um grande semanticista americano. O professor Óscar Lopes, que nem sempre, por razões políticas, podia sair do país, naquela altura ia também a esse congresso. Portanto, eu literalmente conheci-o no aeroporto, no avião. O congresso foi muito interessante porque nós estávamos a acabar a licenciatura,

com poucas cadeiras de Linguística, sem nunca ter ouvido falar de Semântica. Nesse congresso, estavam figuras muito relevantes na área, como, entre muitos outros, J. Lyons, D. Lewis, B. H. Partee e H. Kamp. Assistíamos às comunicações e depois, quando saíamos, ou nos intervalos, o Professor Óscar Lopes explicava-nos tudo o que tinha sido dito, colocava dúvidas, questões e problemas. Eu ainda tenho bem presente, porque a Universidade de Cambridge não ficava no centro, aqueles caminhos que nós percorríamos a pé, em que ele vinha conversando, explicando e, como isso acontecia ao fim do dia, havia aquela luz dourada que tornava aqueles momentos quase mágicos. Esses momentos, de alguma maneira, sem eu perceber, foram estimulando o meu interesse pelos problemas de Semântica. Além disso, o Professor Óscar Lopes foi extremamente determinante para a minha geração porque era uma pessoa que, não tendo feito uma carreira universitária, pelos menos até ter entrado na universidade depois do 25 de Abril, porque antes não entrava por razões políticas, apresentava-se para nós como aquele que estudava formalmente as línguas. Lembro-me que o Eduardo Paiva Raposo, no primeiro livro que escreveu de introdução a questões de Sintaxe, agradeceu ao professor Óscar Lopes, não porque ele fizesse Sintaxe, mas por causa dessa importância que ele dava à formalização e, de facto, ele foi pioneiro em muitas coisas. Portanto, a minha escolha da Semântica é já no Porto, porque antes pouco sabia que havia Semântica.

Ao longo da carreira da Professora, foram inúmeras as contribuições que fez para a área dos estudos semânticos do Português. Qual seria a contribuição de que mais se orgulha?

Obrigada pela pergunta, mas não é fácil responder, não porque haja muitas coisas de que me orgulho, mas porque em Ciência a gente não se pode orgulhar de nada do que faz. Fazemos pequenas contribuições e, se conseguirmos fazer com que essas pequenas contribuições venham a ser importantes, isso quer dizer que estamos num bom caminho. Tudo o que for pequeno contributo é importante. Os grandes contributos são para alguns e também não surgem, em geral, sozinhos, fazem parte de equipas. No fundo, na investigação, o que acontece é que, de vez em quando, com o contributo do trabalho de vários, chega o momento em que é possível fazer uma proposta inovadora, mas isso é sempre o resultado de muitas investigações, conduzidas por muita gente. Portanto, eu não posso dizer que me orgulho realmente. Fiz algumas pequenas contribuições que talvez continuem vivas, até porque a

investigação é assim, nem tudo o que se sabe agora vai ser importante no futuro. Agora, posso dizer é que, não tanto como contribuição, mas acho que trouxe para o Porto, ou para aqui, para a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o estudo semântico do Tempo e do Aspeto, que não se fazia inicialmente. Foi possível constituir um grupo de trabalho que até hoje continua entusiasmado por essas questões. E eu também continuo muito entusiasmada, como veem, desde 1973! (risos) Portanto, estudei algumas coisas, trago umas pequeninas contribuições...

O estudo do Tempo, do Aspeto e da Modalidade e das questões de Quantificação em Português Europeu têm ocupado um papel central na investigação da Senhora Professora. Curiosamente, esses são temas transversais aos estudos sobre várias línguas, muitas vezes com descrições e características muito distintas. Nesse sentido, serão esses os grandes temas da Semântica?

Tudo está aí nesse artigozinho, *os* grandes temas (risos). São grandes temas da Semântica, incontornáveis. A Quantificação e a Modalidade são estudadas pelo menos desde Aristóteles, quando nem havia Semântica. Aliás, a Semântica é uma área que se desenvolve no século XX. Contudo, o problema da Quantificação, dos quantificadores universal e existencial, a articulação desses quantificadores com a negação – o que mais tarde vem a ser estipulado como o quadrado de Aristóteles – isso vem tudo de Aristóteles. Quanto à Modalidade, acontece a mesma coisa. Aristóteles elabora uma grande discussão sobre o possível e o necessário e também tem algumas coisas, não tanto sobre Tempo, mas sobre Aspeto. Por exemplo, tem a noção do que é dinâmico e não dinâmico e fala um pouco disso. Portanto, essas são questões que começam a ser abordadas há bem mais de 2000 anos. Depois, quero também dizer que, para além destes, há outros grandes temas da Semântica, mas para já vou explicar porque é que estes são grandes temas. A Quantificação é, se calhar, o tema de eleição da Semântica Formal, que se constitui mais ou menos ao mesmo tempo que a Gramática Generativa – final dos anos 50, princípio dos anos 60 –, exatamente por permitir aplicar esse estudo formal nas línguas. A Semântica Formal constitui-se na base de estudos de muitos filósofos e lógicos que se preocupam com problemas como a significação das expressões e das descrições definidas, as questões da referência, entre outros. Contudo, é só no final do século XIX, com Gottlob Frege, que esses problemas são formalizados. Frege inventa a lógica

de predicados e com isso é possível estudar uma coisa que até essa altura não era possível: o encaixe de quantificadores em frases que tenham mais do que um quantificador. Gottlob Frege foi importantíssimo para a Semântica Formal e para os problemas da Quantificação. É também ele que fala, não lhe chamando assim, do Princípio da Composicionalidade – esse princípio de que hoje algumas pessoas falam vagamente, mas que é uma coisa séria, havendo inclusive vários tipos de composicionalidade – que de tal maneira foi importante que, às vezes, em certa literatura, lhe chamam “O Princípio de Frege”. Tudo isso permitiu estudar quantificadores que hoje nós podemos, com uma certa margem de certeza, dizer que são universais ou existenciais. Porém, as línguas têm outros quantificadores, que, sobretudo, não são universais, o que significa que, a partir de certa altura, houve muitos [mais] estudos sobre a quantificação e os quantificadores continuam ainda hoje em dia a ser estudados. É um tema realmente muitíssimo importante na Semântica porque, se pensarmos bem, tem a ver com algo que é muito importante e que as línguas, ainda que com muita variabilidade entre si, têm: a forma de contagem. Contar ou não contar, embora a distinção contável e não contável não seja universal nas línguas. Para contar, podemos ter muitas palavras diversas, desde os numerais, que todas as línguas parece que têm, até outras formas com mais ou menos restrições. O PE e o PB, por exemplo, são duas variedades do português que apresentam algumas diferenças na quantificação e isso é extremamente estimulante. Neste momento, quando eu estou aqui a falar de quantificação, e durante muito tempo no passado, a quantificação está a ser abordada no sentido de quantificação nominal. Nesse enquadramento, foram desenvolvidos vários modelos e teorias de quantificadores generalizados, como a proposta de Richard Montague, que é outro fundador da Semântica Formal. No entanto, a quantificação pode ser também adjetival ou mesmo verbal e isso agora está a estender, está a alargar o âmbito do estudo da Quantificação.

A Modalidade, como eu já disse, é também uma questão que vem desde Aristóteles, nomeadamente com o estudo do possível e do necessário, que dá origem a muitos estudos em diferentes escolas filosóficas ao longo do tempo. Porém, é também só no século XX que surgem as primeiras lógicas modais. No princípio do século XX, C. I. Lewis desenvolve cinco modelos de lógica modal, ainda que esses modelos sejam ainda uma lógica não interpretada. É em meados do século XX que Jaakko Hintikka e Saul Kripke desenvolvem a semântica dessas lógicas modais – autores que eu tive de ler e estudar muito, dado que fiz uma tese de

doutoramento sobre verbos modais. Depois, em meados do século XX, há um outro nome muito importante, que é Georg Henrik von Wright, que era originalmente jurista, que desenvolve um sistema formal para a lógica deôntica, que também tive de estudar no âmbito do doutoramento.

O estudo do Aspetto não é tão antigo, embora eu tenha dito que Aristóteles menciona um pouco a diferença entre o que é dinâmico e não dinâmico. Contudo, é já no século XIX, quando se abre o caminho para o estudo, em especial comparado, de muitas línguas do mundo, que esse tema começa verdadeiramente a ter importância no estudo linguístico. É a descoberta das línguas eslavas que chama a atenção para a questão do Aspetto, porque essas línguas marcam formalmente o Aspetto. No entanto, só no século XX se iniciam verdadeiramente os primeiros estudos sobre o Aspetto em línguas que não o marcam formalmente porque, quanto às línguas que o marcam formalmente, até as gramáticas tradicionais dão conta disso através dos famosos verbos perfetivos e imperfetivos, que são assim um *melting pot*, são muitas coisas variadas, até porque o Aspetto também é diferente de língua para língua. O Tempo foi sempre um tema importante do ponto de vista linguístico, sobretudo se olharmos para línguas que o marcam formalmente. Estou a dizer isto porque há línguas que não marcam o Tempo como, por exemplo, o Mandarim e o Cantonês. Nessas línguas, os verbos não têm marcação temporal e a única coisa que pode marcar Tempo formalmente são advérbios de tempo. No entanto, como acontece com as línguas eslavas, essas línguas marcam muito fortemente o Aspetto e há alguns tipos de aspeto que podem dar uma indicação de Tempo. O Tempo torna-se também muito importante para os linguistas a partir do momento em que se descobre o trabalho de Hans Reichenbach de 1947. Trata-se de um livro enorme, chamado *Elements of Symbolic Logic*, e ali, em 10 ou 12 páginas, o autor arruma a questão do Tempo de tal maneira que nunca mais ninguém pôde falar de Tempo em Linguística sem o mencionar. Esse é que é um caso para se orgulhar (risos), mas, se calhar, para ele isso também era uma reflexão entre outras. Aliás, eu lembro-me do Zeno Vendler, que é também incontornável, ter sido entrevistado pelo Henk J. Verkuyl e dizer mais ou menos assim: eu nunca pensei que aquele artigo que eu escrevi (*Verbs and Times*) viesse a ser tão importante (risos). Quer dizer, ele nem dizia “tão importante”, dizia “tão mencionado por toda a gente”!

Tempo, Aspeto, Modalidade, Quantificação, mas eu prometi também que ia falar de outros temas que eu acho que são muito importantes para a Semântica. Um deles é a Negação, em que eu verdadeiramente nunca toquei senão quando estudei Modalidade, mas que acho que é um tema muito importante e muito complexo. A Negação envolve, basicamente, desde morfemas a palavras, frases, e mesmo a posição na frase e, portanto, é extremamente complicada. Há um livro muito importante, de 1989, escrito por Laurence R. Horn que se chama *The Natural History of Negation*. É antigo, agora há trabalhos mais recentes, mas ainda muito relevante. Depois, há muitos outros temas que entram aqui. Por exemplo, quando nós falamos de implicação estrita (ou lógica) em Semântica – ou *entailment* –, isso está profundamente ligado a muitas coisas que fazem parte do nosso conhecimento e que nós podemos estruturar de forma diferente. Por exemplo, se eu disser uma frase tão simples como “O João comprou um livro” – e estou a dizer “um livro” para não criar já complicações com “o livro”, porque dizer “um livro” ou dizer “o livro” são coisas diferentes – há aqui uma série de *entailments* porque, ao enunciar a frase, eu estou simultaneamente a dizer o seguinte: alguém comprou um livro, o João fez alguma coisa com um livro, o João comprou alguma coisa, etc. Tudo isto são implicações lógicas e em função de todas elas eu posso fazer uma estruturação da informação diferente. Por exemplo, quando se está a falar com alguém, se se disser “O João comprou um livro” está a dar-se tudo isto como informação nova. Mas se dissermos, com proeminência prosódica, “O João comprou UM LIVRO” estamos a dizer que achamos que o interlocutor sabe tudo menos o que o João comprou e é isso que é informação nova. Também podemos usar uma estrutura sintática clivada: “Foi um livro que o João comprou”. No fundo, as implicações lógicas estão lá todas na base daquela frase tão simples. A gente diz sempre muito mais do que parece que está a dizer.

Alguns destes tópicos de que nos falou agora, nomeadamente o Tempo, são também objeto de análise de outras disciplinas da Linguística, como a Sintaxe. Considera que estes estudos devem ou têm de ser independentes ou que há vantagens em abordagens interdisciplinares?

Para responder rapidamente, eu acho que não devem ser independentes, mas agora tenho de explicar porquê. Em primeiro lugar, do ponto de vista semântico, o Tempo não é, em geral, uma questão de Semântica Lexical. Trata-se, normalmente, de algo que é marcado na frase. Portanto, ao dizer que é marcado na frase isso já significa que, com certeza, a Sintaxe é

importante. Contudo, levou algum tempo à Sintaxe para incorporar questões como Tempo e Aspeto nas suas estruturas sintáticas e, mesmo assim, é sempre a visão sintática do Tempo e do Aspeto. No entanto, já trabalhei em projetos e escrevi artigos com pessoas de Sintaxe e isso revela que, seja o Tempo ou outros assuntos relacionados, há muitas questões linguísticas que podem ser tratadas em conjunto e beneficiam desse tratamento. O que é verdadeiramente importante é tentar perceber se há homomorfismo entre a Sintaxe e a Semântica no tratamento de determinado tema. Às vezes há e, quando isso acontece, é uma felicidade. Eu já trabalhei alguns assuntos em que é possível ver que a Sintaxe e a Semântica encaixam perfeitamente, embora trazendo contributos de um lado e do outro. Lembro-me de um trabalho que eu e o Luís Filipe Cunha fizemos com a Anabela Gonçalves sobre os verbos de operação aspetual. No fundo, conseguimos que as duas descrições, a parte semântica e a parte sintática, encaixassem, pelo menos naqueles verbos de operação aspetual que nós estudámos. O grupo de Semântica também trabalhou com colegas de Sintaxe num projeto dirigido por Inês Duarte sobre predicados complexos e a articulação das duas áreas trouxe uma visão mais aprofundada, pelo menos dos predicados que estudámos.

Outro projeto em que trabalhei envolvia Sintaxe, Semântica e Fonética no estudo de um *corpus* oral. A diretora do projeto até era de Fonética. Voltando à questão, acho que sim, para o Tempo, a abordagem interdisciplinar tem vantagens, sobretudo para o estudo de frases complexas ou fragmentos textuais. Por outro lado, eu diria que também é possível e necessária a colaboração com a Pragmática, entre outras áreas. No entanto, como a pergunta é sobre a Sintaxe, gostaria de dizer o seguinte: quando o trabalho decorre nessa interface Semântica-Sintaxe, trabalho sempre com pessoas da área. Nunca faço eu a Sintaxe. Hoje em dia, há semanticistas que têm um percurso ou estudam também um pouco de Sintaxe. No entanto, em questões em que eu preciso, ou a Sintaxe precisa da Semântica, temos pessoas das duas áreas a trabalhar em conjunto. Já saber Semântica ou saber Sintaxe é tão complicado, e nós temos de ser rigorosos, precisos e não falar do que não sabemos. Em investigação, o “pouco mais ou menos” não chega. O “pouco mais ou menos” serve para as nossas conversas de quotidiano. É uma coisa absolutamente extraordinária, porque cada vez que nós falamos há sempre muita imprecisão. Há sempre imprecisão, vaguidade, ambiguidade. Bem, é uma coisa impressionante, porque, quando se diz – e isto é um assunto que está agora a aflorar nos estudos semânticos – “O gato está no telhado”, que é uma versão da frase clássica “The cat is

on the mat”, ficamos todos contentes e achamos que estamos a perceber o que é o significado de “o gato estar no telhado”. Porém, o gato deve ser um gato conhecido, o telhado deve ser o telhado da casa da pessoa que falou. Contudo, o gato pode ser de muitos tipos, o telhado pode ser de muitos tipos. Que casa é aquela? Onde é que está? Todas estas coisas não estão na frase. Portanto, de uma certa maneira, nós ficamos satisfeitos, mas estamos a dizer muito pouco. A informação é pouca, embora naquele momento possa servir se a situação e o contexto o deixarem, senão a gente tem de passar a fazer perguntas: “Mas que gato?”, “Mas de que cor é o gato?”, “Mas que casa?”, “Mas que telhado?”. Estão a ver a quantidade de perguntas que se pode fazer?

O trabalho da Senhora Professora é desenvolvido no âmbito da Semântica Formal. De que forma é que esta perspetiva se pode coadunar com outras abordagens, como a da Semântica Cognitiva?

Quando há Semântica, o objetivo é sempre o mesmo: tentar perceber o que é o significado. Agora, o que acontece é que os pontos de partida, as metodologias, as técnicas, a própria conceção do que nos pode levar a uma eventual resposta do que é o significado podem ser muito diferentes. Na verdade, Semântica Cognitiva não é um termo muito adequado, porque isso quereria dizer que, se calhar, havia Morfologia Cognitiva, Sintaxe Cognitiva, etc., e não há. Além disso, Semântica Cognitiva é um termo que cobre muita coisa. Há alguns princípios muito diferentes naquilo que estamos a pôr debaixo de uma “etiqueta” – ela em si também variável, dependendo das diferentes teorias. Por exemplo, para a Linguística Cognitiva, embora esta também contemple várias teorias, a conceção é de que a Gramática não é modular, não existe Fonologia, Morfologia, Sintaxe, Semântica, Pragmática, ou seja, tudo está interrelacionado. A linguagem não é um módulo especial, como devem ter ouvido falar a propósito da Gramática Generativa, e não há um pressuposto de universalidade, o que constitui um dos princípios da Gramática Generativa. Portanto, são conceções muito diferentes. Como não há um reconhecimento de módulos diferentes, tudo entra, de uma certa maneira, ao mesmo tempo, no processamento linguístico e, tanto quanto eu conheço, a Semântica é muito lexical, muito baseada no estudo do significado das palavras ou dos morfemas.

A Semântica Formal, no fundo, usa condições de verdade, a referência tem um papel muito importante, ou seja, aquilo acerca de que se fala, de uma certa maneira, o extralinguístico; mas o extralinguístico não está sozinho, porque Frege também falou da diferença entre referência e sentido, portanto, há conceitos. Agora, como dizia Max Cresswell, um grande lógico e filósofo, existe também “The most certain principle”, ou seja, podemos não saber o que é o significado, mas, perante uma determinada situação, tendo duas frases e sendo uma delas verdadeira e a outra falsa, sabemos que não têm o mesmo significado. A ideia é que tem de haver princípios básicos e um deles são as condições de verdade. É preciso ter em conta que não se trata de o falante falar a verdade porque a oposição não é com “mentira”. Quando se fala do conceito de verdade, trata-se de saber quais as condições para que aquilo de que se fala, aquela frase ou, melhor dizendo, aquela proposição que eu acabo de dizer seja verdadeira ou, caso contrário, falsa. Portanto, são princípios muito diferentes os que regem a Semântica Formal e a Semântica Cognitiva e, por isso, aceita-se a ideia de níveis diferentes de análise.

Nas primeiras décadas do século XX, havia uma grande discussão tanto na Europa como nos Estados Unidos sobre se seria possível haver lógicas para as línguas naturais. O Círculo de Viena, nos anos 30, dizia que isso era impossível, porque as línguas são muito confusas. Além disso, havia também muitos lógicos nos Estados Unidos que achavam que as línguas eram demasiado confusas para ter alguma lógica. Richard Montague, que foi o segundo grande marco, paralelo a Noam Chomsky, se quisermos falar de Gramática Generativa, e não foi mais porque morreu muito novo, com 40/41 anos, lança uma pedra no charco com um artigo extremamente provocador, onde apresenta a formalização de um fragmento da língua inglesa, dizendo que uma língua natural pode ser formalizada. A partir daí, usando instrumentos lógicos que já existiam e congregando-os para fazer o tratamento de um fragmento da língua inglesa, ele mostra que é possível formalizar as línguas. Isto acontece em 1970 e Montague morre em 1971. É a partir dessa altura que mesmo lógicos que não estavam convencidos começam, devagar, a perceber que há muitas coisas que podem ser formalizadas nas línguas. Eu acho, mas isto agora é uma opinião, nunca vi nenhum semanticista dizer isto, que a formalização é absolutamente crucial em Semântica pelo seguinte motivo: se vocês pensarem na Fonologia, na Morfologia, na Sintaxe, tudo isso tem muito a ver com a forma da língua, mas a Semântica não necessariamente. A Semântica é a área que tem uma parte formal e uma parte que não é formal. Portanto, é como areia nas mãos: se a gente não aperta bem os dedos,

desaparece. E o que é apertar os dedos? É formalizar, encontrar maneiras, critérios, princípios, formalização, tanto quanto a necessária, para poder captar algumas generalizações. Porque se nós não fazemos generalizações, o que estamos a fazer em Linguística? Tem de haver sempre um elemento nuclear a partir do qual depois temos expansões. Mesmo na Linguística Cognitiva, onde se utilizam vários modelos, existe um, que é a Teoria dos Protótipos, proposto primeiramente por uma pessoa da área da Psicologia, Eleanor Rosch, que diz que há sempre um elemento que é básico, nuclear, prototípico, a partir do qual se desenvolvem as ramificações. Claro que aí entra também um aspeto, muito importante para a Linguística Cognitiva, que é o conhecimento enciclopédico. É curioso que, em 1930, Leonard Bloomfield dizia que se podia estudar a Fonologia, a Morfologia e a Sintaxe das línguas, mas não se podia estudar a Semântica exatamente porque estava relacionada com esse conhecimento enciclopédico. Por outro lado, a Semântica Cognitiva é muito mais recente do que a Semântica Formal. No entanto, há algumas coisas que se podem associar à Linguística Cognitiva que usamos nalguns trabalhos do nosso grupo de Semântica, nomeadamente nos estudos sobre preposições. São aspetos relacionados com as propostas de Leonard Talmy, particularmente os conceitos de *ground* e *figure*. Isto quer dizer que também se podem usar algumas propostas da Linguística Cognitiva, mesmo que não se trabalhe nessa área. Não estão impedidos os contributos de um lado e do outro, porque uma coisa é trabalhar num modelo, outra coisa é poder aproveitar algumas coisas que outros já propuseram e que podem ser úteis.

Para terminar este ponto, já em 1979, Barbara H. Partee, num livro que se chama *Semantics from Different Points of View*, tem um artigo intitulado *Semantics - Mathematics or Psychology?*, em que a autora discute tudo isto. Portanto, é uma questão que tem estado sempre subjacente. Aliás, o facto de haver, através da referência, esta relação tão importante com a realidade, com o ser verdade, etc., tem a ver, com certeza, com a cognição, porque as línguas não são diretamente a realidade, representam-na de uma certa maneira. Isto é, se a gente soubesse o que é a realidade...

Durante a sua carreira, dedicou-se também ao estudo de questões semânticas em vários géneros textuais, como artigos de opinião, crítica cinematográfica ou outros textos de

apreciação crítica. De que forma é que a Linguística de Texto e a Semântica se aproximam, e como surgiu o interesse para a incursão nesta diferente área da Linguística?

Para além disso, também estudei, juntamente com colegas do meu grupo, textos literários. Estou a lembrar-me do *Felizmente Há Luar* e de outro fragmento de um conto da Sophia de Mello Breyner.

Para responder à pergunta, eu não trabalho em Linguística de Texto. Por isso, quando faço uma incursão dessas, trabalho com alguém que trabalhe nessa área. No entanto, uma coisa é verdade: o texto é feito de palavras e não são palavras à solta, são palavras que se constroem em frases, e frases que se constroem em sequências de frases, que são fragmentos linguísticos. Portanto, se o tipo de Semântica em que eu trabalho é sobretudo sobre frases, e muitos dos problemas são mais interessantes e mais estimulantes quando temos frases complexas, é natural que haja uma extensão para fragmentos maiores porque, na verdade, às vezes, há certas questões que não surgem em frases simples. Pensemos no Tempo, de que há um bocadinho estávamos a falar. Em PE, há certos tempos verbais que ocorrem sem problemas em frases simples: o caso mais clássico é o Pretérito Perfeito Simples. Porém, há depois outros tempos que já não ocorrem tão facilmente nesse tipo de frases. Então, para nós compreendermos verdadeiramente a semântica desses outros tempos verbais, temos de passar para frases complexas. As frases complexas colocam outros problemas, de subordinação temporal, por exemplo, e, quando os fragmentos aumentam, os problemas são ainda mais estimulantes e interessantes. No fundo, há temas semânticos que são absolutamente cruciais para a coesão de um texto. Um deles é exatamente o Tempo, que não se pode separar do Aspeto. Outro é toda a parte nominal. Este tipo de trabalho em que a Semântica colabora localiza-se sobretudo, mas não só, na microestrutura, mas pode contribuir também para uma delimitação da macroestrutura. Em geral, penso que a Semântica pode contribuir para outras áreas e, em sentido contrário, também se enriquece. Se não conseguirmos estabelecer tal cooperação, seja com que área for, é porque não estamos, se calhar, num bom caminho ou não estão ainda reunidas as condições para que isso se faça, o que às vezes também acontece. Todos os que fizeram já Sintaxe ouviram dizer aquilo que Noam Chomsky sempre defendeu: a independência da Sintaxe. Ele lutou muito contra a Semântica, mas depois conheceu o trabalho de Jerrold Katz e Paul Postal, dois filósofos que propuseram algumas alterações que

vêm a ser contempladas no livro *Aspects of the Theory of Syntax*, de 1965. Chomsky dizia que a estrutura profunda era uma boa entrada para o estudo semântico e o que Katz e Postal propõem para o estudo de questões como a negação e a interrogação é que esses operadores já estejam na estrutura profunda. Isso vem realmente revolucionar as coisas e hoje em dia a representação contempla já muitos outros aspetos. O que quero dizer é que, às vezes, não estão ainda reunidas as condições, não há ainda conhecimento suficiente, por vezes há também dificuldade de comunicação de uma área com a outra. Em todo o caso, eu acho que é uma boa estratégia considerar diferentes módulos na Gramática em termos de conceptualização e porque nós não conseguimos estudar tudo ao mesmo tempo e, por isso, temos de ir por etapas. Por exemplo, à medida que se sabe mais de Semântica, e isso começou a acontecer a partir do final dos anos 70 e o princípio dos anos 80 do século passado, começou a perceber-se que a fronteira entre Semântica e Pragmática não era tão clara como parecia e que, para fazer um determinado tipo de Semântica, era necessário algum conhecimento, se bem que não necessariamente os modelos extremamente complexos, de Sintaxe. Tudo isto faz parte da evolução científica e tem realmente a ver com a etapa do desenvolvimento das áreas, com os conhecimentos que se tem e com a capacidade de pessoas de diferentes áreas dialogarem ou não.

Na extensa lista das suas publicações, encontram-se ainda trabalhos sobre o ensino de alguns tópicos da Semântica na aprendizagem do Português, quer como língua materna, quer como língua segunda. Poderia falar-nos um pouco sobre o lugar que a Semântica deve, na sua perspetiva, ocupar no ensino das línguas?

Com muito gosto. Eu acho que depende daquilo que se está a ensinar relativamente a uma língua. Quando se está a falar do ensino do Português, quer como língua materna, quer como língua não materna, não se está a falar de dar aulas de Semântica aos estudantes. Quem precisa de ter essa formação básica são os docentes para poderem explicar de uma maneira adequada várias coisas. Voltemos, por exemplo, ao Tempo. Se o docente não tiver uma informação sólida da semântica do Tempo, limita-se a dizer banalidades e, às vezes, coisas que não estão certas. Infelizmente, os programas de ensino do Português como língua materna têm sofrido várias alterações e a Semântica dificilmente entra ali. Porém, para ensinar os tempos verbais em Português é importante haver um conhecimento semântico sólido. Não se

trata de uma questão da forma, de saber qual é o morfema do tempo X, Y ou Z porque isso os alunos aprendem facilmente. O que interessa é conhecer a semântica desses tempos verbais. É por causa desse conhecimento, ou da sua ausência, que depois se aplicam mal os tempos verbais e não se consegue selecionar o que está certo. Um exemplo central disso em Português é o caso do Imperfeito. O Pretérito Imperfeito é fonte de muitas dificuldades para estudantes que têm como língua materna, por exemplo, o Mandarim ou o Cantonês, línguas que não têm tempo, como lhes disse há bocadinho. Além disso, de acordo com estudos que fizemos mais breves, até para estudantes que têm línguas maternas como o Espanhol ou o Francês – que têm o Imperfeito, mas que não tem sempre a mesma semântica que em Português – esse tempo verbal pode ser problemático. Aliás, por isso é que, quando se diz acerca de um determinado assunto estudado numa ou duas línguas românicas que aquilo é uma característica *das* línguas românicas, isso frequentemente não é verdade. Em suma, penso que, dependendo dos temas que estão a ser ensinados, a Semântica pode fazer falta. Há assuntos, tópicos que são absolutamente cruciais e que os docentes devem conhecer para que possam veicular a informação de maneira clara e adequada ao nível de ensino em causa.

Quais são as áreas ou tópicos que ainda não explorou e que gostaria de investigar ou que sente que podem ser de particular interesse para jovens investigadores que escolheram a Semântica como área de especialização?

Repito, a Negação. Não sei se tenho tempo para isso. A negação é uma coisa que exige um grande estudo. Às vezes digo que a investigação é como construir um edifício. Primeiro são as fundações, os alicerces. Depois, cresce rapidamente. Depois, os acabamentos também levam tempo. A Negação necessita, realmente, de uns alicerces muito sólidos para se poder compreender, por isso é que eu estou a dizer que não sei se tenho tempo. No entanto, os jovens podem perfeitamente fazê-lo, têm todo o tempo à sua frente. Há outro assunto que eu acho que também é muito interessante, no qual eu já toquei, mas gostaria de voltar a tocar, tem a ver com a estrutura informacional. Dizendo de maneira muito simples, as questões de tópico e foco. Isso pode ser estudado em várias perspetivas, a melhor maneira mesmo seria a colaboração com a área da Fonologia, por causa de questões de prosódia, e com a Sintaxe. Os *entailments*, de que há bocadinho eu falava, têm exatamente a ver com a estrutura informacional, com aquilo que nós escolhemos dizer. Esse assunto é um mundo. Há muitos

estudos, há até gente muito importante da área da Semântica que tem ou teve projetos nesta área e é um passo em relação a uma coisa que eu acho que é muito importante: o dinamismo da Semântica. Eu penso que essas são duas áreas que podem ser de grande interesse. Agora, há imensas coisas que parecem sempre pequeninas, mas que envolvem tanta coisa ao mesmo tempo. Pegando agora em classes de palavras, eu acho que os adjetivos são também um mundo. Há vários estudos sobre eles, mas continuam a ser um mundo a explorar. E eu vou dizer um segredo. Se tiver tempo, queria estudar aquilo que se chamam os adjetivos extremos (“excelente”, “magnífico”,...) porque são adjetivos qualificativos e esses adjetivos têm tipicamente grau (“muito interessante”, “muito alto”,...). No entanto, não se diz “muito excelente” nem “muito magnífico”. Não se pode usar, pelo menos, este quantificador de grau e isso é uma coisa que me interessa. Porque é que isso acontece? O que é que está por detrás disso? Será que estes casos põem em causa a própria questão do grau ou da escalaridade dos adjetivos? Não sei responder, mas um dia, se tiver tempo, acho que seria um tema muito interessante para explorar. Há outro domínio em que eu acho que basta escolher um ou dois casos que são as preposições. Acho que é um mundo que ainda está pouco trabalhado e que é sempre muito complexo. As línguas têm mais ou menos preposições e, por exemplo, em Português há algumas diferenças, relativamente a uma determinada preposição, entre as variedades da língua. Já para não comparar com outras línguas que não são o Português. Explorar as ideias que, como eu disse há bocadinho, se foram buscar à Linguística Cognitiva, de *ground* e *figure*, mas também a ideia de percurso ou *path*, ou seja, a diferença entre preposições que podem ser associadas a movimento ou serem estáticas. Veja-se: nós [os falantes de Português Europeu] vamos “à biblioteca” e os brasileiros vão “na biblioteca”. Penso que há também muito a fazer ainda em Português sobre classes semânticas dos verbos. Um outro domínio que é muito importante e que se está já a estudar é o implícito. O implícito não no sentido mais pragmático do termo, mas a possibilidade de, em sequências de frases, um argumento não estar explicitado e ser percebido e retomado. Como é que isso se constrói? Há muitos assuntos ainda a serem estudados em Semântica. Agora, por exemplo, se compararmos PE com PB, a questão do contável e não contável é absolutamente importante. O PB é uma língua que tem uma combinação de tudo. Há semanticistas brasileiros que defendem que os nomes que nós consideramos contáveis, na conceptualização do PB, não são contáveis, são massivos, e isso advém da possibilidade de ter nomes contáveis no singular

sem determinante em posição de sujeito, por exemplo. Há outro assunto que é muito interessante: a palavrinha maravilhosa “qualquer”. Há quem diga que é um quantificador universal, que é um quantificador existencial ou um quantificador de escolha livre. E, portanto, o que é que é?

Enquanto investigadora, a Professora teve oportunidade de participar em inúmeros congressos e projetos nacionais e internacionais com diversos colegas. Houve algum congresso/conferência e/ou investigador que tenha tido um impacto forte no seu trabalho?

Houve, houve. Se associarmos tudo isto, eu diria que uma das coisas mais importantes foram os diferentes cursos que eu fiz no estrangeiro. O primeiro foi um curso de três – em janeiro passado fez 45 anos que eu estou aqui na Faculdade – e fiz em 1977 um curso de verão com grandes nomes da Linguística, da Semântica e da Lógica. O curso foi organizado pelo Antonio Zampolli e o título era algo como “Linguística matemática e computacional”. Fiz vários cursos (de Lógica Intensional, Linguística Computacional, entre outros) que foram muito importantes para mim. Um deles com Yorick Wilks, que na altura era um investigador muito reconhecido e foi aí que, pela primeira vez, percebi que se podia fazer aquilo que agora se chama processamento natural da linguagem, portanto, proceder ao estudo computacional das línguas. Tive aulas com Michael Halliday, com Lauri Karttunen, que foi quem introduziu pela primeira vez o conceito de referentes discursivos num artigo dos anos 60 e que dava aulas às 8 horas da manhã de Lógica Intensional. E, já agora, a ideia de universo do discurso, que toda a gente agora usa, foi também mencionada pela primeira vez por um matemático chamado George Boole em meados do século XIX. Podem encontrar isso num livro que se chama *The Laws of Thought*. O George Boole, que é o mesmo da Álgebra de Boole, que também é muito utilizada para estudos semânticos, nomeadamente na Teoria dos Reticulados. Voltando à pergunta, o curso que realizei em 1977 foi muito importante para mim. Depois, participei também durante alguns anos nuns cursos de verão anuais feitos na Europa, em diferentes universidades, com o título geral de *Logic, Language and Information*. Ainda se fazem, só que eu agora já não tenho muita paciência para ir. Quer dizer, se para o ano tiver menos trabalho... Aí tive aulas com os maiores craques do mundo. Conheci a maior parte dos capítulos que originaram mais tarde o livro *From Discourse to Logic*, publicado em 1993 por Hans Kamp e Uwe Reyle, porque tive aulas com Kamp nesses cursos. Aquilo era a nata da

Semântica. Havia também alguns aspetos mais computacionais e fiz também várias cadeiras de Lógica que eram realmente assombrosas. Assisti às aulas de Patrick Blackburn, que era absolutamente fabuloso. Tinha uma capacidade de transmitir, de refletir sobre tudo aquilo... Era um deleite, ele tinha sempre os anfiteatros cheios de pessoas, mesmo quem já conhecia os assuntos de que falava. Eu até cheguei a assistir a um curso dele de Introdução à Lógica só pelo prazer de assistir àquelas aulas e de ver maneiras diferentes de falar de um determinado assunto. Era realmente espetacular. Aí conheci também o Gennaro Chierchia, o David Dowty! Depois fiz também um curso de três semanas no princípio dos anos 80 em Salzburg, muito virado para Sintaxe. Aí tive a oportunidade de fazer vários cursos de Sintaxe com o Luigi Rizzi e com o Joseph Aoun e fiz dois cursos de Lógica com o Robert Wall, que era coautor, com a Barbara H. Partee, de um livro clássico que se chama *Mathematical Methods in Linguistics*. Esses cursos foram todos muito importantes porque me formaram e me deram a possibilidade de eu poder ler e compreender textos, às vezes muito formais, da Semântica.

E foram todos cursos de verão?

Sim, sim. Só que eram cursos longos, duravam entre três semanas e um mês. Aquilo era intensivo. Aliás, o Robert Wall disse que dava naquelas três semanas o que dava num semestre lá nos Estados Unidos, porque nós tínhamos aulas todos os dias. Depois houve também vários congressos importantes, mas vou contar o primeiro em que eu fiz uma comunicação fora de Portugal. Foi num grande congresso de Linguística e Filologia Românica que ainda se continua a realizar mais ou menos de 3 em 3 anos e, em 1981 talvez, aquilo era a minha primeira comunicação no estrangeiro. Então, primeiro, levantei-me, tentei falar e fiquei sem voz (risos). A segunda vez que eu tentei falar entrou muita gente na sala e eu também não podia falar. E então só à terceira é que consegui falar. Quem presidia a essa mesa? Um importantíssimo linguista, semanticista francês, com quem a partir dali, depois de termos conversado muito na sequência da minha apresentação, fiquei amiga para sempre, que é o Georges Kleiber. Conheci-o pessoalmente assim e ainda hoje contactamos e somos amigos.

Agora, outras figuras muito importantes. Já falei do Professor Óscar Lopes, que foi realmente absolutamente crucial, sobretudo porque ele foi um dos meus orientadores de doutoramento e

eu ia com frequência a casa dele, ao fim da tarde, para, supostamente, trabalhar sobre a tese, mas na verdade muitas vezes não era sobre a tese, era sobre os problemas semânticos que o ocupavam, que o interessavam, sobre alguma coisa que tinha lido e sobre a qual queria discutir. Mas de que é que me serviram estas vezes em que eu ia falar com o Professor Óscar Lopes e que não falava da minha tese? Eu aprendi imenso. Porque, quando ele me falava de problemas linguísticos, semânticos, que ele estava a colocar, *eu* estava a aprender imenso e depois discutia com ele, porque ele dava-me a possibilidade de eu discutir – eu tinha muito o hábito de dar contraexemplos – e, portanto, eu aprendi muito, muito, muito com ele e, por isso, fui sempre sabendo mais do que aquilo que eram os tópicos em que eu estava a fazer investigação. Falando de pessoas que foram importantes, o outro meu orientador, que é da área da Pragmática: Herman Parret, que é belga. Estive na Bélgica algum tempo a estudar com ele quando estava a fazer o doutoramento. Depois, o contacto com Johan van der Auwera, cujo modelo de lógica trivalente eu usei para a minha tese de doutoramento. Do ponto de vista histórico, estas são algumas pessoas que foram importantes. Conheci outras, muito interessantes, em congressos, mas estas foram, de alguma maneira, fundacionais. Vi muitas coisas, muitos linguistas interessantes em vários países do mundo, mas não tiveram uma influência direta. Aliás, isto da influência direta acontece quando somos jovens e, eventualmente, pode acontecer quando a certa altura a gente muda de orientação, aí pode haver também figuras muito importantes.

A Professora lembra-se de qual foi a apresentação que fez nesse congresso em que lhe faltou a voz?

Lembro, lembro! Era sobre verbos modais. Eu andava ocupada com aquelas coisas e estava muito no princípio, porque eu defendi a tese em 1988 e essa conferência foi em 1981 ou em 1983. Estava ainda muito no princípio, mas pronto, o Georges Kleiber lá achou que eu tinha boas ideias.

Vamos falar novamente um bocadinho sobre o Professor Óscar Lopes: a Senhora Professora esteve desde o início ligada à criação do CLUP com o Professor Óscar Lopes, tendo sido durante vários anos Coordenadora Científica do Centro. Poderia partilhar connosco a sua perspetiva sobre esse momento, sobre a importância do papel que o CLUP teve, como

primeiro centro de Linguística no Porto, depois da Revolução, nos estudos linguísticos? Sobre o que significa para a Senhora Professora estar ligada a essa instituição desde o seu início e sobre a influência que o Professor Óscar Lopes teve junto do centro e mesmo da sua relação com a Linguística?

Falo com muito gosto! A criação do Centro de Linguística foi uma ideia do Professor Óscar Lopes. Como eu já tinha dito anteriormente, o Professor Óscar Lopes só entrou na universidade portuguesa, embora tenha havido várias tentativas anteriores que nunca funcionaram, depois do 25 de Abril. Eu não estava cá ainda, mas, segundo me contaram, foi numa Assembleia Geral da Faculdade que decidiram que o iam convidar e foram a casa dele buscá-lo para ir para a Faculdade de Letras. Depois não sei como é que foram as coisas, mas sei que foi Diretor da Faculdade e, em 1976, ele começa a falar da necessidade de fazermos um centro de Linguística com os linguistas que tínhamos na altura. Resta dizer que o Professor Óscar Lopes lecionou várias cadeiras. Uma delas, completamente inovadora na altura, foi Linguística e Matemática, que era lecionada à Licenciatura como uma cadeira de opção, se eu não estou em erro, mas que tinha sempre muita gente a assistir.

Portanto, o Professor Óscar Lopes começou com essa ideia do centro na altura em que a instituição nacional de investigação com a qual nos relacionávamos ainda era o INIC, o Instituto Nacional de Investigação Científica, que depois deu a JNICT e, posteriormente, a FCT. Foi através dessas relações e desse trabalho que foi estabelecido que, a certa altura, se fundou o Centro de Linguística da Universidade do Porto. Penso que foi muito importante porque sempre integrou todos os linguistas que trabalhavam aqui na Faculdade, em diferentes épocas, em diferentes alturas. Sempre tem sido uma característica do Centro ter pessoas que trabalham em áreas muito diferentes, mas que, de uma certa maneira, se têm sempre associado e feito parte do Centro. Isso foi muito importante porque, mesmo com conceções linguísticas diferentes, foi possível criar, por exemplo, várias coisas tangíveis como a bibliografia (gesto em direção às estantes do CLUP). Isto é só parte da bibliografia que temos, dos periódicos que se assinavam, dos contactos que estabelecíamos. Não é que na altura houvesse muito dinheiro para viagens e outras coisas, mas havia algum. No entanto, o financiamento da investigação naquela altura era muito menor do que pode, com alguma sorte, ser hoje, com projetos, centros de investigação, etc. Para ir a muitos daqueles cursos a

que eu fui, não fui financiada e isso mudou muito, entretanto. Contudo, se tínhamos algum dinheiro, convidávamos imensos investigadores e linguistas importantes para virem ao Centro e à Faculdade fazer conferências e/ou cursos e isso foi uma maneira de abrir muito os horizontes. Era uma prática que nós tínhamos e que era muito importante: ouvir pessoas falar sobre vários assuntos. Vieram aqui pessoas não só das mais diversas áreas de trabalho, como das mais diversas orientações e isso abriu-nos também muito os horizontes. Na altura, fiz parte da comissão da fundação, com o Professor Óscar Lopes e outras pessoas, e depois, o Centro foi-se alargando. Foi muito importante e continua a ser muito importante. Tem uma muito boa biblioteca para um centro que, comparado com outros, como o de Lisboa, tem uma vida muito mais curta. Hoje em dia, muitas publicações se conseguem através da internet, mas antes havia pedidos de publicações daqui do Centro para muitas instituições de fora e, por isso, vinham aqui à biblioteca muitas pessoas de outras instituições para consultar obras. Desse ponto de vista, foi muito importante não só para nós como para outros investigadores. No que toca à minha experiência em cargos de direção, apesar de ter feito parte de comissões diretivas anteriores, saliento a de ter sido primeiro Presidente da Comissão Diretiva e depois Coordenadora Científica durante uns bons anos. Gostei! Quer dizer, dá sempre muito trabalho... Foi nessa qualidade que propus o *Quid Novi?*, chegámos a fazer edição de vários números de *working papers* na área da Linguística que se chamavam *Cadernos de Linguística*.

Em geral, penso que sim, que o Centro de Linguística foi e é muito importante para a Linguística e esperemos que cada vez tenha mais membros!

A Senhora Professora colaborou com a comissão de estudo para aplicação dos acordos de Bolonha na FLUP em 2004. Gostaríamos de saber se nos poderia falar desse processo, contar-nos a sua experiência e dizer-nos algo do legado que os acordos trouxeram, passados que estão 17 anos?

É verdade, já foi há tantos anos que quase já não me lembro! Pertenci a uma comissão que se constituiu no DEPER (Departamento de Estudos Portugueses e Românicos). Uma das coisas que foi preciso fazer foi o estudo de toda a documentação. Lembro-me também de ter ido a *workshops* e a alguns encontros, alguns deles até fora do Porto, sobre tudo isso porque havia

uma grande indecisão e depois, aqui, na Faculdade, havia também uma grande discussão sobre aquilo tudo, porque quando as coisas são novas... Realmente foi um período de uma grande animação porque uns eram a favor, outros eram contra e as razões eram diversas. Tínhamos muitas reuniões no departamento e às vezes alguns embates porque parecia que nós eramos o ministério ou qualquer coisa assim, mas isso faz parte de todas estas coisas. Sobre o que é que eu penso: infelizmente, quase penso o mesmo que pensava na altura e vou dizer porquê. Eu acho que a ideia é muito interessante. Independentemente de serem três, quatro anos, seja o que for, a ideia de que se tem uma formação básica em três anos e que ela possa ser razoavelmente equiparada nas várias instituições no Ensino Superior Europeu, mesmo que não seja bem isso que acontece, ter percursos em licenciaturas com pelo menos cinco cadeiras opcionais – eram as orientações, na altura, da Reitoria e Ciências da Linguagem tinha – é muito interessante. Eu acho que a ideia de que o ensino tem de ser virado para o estudante e para o acompanhamento do estudante é muito importante. Também acho relevante que as formas de avaliação sejam também nesse sentido, diversas, e que haja um tempo muito importante dado aos estudantes para eles estudarem por si. Aliás, isto não é muito diferente do que já se fazia em Inglaterra, em que os tempos de aulas eram curtos e os estudantes tinham muita independência. Para mim, o grande problema, embora não possa dizer que está a funcionar muito mal, é que isto significava, para ser levado até ao fim, uma alteração substancial em vários hábitos ou tradições que nós tínhamos no ensino. Teria de haver um número menor de estudantes por turma, porque eu acho que um processo em que há um grande acompanhamento no sentido de os estudantes se poderem tornar progressivamente mais autónomos no seu estudo, no seu trabalho e questionamento, exigia um esforço e, se calhar, até uma maneira de dar aulas e de trabalhar com os estudantes diferente. Provavelmente, não eram precisas tantas aulas e era preciso mais acompanhamento. Houve uma série de coisas que se mantiveram e, portanto, o resultado nunca pode ser tão bom como poderia esperar-se. É verdade que eu, sobretudo nos últimos anos, tive turmas um pouco mais pequenas, mas, já depois do processo de Bolonha, cheguei a ter UCs com 70 alunos. É impossível. Quando começou o processo de Bolonha, com muitas cadeiras e algumas com muitos alunos, eu quis fazer tudo como achava que devia ser, apenas com avaliação distribuída. Eu ia dando em doida porque com tantas aulas e tantos estudantes não podia acompanhar bem os estudantes. Nunca lecionei uma cadeira apenas com exame final, mas

claro que depois tive de começar a defender-me porque não conseguia estar a ver não sei quantos trabalhos de não sei quantos estudantes, mais os testes, mais aquilo, mais aquele outro. Isto é só para dar um exemplo (semelhante a tantos outros) de que houve várias coisas que não correram bem, que a ideia inicial foi melhor do que acabou por ser na realidade.

Tendo estado ligada durante a sua carreira a cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento na área da Linguística, acompanhou e orientou o percurso de estudantes que hoje são professores e investigadores. Como descreve esse sentimento?

Descrevo como um maravilhoso sentimento porque acho que isso quer dizer que o meu trabalho com esses estudantes foi importante para eles. Acho que não há alegria maior para um professor do que formar estudantes, vê-los crescer do ponto de vista científico e até, de preferência, que sejam melhores do que nós, porque isso significa que as sementes que nós plantámos foram bem regadas e floresceram muito mais. Portanto, eu fico muito feliz cada vez que isso acontece, é muito gratificante. A mim o que me interessa, no fundo, são duas coisas: primeiro, que os estudantes possam ser felizes; e depois, que aquilo que eu ensinei os ajude na vida deles. No outro dia, vim cá à faculdade para estes exames excecionais em setembro por causa de um estudante que não fez o exame na época normal por causa da Covid-19 e eu perguntei-lhe: “Então, correu bem?”. Ele disse-me: “Não, correu mal. Vou fazer para o ano, mas, olhe, aprendi muito! Serve-me muito para o meu trabalho.” Ele sabia que já não ia voltar a ser professora dele, mas, apesar de tudo, disse-me que aprendeu alguma coisa e isso é um gosto, ver os estudantes assim entusiasmados. Devo dizer que é mesmo muito gratificante. Durante muitos anos, dei também aulas no mestrado de Tradução – e falo disto porque a maior parte das pessoas que estão no mestrado de Tradução não tiveram Linguística ou até alguma coisa que se assemelhe à Linguística – e normalmente sempre se entusiasmavam e eu sempre tive muito bons resultados nessa cadeira. Quer dizer, eles tiveram bons resultados. Isso era também muito gratificante, era sempre uma alegria nas aulas. É das coisas que calam mais fundo num professor: a formação e, como disse, o desejo de que sejam melhores do que nós.

Ao longo da sua carreira, lecionou e deu palestras em várias universidades no estrangeiro, e teve contacto com vários estudantes de doutoramento e mestrado oriundos de diferentes países, com diferentes línguas maternas. De que modo é que estas experiências influenciaram ou complementaram a sua vida profissional, particularmente no que diz respeito ao contacto próximo com dados de línguas diferentes?

Claro que foram muito importantes, sobretudo conhecer línguas com características diferentes daquelas que eu conheço. Foi sempre muito enriquecedor por duas razões: primeiro, porque tentamos compreender algumas coisas de uma outra língua; a outra razão é porque, ao tentar compreender coisas de outra língua, vamos olhar para a nossa de outra maneira e vamos olhar para coisas em que, se calhar, nunca tínhamos reparado, mas que, de maneiras diferentes, também existem na nossa língua. Isso é sempre um grande enriquecimento. Além disso, quanto mais estudos nós conhecemos sobre línguas diversas, melhor é o nível geral para podermos começar a compreender alguns aspetos centrais do ponto de vista linguístico. Há certas especificidades nas línguas que, se nós as dissermos a alguém que não conheça essas línguas, essa pessoa não vai acreditar, porque a verdade é que nós somos etnocêntricos, achamos que todas as línguas são como a nossa, e, por isso, quanto mais línguas forem estudadas, melhor iremos compreender o problema geral. Por exemplo, hoje em dia, na Semântica, estudam-se algumas línguas que, devo aqui confessar, eu nem sabia que existiam – só para lhes dar uma imagem da quantidade de línguas sobre as quais existem estudos semânticos atualmente. Durante muito tempo era só o Inglês, que é a língua mais estudada do mundo, mas depois, na Gramática Generativa, começou a haver estudos de outras línguas porque também começou a haver linguistas franceses, italianos e de outras nacionalidades e isso fez com que se alargasse o número de línguas estudadas. Na Semântica, hoje em dia, esse alargamento é absolutamente crucial e extremamente enriquecedor, porque, como disse, permite que percebamos melhor algumas coisas de outras línguas e que olhemos para a nossa de maneira diferente. Nesse Mestrado em Tradução, às vezes, os estudantes diziam-me: “A professora sabe muitas línguas”, pois, conforme as línguas que os estudantes falavam, eu ia dizendo “Na sua língua é assim...”. Eu respondia-lhes sempre: “Não, não sei, mas estudei, li artigos e, por isso, é que posso dizer alguma coisa sobre essas línguas”.

Nas aulas, a Senhora Professora, faz, por vezes, referência a comparações entre o Português Europeu e o Português do Brasil. Nesse sentido, gostaríamos de perguntar quando começou o seu interesse pelas semelhanças e diferenças entre estas duas variedades do Português.

Bom, esse interesse começou de uma forma mais clara quando participei num projeto em 2000 que agrupava investigadores de Portugal e investigadores do Brasil e depois fizemos dois ou três colóquios, uma vez cá, outra vez lá. Isso foi muito interessante porque era estimulada a ideia de trabalharmos portugueses com brasileiros e isso veio estimular muito esse interesse pela comparação entre essas duas variedades do Português. Nessa altura, em 2000, havia ainda muito pouca gente de Semântica. Os semanticistas, pouquinhos, iam mais de Portugal. O que era dominante na altura no Brasil, para além da Análise do Discurso, era Fonologia e Sintaxe. Havia uma semanticista, a Ana Müller, que já participava nesse projeto e há depois também um conjunto de outros semanticistas, que vêm a tornar-se muito importantes no Brasil, pelo tipo de trabalho desenvolvido. Devo, contudo, dizer, que a grande maioria deles foi formada por um docente e investigador muito importante no Brasil, que é o Rodolfo Ilari.

O PB é absolutamente estimulante porque tem várias diferenças em relação ao PE e até a outras línguas românicas, como é o caso dos nomes, de que falei, ou, por exemplo, dos participípios. Vejamos, em PE, existem participípios regulares e alguns irregulares. Uma das coisas que se repetem por aí é que, quando o verbo tem dois participípios, o participípio regular ocorre com o auxiliar “ter” e o irregular com o “ser”. Se consultarmos dados de *corpora*, verificamos que não é assim, porque há muitos irregulares que se constroem com “ser” e com “ter”. O que é que acontece no PB? Ocorrem participípios irregulares completamente fora da norma. Por exemplo, pode dizer-se “tem perco” no sentido de “tem perdido”. Esse fenómeno tem sido estudado por um grupo de linguistas brasileiros encabeçados por Miriam Lemle, que demonstram que esses participípios irregulares só ocorrem com o verbo “ter”, nunca com o verbo “ser”. Quando eu tomei conhecimento disto, pensei que se tratava de um registo muito particular. Bom, não é que no ano passado, era eu diretora do Mestrado em Linguística, estava a presidir a uma defesa e oiço uma estudante brasileira dizer aquele participípio? (risos) Do ponto de vista sintático-semântico, o PB tem realmente imensas coisas interessantes.

Numa carreira tão longa, certamente, teve de ultrapassar vários obstáculos no âmbito tanto da investigação como da educação. Quais foram os maiores obstáculos ou dificuldades que a professora encontrou?

Em todas as vidas há sempre obstáculos. A vida não seria vida se não tivesse obstáculos, se não tivesse altos e baixos. Usando esta expressão dos altos e baixos: nos baixos é preciso aguentar e saber que não vão durar sempre. Porém, há outro elemento que é importante também: precisamos de saber que os altos não vão durar sempre também. Isto que eu estou a dizer é verdade acerca da vida em geral. Às vezes, quando somos muito novos, pensamos que cada uma das coisas vai durar para sempre, e não vai. Faz parte da vida e o que a gente tem de fazer é, nos obstáculos, ter resiliência, aguentar e exatamente saber que não vão durar sempre. Nos momentos iluminados, aproveitá-los. Usufruir, mas saber que aquilo é uma etapa como outra qualquer.

Em relação à investigação, um obstáculo é sempre a luta com os dados linguísticos. Trabalhar com dados é extremamente estimulante, mas, por vezes, parece um obstáculo intransponível, pelo menos para mim, que acho que os dados não podem ser forçados, são o que são, e o investigador deve procurar uma explicação para eles. Um outro obstáculo que já me aconteceu e acontece, tal como a toda a gente, é o seguinte: submeter um artigo ou resumo e ser recusado. Faz parte de uma vida em que há avaliação pelos pares! Do ponto de vista do ensino, não tive problemas, sempre me correram bem as coisas em termos de relação com os estudantes. Mas há uma história, já bastante antiga, engraçada, que teve lugar no curso de Ciência de Informação. Eu dei lá aulas de Linguística numa UC semestral, ao primeiro ano da licenciatura, depois de ter estado um número razoável de anos sem lecionar um primeiro ano e ter perdido a noção de como eram os estudantes de primeiro ano. Chego à primeira aula, e encontro um estudante de boné que dizia muitas larachas para todos se rirem, outro que fazia não sei o quê que perturbava o ambiente... eu ia dizendo indiretamente que aquilo não podia ser assim, à espera que eles fossem percebendo o que eu estava a dizer. A certa altura aquilo já me estava a cansar, eu ia sempre enervada para as aulas. Um dia pensei: “não, isto tem de ter alguma solução”. Então resolvi um dia não dar a aula e falar com eles. Aqui entre nós, eu ia nervosa. Contudo, uma coisa eu notava: eles não faziam aquilo de propósito para me ofender nem para me chatear, era a maneira de estar deles. Nesse dia, eu falei, falei, falei,

como estou a fazer aqui agora (risos), e, depois de ter dito tudo o que eu achava, disse: “Agora é a vossa vez de dizerem o que acham”. Silêncio. Depois, uma aluna disse: “Sabe, Professora, nunca ninguém falou connosco assim”. De facto, eu não lhes disse que deviam fazer desta ou daquela maneira, mas tentei mostrar-lhes a importância de certas coisas para as aulas, e para a vida deles em geral. O resultado foi que eles passaram a comportar-se de outra maneira e depois de já nem serem meus alunos faziam-me uma grande festa no corredor, quando me encontravam. Portanto, acabou bem, mas foram momentos difíceis que duraram ainda umas semanas, porque eu tinha esperança de que eles percebessem o que eu estava a dizer, mas, na verdade, eles não tinham noção de como se comportar numa aula. Isso perturbava tudo o resto. Foi difícil, mas encontrou-se uma solução.

Neste momento de jubilação, após várias décadas de estudo dedicadas à Semântica, pensa já ter compreendido o que poderá ser afinal essa parte tão fundamental da linguagem humana que é o significado?

Pois é, é uma boa pergunta, mas para a qual eu não tenho resposta. E não estou sozinha! No princípio desta entrevista, mencionei Max Cresswell dizendo que podemos não saber dizer o que é o significado, mas que se duas frases têm valores de verdade diferentes, não têm o mesmo significado. O significado é realmente difícil de captar. Porém, eu penso que há uma ou duas coisas importantes sobre isso. Em primeiro lugar, devo referir o momento em que se passaram a considerar teorias dinâmicas do significado – como a *DRT*, a *File Change Semantics*, *Update Semantics*, *Dynamic Model Theory Semantics* –, em que o significado deixa de ser estático e passa a ser dinâmico, sempre em construção. Uma teoria dinâmica do significado propõe que o significado das palavras ou das frases seja construído no momento em que eu produzo um enunciado. Isto não quer dizer que não haja uma parte básica sólida, mas há uma construção à medida que vamos falando. Portanto, nesse sentido, o significado não é fixo. Eu acho que isso é muito importante, a ideia de que falar é dar instruções ao nosso interlocutor para interpretar o que nós estamos a dizer, uma ideia muito importante na *DRT* e que vem do domínio cognitivo, para ligar com aquela outra questão que vocês me fizeram. É que, de facto, a Semântica Formal há muitos anos que não é aquilo que tradicionalmente se pensava que era e essa ideia de que o significado é dinâmico e não estático é um bom caminho para compreender ou para vir a saber o que é o significado. Claro que depois temos

coisas mais *miúdas* do significado. Por exemplo, como é que se sabe o significado de certo tipo de morfemas? A Professora Graça Rio-Torto tem muito trabalho sobre isso e fala do significado de certos morfemas. No entanto, mesmo encontrar o significado de certas palavras é muito complicado, porque depende das redes em que elas participam, dos usos que vamos ter. Eu lembro-me que, a propósito da Teoria dos Protótipos, é usada a ideia de *family resemblance* do Wittgenstein e o exemplo do autor acerca da palavra “jogos”: o que é que existe de comum entre “jogos de cartas”, “jogos de xadrez”, “jogos olímpicos” e outros casos em que aparece a palavra “jogos”? Portanto, o significado de palavras já é mais complexo, porque há muitas, apesar de existirem em número limitado. Depois, o significado das frases, pensando agora bem, tem de ser dinâmico, não é? Mas pronto, é preciso alguém ter a ideia para depois se poder dizer: “mas é que é mesmo assim!”. E quando se diz isso é porque aquilo foi uma boa ideia que ninguém ainda tinha tido. Portanto, dizer-lhes assim “o significado é isto” não sou capaz de o fazer, mas que ele é essencial, é. Falarmos uns com os outros é muito importante, é determinante para a nossa vida em sociedade, tendo em conta o que somos, seres humanos, e, de um modo geral, é importante transmitir significado, seja ele de que forma for. Às vezes, até pode ser com o silêncio, mas é verdade que, de um modo geral, a gente pretende transmitir algum significado. Pode ser informacional, pode não ser, nem sempre comunicamos para transmitir informação, mas o não transmitir informação também não quer dizer que não tenha significado. Embora o informacional seja mais fácil. O George Lakoff – ah! eu também tive aulas com ele (risos) – foi um famoso aluno do Chomsky. Depois aborreceu-se com a Sintaxe e trabalhou em Semântica Generativa e, posteriormente, em questões cognitivas. Tem alguns livros; um deles, que é escrito com outra pessoa, chama-se *Metaphors We Live By*. Nele, dá um exemplo sobre como é que a gente compreende frases como, por exemplo, está uma mesa posta e alguém diz assim: “Sente-se ali no sumo de laranja”. Isto mostra que, na verdade, o significado não pode ser composicional, no sentido estrito do termo. “Sente-se num sumo de laranja” não é “sente-se em cima do sumo de laranja”, é “sente-se no lugar onde está um sumo de laranja”. Olhem, cá estão os implícitos! Aquelas coisas que não estão explícitas, complementos e assim; ou argumentos... Portanto, é engraçado... e muito estimulante.

Terminada a entrevista, não posso deixar de voltar a agradecer a todos os que participaram, pelo trabalho na elaboração das perguntas, muito estimulantes e que me permitiram pensar e

rever aspetos da minha vida de docente e de investigadora, e também pelo convívio tão apazível no decurso da entrevista. Para todos, desejo um caminho iluminado e com muito entusiasmo pela Linguística.

OS TEMPOS VERBAIS E AS RELAÇÕES TEMPORAIS EM NOTÍCIAS¹

Beatriz Santos²

up202008427@edu.letras.up.pt

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

Catarina Silva³

up202004177@edu.letras.up.pt

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. Este artigo tem como primeiro objetivo verificar quais os tempos verbais predominantes nas notícias e, como segundo objetivo, verificar e analisar as relações temporais existentes, bem como os tempos verbais presentes nestas relações. Para tal, analisamos um *corpus* constituído por 10 notícias, todas centradas no tema da criminalidade e com tamanhos semelhantes. Após a nossa análise, verificámos que o pretérito perfeito e o presente do indicativo foram os tempos verbais predominantes e a relação de anterioridade, a mais recorrente.

PALAVRAS-CHAVE. Notícias, Tempos Verbais, Relações Temporais.

ABSTRACT. This article has as its first objective to verify which verbal tenses predominate in the news and as a second objective to verify and analyze the existing temporal relations as well as the verbal tenses present in these relations. To this end, we analyzed a *corpus* consisting of 10 news items, all centered on the theme of criminality and with similar sizes. After our analysis, we found that the *pretérito perfeito* (Simple Past) and the *presente* (Present) of *indicativo* (indicative) were the predominant verb tenses and the relationship of anteriority was the most recurrent.

KEYWORDS. News, Tenses, Temporal Relations.

¹ Agradecemos a colaboração das alunas Ana Rita Silva e Beatriz Morais numa primeira fase do trabalho.

² Estudante do 1.º ano da licenciatura em Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

³ Estudante do 1.º ano da licenciatura em Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1. Introdução

Num mundo no qual consumimos cada vez mais informação e dela vivemos dependentes, as notícias têm um papel fundamental na comunicação de acontecimentos ao minuto. De acordo com Lage (1979: 36), a notícia é um “relato de uma série de factos a partir do facto mais importante, e este, de seu aspeto mais importante”. Nesse relato, a organização temporal dos acontecimentos tem um papel fundamental. Por isso, este artigo tem como principal objetivo identificar quais os tempos verbais predominantes nas notícias e analisar as relações temporais existentes.

Assim, foram formuladas as seguintes questões:

- Quais são os tempos verbais mais recorrentes numa notícia?
- Quais são as relações temporais predominantes em sequências de tempos verbais?

Para cada uma destas questões foram estabelecidas as seguintes hipóteses, tendo como base a natureza narrativa das notícias analisadas:

1. Maior uso do pretérito perfeito e do pretérito imperfeito pelo facto de as notícias narrarem acontecimentos anteriores ao momento da enunciação;
2. Existência de relações de anterioridade, posterioridade e simultaneidade entre as situações.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: na secção 2, apresentamos os conceitos fundamentais neste domínio, presentes na literatura de referência; na secção 3, descrevemos o *corpus*, a metodologia de análise e os resultados; e, por fim, na secção 4, apresentamos as nossas conclusões.

2. Enquadramento teórico

A categoria gramatical *Tempo* permite que se localizem determinadas situações expressas nas frases através de tempos verbais, orações temporais e adverbiais temporais. Para o nosso estudo, será importante o conhecimento da definição de tempo verbal. Este é expresso pelo verbo ou complexo verbal e refere-se a um determinado momento presente, passado ou futuro, “tendo como ponto de referência o momento da comunicação” (Tavares 1997: 4).

Os tempos verbais permitem estabelecer diferentes relações temporais. Estas relações dizem respeito “à relação de dependência que se estabelece entre as leituras temporais de formas verbais de algum modo relacionadas entre si” (Oliveira 2003: 173). Nas frases, as situações descritas podem apresentar um carácter de anterioridade, simultaneidade e posterioridade do tempo “em relação a um momento que funciona como ponto de referência e que é, na maioria dos casos, o momento de enunciação” (Costa 2019: 9).

Procederemos, a seguir, a uma breve caracterização dos tempos verbais do modo indicativo que serão objeto de análise no trabalho.

O **pretérito perfeito simples** localiza uma situação que aconteceu num determinado momento do passado e que está terminada. Por isso, “é sempre terminativo, isto é, marca um momento em que um estado ou evento terminou” (Oliveira 2003: 156). O **pretérito imperfeito** visa localizar uma situação que começou no passado. No entanto, o fim desta situação não é explícito, isto é, “perspetiva situações no seu decurso sem veicular qualquer informação nem sobre o seu início nem sobre o término” (Aoran 2019: 46). O **presente**, por sua vez, localiza uma situação que ocorre no momento em que se fala e “emprega-se para enunciar um facto atual, que ocorre no momento em que se fala ou para expressar uma ação habitual ou uma faculdade do sujeito” (Cunha & Cintra 2016: 462-463). O **pretérito mais-que-perfeito simples** visa localizar uma situação passada anterior a outra situação passada podendo ainda “denotar um facto vagamente situado no passado” (Cunha & Cintra 2016: 470-471). O **futuro simples** localiza um acontecimento que terá lugar num determinado momento do futuro. Este tempo verbal é raramente utilizado com valor temporal, surgindo mais frequentemente com valor modal, sendo “tendencialmente mais próximo de um modo do que de um tempo” (Oliveira 2003: 158).

3. Estudo

3.1. *Corpus*

O *corpus* deste estudo é constituído por 10 notícias, todas centradas no tema da criminalidade, com um tamanho semelhante entre si e retiradas de *sites* e jornais *online* no dia 27 de novembro de 2020. Os jornais consultados foram os seguintes: *Jornal de Notícias* (JN), *Diário de Notícias* (DN), *SIC Notícias* e *TVI 24*. No quadro que se segue são apresentados os títulos das 10 notícias, assim como as fontes e datas de publicação:

Quadro 1. Títulos das notícias consultadas.

Notícias
Not.1 - Polícia encontra “cave secreta” do suspeito no caso de Maddie. (JN, 29/07/20)
Not.2 - Mais três suspeitos de envolvimento na morte de professor francês ouvidos em tribunal. (SIC Notícias, 6/11/20)
Not.3 - Polícia do Texas despede agente acusado de matar a tiro um homem. (SIC Notícias, 9/10/20)
Not.4 - Há “indícios de crime” no atropelamento que matou jovem em corrida ilegal. (JN, 28/09/20)
Not.5 - Mulher da Amadora acusada de um crime de mutilação genital feminina. (DN, 7/07/20)
Not.6 - Homicida de filho de ex-PJ ouviu-o pedir ajuda após facadas, mas virou costas. (JN, 26/11/20)
Not.7 - Quatro detidos por furto e posse ilegal de armas e munições em Torres Novas. (TVI 24, 26/11/20)
Not.8 - GNR detém em Vendas Novas três alegados traficantes e apreende haxixe. (TVI 24, 25/11/20)
Not.9 - Mulher encontrada morta em casa com sinais de esfaqueamento. (TVI 24, 26/11/20)
Not.10 - Masturba-se em frente a vizinhas e importuna menor em autocarro. (JN, 25/11/20)

3.2. Metodologia

Após a recolha das notícias e constituição do *corpus*, foram definidos os parâmetros de análise, a saber, (i) ocorrências dos tempos do modo indicativo presente, pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito e futuro, todos tempos simples, e (ii) identificação das relações temporais em sequências de tempos verbais dentro da unidade frase. Reduzimos a análise aos tempos verbais referidos por restrições de tempo e por considerarmos que estes seriam os mais pertinentes, tendo em conta a natureza do *corpus*. No caso das relações temporais, foram consideradas as relações de anterioridade, simultaneidade e posterioridade, estabelecidas entre situações representadas pelos tempos verbais selecionados e dentro da mesma frase. A relação foi sempre estabelecida da última situação para a primeira e foram excluídos todos os casos de citações. Procedemos à realização de duas tabelas extensas de modo a organizar os dados linguísticos e identificar os diferentes tempos verbais presentes (Tabela 1) e as relações temporais (Tabela 2). No final, fizemos uma análise quantitativa e qualitativa do *corpus*.

Tabela 1. Exemplificação da análise do parâmetro (i).

Dados linguísticos	Tempos Verbais do Modo Indicativo				
	Presente	Pretérito Perfeito	Pretérito Imperfeito	Pretérito mais-que-Perfeito	Futuro Simples
“As autoridades alemãs encontraram uma cave secreta...” (n.1)					
“...que pertencia ao principal suspeito” (n.1)					
“... onde procura provas...” (n.1)					
“A GNR garante que continuará a patrulhar ...” (n.4)					
“... o oficial esclarecera que o atropelamento...” (n.4) ⁴					

Tabela 2. Exemplificação da análise do parâmetro (ii).

Dados Linguísticos	Relações temporais ⁵		
	Anterioridade	Simultaneidade	Posterioridade
“Homicida (...) ouviu-o pedir ajuda, mas virou costas.”			PP+PP
“ ouviu Pedro Fonseca, de 24 anos, pedir ajuda, mas optou ...”			PP+PP
“ Fiquei com medo e tive de me ir embora ” ⁶		PP+PP	
“ eram 23.15 horas quando S.B e dois amigos (...) abordaram ...”		PI+PP	
“A mesma fonte adiantou ainda que a mulher foi atingida .” ⁷	PP+PP		

3.3. Análise dos dados

⁴ Trata-se de uma perífrase verbal constituída pelo verbo auxiliar “continuar (a)”, que é um operador aspetual, e pelo verbo pleno “patrulhar”.

⁵ Para facilitar o tratamento de dados, utilizamos as seguintes letras: PP - pretérito perfeito; PI - pretérito imperfeito; P - presente; PMP - pretérito mais-que-perfeito; FS - futuro simples.

⁶ “Tive de me ir embora” é uma perífrase verbal formada pelo verbo auxiliar “ter (de)”, com a função de modalizador, e pelo verbo pleno “ir”.

⁷ “Foi atingida”: trata-se de uma perífrase verbal formada pelo verbo pleno “atingir” no particípio passado e pelo verbo “ser”, auxiliar da voz passiva.

3.3.1. Tempos verbais

Relativamente à primeira questão de investigação acerca dos tempos verbais mais recorrentes na notícia, no conjunto dos tempos seleccionados (presente, pretérito perfeito simples, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito e futuro simples do indicativo), obtivemos os seguintes resultados, sistematizados na tabela 3:

Tabela 3. Frequência dos tempos verbais.

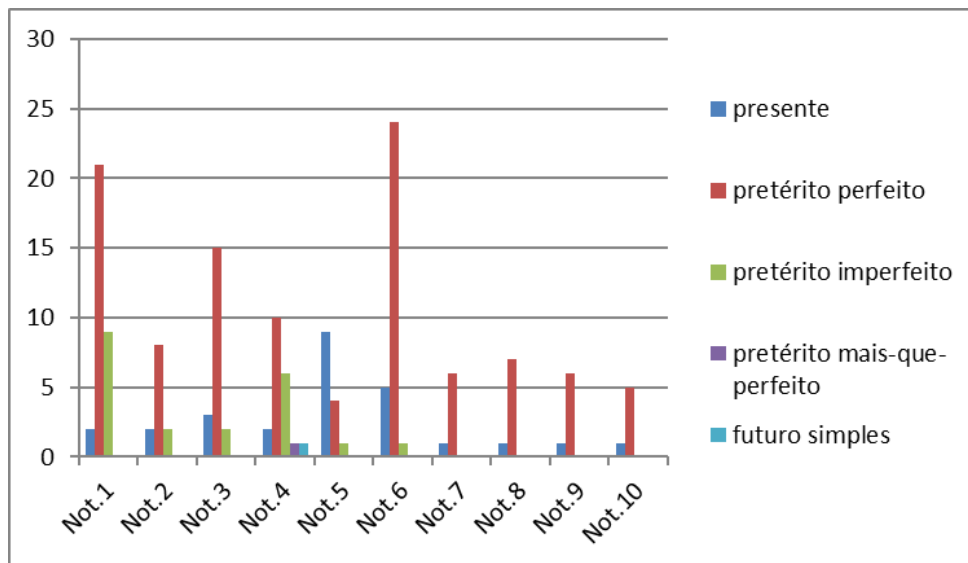
Tempo Verbal	N.º	%
Pretérito perfeito	104	68,9
Presente	24	15,8
Pretérito imperfeito	21	13,9
Pretérito mais-que-perfeito	1	0,66
Futuro simples	1	0,66

Na tabela 3, verificamos, no conjunto de 151 formas verbais anotadas, que o pretérito perfeito é o tempo verbal predominante (68,9%), visto que a notícia visa transmitir acontecimentos de um passado recente. Segue-se, com um número consideravelmente menor, o presente (15,9%), usado para representar situações que são válidas no momento da enunciação, o que contraria a hipótese inicial de que seria o pretérito imperfeito um dos tempos verbais predominantes, embora este não se distancie muito do presente, com 13,9%. Verificou-se também que o pretérito mais-que-perfeito⁸ e o futuro apresentam apenas uma ocorrência. Esta reduzida frequência pode ser justificada pelo facto de a relação de anterioridade dada pelo pretérito mais-que-perfeito em contextos de frases com orações completivas, que relatam enunciados, também poder ser dada pelo pretérito perfeito simples. No caso do futuro, este apresentou valores extremamente baixos (0,66%), que se pode justificar pelo facto de este tempo verbal retratar acontecimentos futuros, fator que teoricamente não está muito presente nas notícias.

O gráfico 1 mostra a distribuição dos tempos verbais pelas notícias analisadas.

⁸ Visto que é um tempo pouco utilizado, não é de estranhar que tenha havido um só exemplo com pretérito-mais-que-perfeito simples.

Gráfico 1. Tempo verbal em cada notícia.

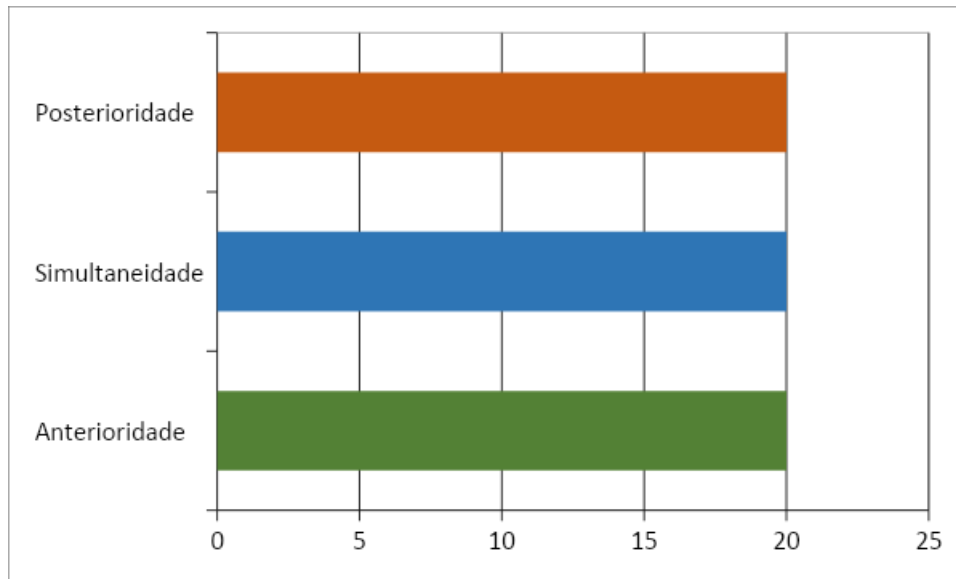


De acordo com o gráfico 1, verificámos que, à exceção da notícia 5, o pretérito perfeito é o tempo verbal predominante em todas as notícias, apresentando os valores mais altos na notícia 6 (22,6%). A notícia 4 é a única onde encontramos todos os tempos verbais. Apenas 4 notícias não incluem os 3 tempos verbais mais frequentes, apresentando apenas o pretérito perfeito e o presente.

3.3.2. Análise das relações temporais

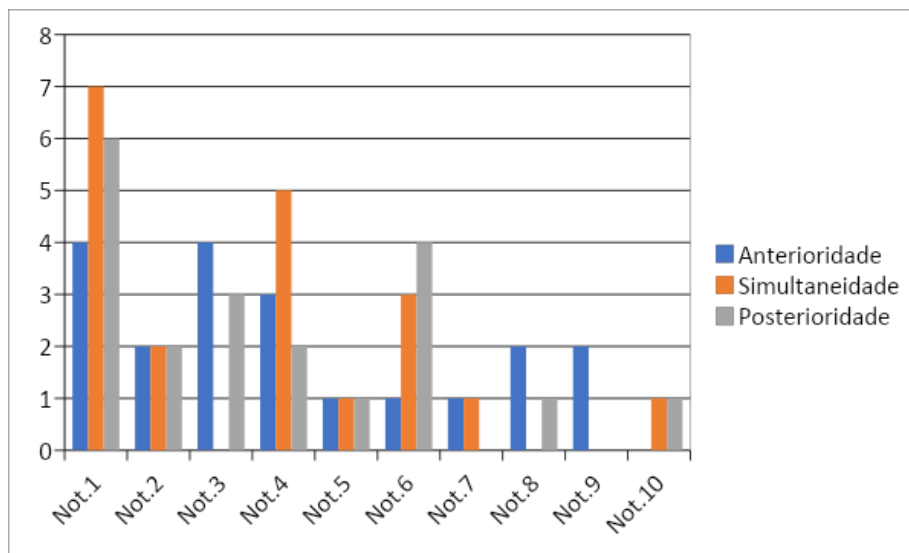
De forma a responder à nossa segunda questão acerca das relações temporais entre as situações presentes numa notícia, analisamos sequências de dois tempos verbais no âmbito da frase. Os resultados estão presentes no gráfico 2.

Gráfico 2. Frequência das relações temporais em seqüências de tempos.



Observando o Quadro 2, podemos concluir que, em 60 relações registadas, 20 delas correspondem a relações de anterioridade, equivalente a 33,33%; 20 são de posterioridade, com um total de 33,33% e 20 são de simultaneidade, 33,33%. Focando a nossa atenção nas relações temporais em cada notícia, obtivemos os resultados apresentados no gráfico 3.

Gráfico 3. Relações temporais de seqüências de tempos em cada notícia.



No gráfico 3, podemos observar que a notícia 1 é a que apresenta um maior número de relações temporais de simultaneidade e posterioridade, apresentando valores iguais à notícia 3 na relação de anterioridade. A notícia 1 é a que tem um maior número de frases complexas,

sendo também a que tem o maior número de relações de simultaneidade. As notícias 3, 8 e 9 não apresentam relações de simultaneidade e as notícias 7 e 9 não apresentam relações temporais de posterioridade.

Quanto às sequências dos tempos verbais, o gráfico 4 e a tabela 4 revelam os resultados da análise.

Gráfico 4. Sequências de tempos verbais e relações temporais.

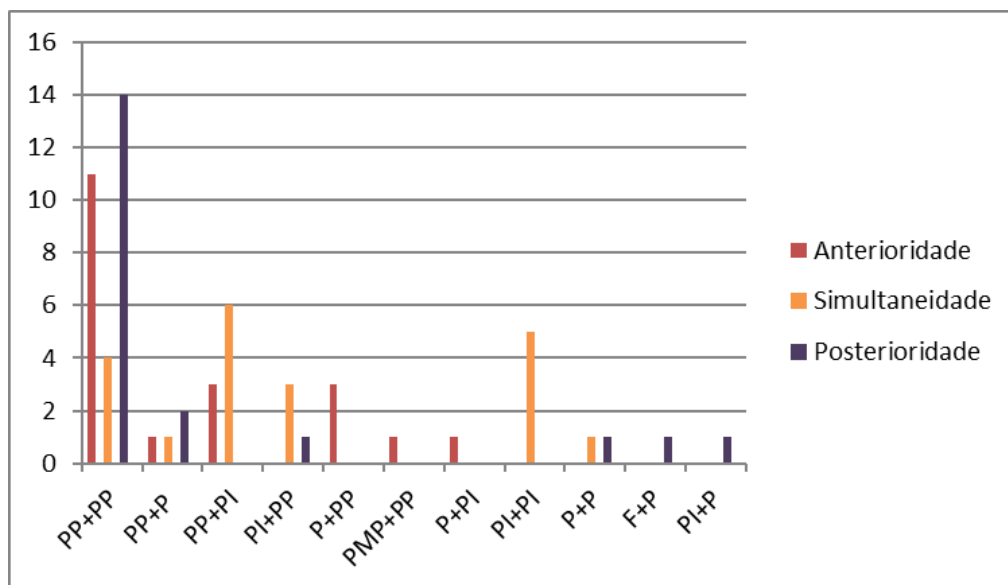


Tabela 4

Anterioridade:		Simultaneidade:		Posterioridade:	
PP+PP	11	PP+PI	6	PP+PP	14
P+PP	3	PI+PI	5	PP+P	2
PP+PI	3	PP+PP	4	PI+PP	1
PP+P	1	PI+PP	3	P+P	1
PMP+PP	1	P+P	1	PI+P	1
P+PI	1	PP+P	1	F+P	1

Feita esta análise, foi possível aferir que a sequência PP+PP com a relação de posterioridade é a relação mais recorrente, seguida de muito perto pela mesma sequência, mas com a relação de anterioridade.

De seguida apresentamos alguns exemplos das sequências e respectivas relações temporais mais frequentes:

- (1) “um engenheiro (...) **ouviu** Pedro Fonseca, de 24 anos, pedir ajuda no chão, mas **optou** por não prestar assistência”
- (2) “A mesma fonte **adiantou** ainda que a mulher **foi** atingida na zona abdominal”
- (3) “Madeleine (...) **desapareceu** enquanto **estava** de férias com a família em Portugal há 13 anos.”
- (4) “O momento foi captado por um dos vários jovens que **assistiam** ao evento e **filmavam** os carros”

No exemplo (1), com uma sequência de PP+PP, a situação “optou” é posterior à situação “ouviu Pedro Fonseca pedir ajuda”. Já no exemplo (2), a situação “foi atingida” é anterior à situação “a mesma fonte adiantou”. Neste caso, embora a sequência de tempos seja a mesma (PP+PP), a relação temporal é diferente devido à estrutura sintática em que ocorre, isto é, uma frase complexa com uma oração subordinada completiva, e não uma frase com duas orações coordenadas, como em (1). No exemplo (3), a situação “desapareceu” é simultânea à situação “estava de férias”, leitura obtida devido à sequência PP+PI. Por fim, no exemplo (4), a situação “assistiam” ocorre também em simultaneidade com “filmavam”, mas com uma sequência de tempos verbais diferentes do exemplo (3) (PI+PI).

4. Conclusões

O objetivo geral deste trabalho foi verificar quais os tempos verbais predominantes nas notícias bem como as relações temporais existentes nas mesmas. Foi constituído um *corpus* com 10 notícias e foi feita a análise tendo em conta os tempos verbais presente, pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito e futuro simples; as relações temporais de anterioridade, simultaneidade e posterioridade e as sequências de tempos associadas a essas relações.

A análise realizada permitiu concluir que o pretérito perfeito é o tempo verbal predominante nas notícias, tal como esperado, mas, ao contrário do que se pensava, foi o presente o segundo tempo mais recorrente (e não o pretérito imperfeito), o que demonstra que a nossa primeira hipótese não foi comprovada.

Verificamos que a sequência PP+PP com leitura de posterioridade foi a relação mais frequente, embora, em termos globais, as relações temporais de anterioridade, simultaneidade e posterioridade apareçam o mesmo número de vezes.

Em conclusão, apesar de este estudo poder ser indicativo de algumas características das notícias predominantemente narrativas, poderá ainda vir a ser mais desenvolvido, sendo necessário validar estas conclusões com um *corpus* maior.

Referências

- Aoran, Y. 2019. Uso do pretérito perfeito e do pretérito imperfeito em português europeu por estudantes de português chineses com L1 cantonês. Dissertação de mestrado, Universidade do Porto.
- Costa, J. R. A. 2019. As relações temporais nas frases com orações subordinadas completivas finitas de verbo. *Revista elingUP: Revista Eletrónica de Linguística dos Estudantes da Universidade do Porto*, 8(2): 37-61.
- Cunha, C.; Cintra, L. Emprego dos Tempos do Indicativo. In *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (462-469). Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital.
- Lage, N. 1979. *Ideologia e técnica da notícia*. 1.^a edição. Petrópolis: Vozes.
- Oliveira, F. 2003. Tempo e aspecto. In *Gramática da Língua Portuguesa* (129-173). Lisboa: Caminho.
- Tavares, M. A. 1997. O verbo no texto jornalístico: notícia e reportagem. *Working Papers em Linguística*, 1: 123-142.

SER E ESTAR **E DIFERENTES TIPOS DE ESTADOS**

Rita Maria Nunes Ribeiro⁹

ritamnribeiro@gmail.com

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. Este trabalho¹⁰ tem como objetivo apresentar algumas diferenças entre *ser* e *estar* de acordo com Marín (2015), Cunha (1998), Cunha & Ferreira (2003), Gumiel-Molina & Pérez-Jiménez (2012), e.o., recorrendo a um *corpus* retirado da plataforma *CETEMPúblico*. O principal objetivo é identificar construções preferenciais de adjetivos com os verbos *ser* e *estar* e, assim, procurar contribuir para uma possível tipologia dos adjetivos selecionados pelos verbos considerados.

PALAVRAS-CHAVE. Tempo, Aspeto, Verbos Estativos, Adjetivo.

ABSTRACT. This work was carried out with the objective of presenting some differences between *ser* and *estar* according to Marín (2015), Cunha (1998), Cunha and Ferreira (2003), Gumiel-Molina & Pérez-Jiménez (2012), among others, using a *corpus* taken from the *CETEMPúblico* platform. The main objective of this project is to identify the preferred constructions of the verbs *ser* and *estar* and thus define the typology of the adjectives selected by the verbs in these constructions.

KEYWORDS. Time, Aspect, Stative Verbs, Adjective.

1. Introdução

O tópico principal deste projeto é a identificação das construções preferenciais dos verbos *ser* e *estar* de forma a conseguir verificar a tipologia dos adjetivos selecionados pelos verbos em construções predicativas. Este trabalho tem como principais objetivos a exposição de contextos dos verbos *ser* e *estar* em construções no Presente, Pretérito Perfeito e Pretérito Imperfeito; a apresentação das diferenças entre os verbos de acordo com diversas perspetivas

⁹ Estudante do 1.º ano de Mestrado em Linguística da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹⁰ Este trabalho foi realizado no âmbito da unidade curricular *Projeto* do Mestrado em Linguística.

e, por fim, a análise de construções predicativas com *ser* e *estar* de forma a compreender quais os adjetivos que são selecionados pelos verbos.

Para a realização deste trabalho foi feita uma recolha e análise de um *corpus*, através do *CETEMPúblico* da *Linguateca*. Para sustentar as hipóteses diferenciais entre *ser* e *estar* e fazer a seleção do *corpus*, foram feitas leituras sobre Tempo e Aspeto. Após esta fase do estudo, foram recolhidos cento e vinte cinco exemplos (sessenta para o Presente – onze dos quais foram para *estar* + *adj.* e quarenta e nove para *ser* + *adj.* –, vinte e nove para o Pretérito Perfeito – vinte e quatro para *ser* + *adj.* e cinco para *estar* + *adj.* –, e trinta e seis para o Pretérito Imperfeito – vinte e nove para *ser* + *adj.* e sete para *estar* + *adj.*). O tempo Futuro não foi considerado para este projeto por não se terem encontrado exemplos. Por fim, foi feita a análise destes exemplos para podermos identificar quais as estruturas preferenciais em que *ser* e *estar* comparecem.

2. Enquadramento teórico

2.1. Sobre Tempo

O tempo serve para localizar temporalmente as situações expressas pelas predicções, em particular graças aos designados tempos gramaticais, mas também através de outros meios, como adverbiais ou orações temporais (cf. Oliveira 2013: 509). “Nas línguas humanas, o eixo temporal articula-se em três domínios, Passado, Presente e Futuro, relativamente a um ponto ou a um intervalo tomado como referência, nomeadamente o momento em que o falante produz o enunciado (...)” (Oliveira 2013: 510). A natureza diversa das relações temporais, com pontos de referência diferentes, é responsável por estabelecer relações de anterioridade, simultaneidade e posterioridade relativamente a um ponto de referência (cf. Cunha 1998, Oliveira 2003, Oliveira 2013, e. o.).

O Pretérito Perfeito

É considerado um tempo do passado; no entanto, não podemos assumir que seja perfetivo, pois, geralmente, não expressa um estado consequente, sendo apenas terminativo. Marca o fim de um Estado ou Evento, mas em culminações e processos culminados pode resultar num estado consequente. Quando estamos perante uma sequência de frases no

Pretérito Perfeito, é possível determinar que é uma sucessão de eventos, em que cada um serve de ponto de referência para o seguinte (cf. Kamp & Reyle 1993; Oliveira 2003: 156).

- (1) Só que naquele dia **foi** diferente. par=ext1058920-pol-95b-1

O Pretérito Imperfeito

O Pretérito Imperfeito é um tempo verbal com valor temporal de passado, mas possui igualmente uma forte dimensão aspetual e, por vezes, modal. Os predicados estativos podem ocorrer no Pretérito Imperfeito quando tomam como ponto de referência o momento de enunciação (cf. Oliveira 2013). À caracterização temporal do Imperfeito acresce a possibilidade de funcionar como um operador aspetual, conferindo estatividade a eventos e, ainda, a possibilidade de ocorrer em contextos modais (cf. Oliveira 2003, 2013, e. o.).

Segundo Oliveira (2015), o Imperfeito apenas pode ocorrer em frases simples com predicados de indivíduo – o que iremos abordar mais para a frente – ou quando transforma eventos em estados habituais.

- (2) Podia ter lá os seus defeitos, mas **era inteligente**, o ladrão!
par=ext258706-pol-96a-2

O Presente

De acordo com Oliveira (2003), o Presente só dá informação estritamente temporal com estados, enquanto que “com eventos está restringido a relatos diretos e ao uso de enunciados performativos” (Oliveira 2003: 154). O Presente do Indicativo – que, como já referimos, mantém a informação de tempo presente com estados –, opera uma alteração aspetual em eventos, transformando-os em estados habituais. Cunha (1998) refere que a leitura preferencial das frases com o Presente do Indicativo é de habitualidade ou ‘frequentativa’, excluindo as predicacões estativas.

- (3) Marcelo é **inteligente**, muito. par=ext77306-opi-96a-1

2.2. Aspeto

O Aspeto é considerado uma estrutura temporal responsável pela caracterização da constituição interna das situações presentes nas orações que “depende em grande parte (embora não só) da natureza semântica do predicado da oração” (cf. Cunha 2013: 585).

Geralmente, faz-se a distinção entre aspeto – que é estritamente gramatical – e *aktionsart*¹¹ – que, por sua vez, é de natureza lexical. No entanto, em línguas como o português, que não manifestam marcação aspetual em termos de flexão ou de outros processos morfológicos, esta distinção mostrou-se inadequada¹², pois pode “veicular-se informação aspetual muito semelhante recorrendo a diferentes processos linguísticos” (cf. Oliveira 2003: 133).

Tipologia Aspetual: Estados

Os verbos estativos podem ser **existenciais** (predicados unários, que selecionam um argumento *Tema*) como *haver*, *existir*, *ser*; **locativos** (verbos de dois lugares com um argumento *Tema* e um argumento *Locativo*), e estes podem incluir verbos **de posse** (cujo argumento que designa o possuidor pode ser encarado como um Locativo em sentido abstrato); verbos **epistémicos** como *saber* e verbos **psicológicos** não causativos como *gostar* (predicados binários que selecionam um argumento *Experienciador* e um argumento *Tema*); e verbos **copulativos**, que podem ser considerados *predicados binários* (os quais selecionam como argumento um domínio de predicação a que atribuem o papel *Tema*); ou *verbos desprovidos de estrutura argumental* (os quais constituem a mera lexicalização de valores temporais e aspetuais¹³) (cf. Oliveira 2003: 194).

Os estados distinguem-se essencialmente dos eventos pelo traço [+/-dinâmico]. Uma consequência do facto de os estados não serem dinâmicos é não apresentarem fases, ao contrário dos eventos (cf. Oliveira 2015). Os estados não envolvem nenhuma alteração na estrutura interna da predicação: quando o estado é obtido num intervalo de tempo de um determinado contexto, a condição desse estado irá permanecer durante todo o tempo desse intervalo. Os estados implicam também a manutenção de algumas condições, ao passo que os eventos implicam a sua revogação (cf. Kamp & Reyle 1993).

Começemos por apresentar dois tipos básicos de estados: **faseáveis** – os quais podem assumir, sob certas condições, o comportamento típico dos eventos e, nesse sentido, podem receber uma estrutura fásica ao longo do seu decurso, em que uma fase pode ser concebida como uma parte espaço-temporal diferenciada de um indivíduo (cf. (4), (9)) –, e **não**

¹¹ Modo de ação.

¹² Em certas línguas, por exemplo as línguas eslavas, o aspeto é marcado morfológicamente e a distinção entre aspeto e *aktionsart* é fundamental.

¹³ O sujeito, em ambas as perspetivas, assume-se como não argumento do verbo copulativo (cf. Duarte & Brito 2003).

faseáveis – os quais são de natureza não mutável e, como a própria designação indica, são desprovidos de fases, sendo sempre contínuos (cf. (6)) (cf. Cunha 1998, 2004). Os estados não faseáveis não permitem, “durante o seu decurso, qualquer alteração do estado de coisas que descrevem”¹⁴ (cf. Cunha 1998: 9).

Podemos também referir a diferença entre **predicado de fase** (cf. (8)) e **predicado de indivíduo** (cf. (4) e (7))¹⁵, a qual pode ser ilustrada pelo contraste entre *ser* e *estar* no português. Em português, o contraste entre *ser* e *estar* serve para ilustrar a distinção entre predicados de indivíduo e predicados de fase¹⁶ (*ser rico* (cf. (7)) / *estar rico* (cf. (8))), mas não para ilustrar a distinção faseável / não faseável.

- (4) O João é inteligente.
- (5) O João **está a ser** inteligente.
- (6) O João é português.
- (7) O João é rico.
- (8) O João **está** rico.
- (9) O João é simpático.
- (9') O João **está a ser** simpático.

Segundo Mourelatos (1978), os estados são não dinâmicos e, apesar de poderem ser o resultado de uma mudança e até serem responsáveis pela mudança, nunca podem constituir a própria mudança (cf. Mourelatos 1978: 192). Os predicados estativos têm a propriedade de não poderem ocorrer no progressivo, uma ideia que acabou por ser refutada mais tarde, através da comprovação de que os estados podem ocorrer em predicções progressivas (cf. (9')) (cf. Mourelatos 1978; Cunha 1998, 2004, 2010; e.o.).

Sobre verbos estativos ser e estar

¹⁴ “Os estados (como *estar doente, ser feliz, amar, acreditar, saber*, etc.) caracterizam-se por serem, em geral, não dinâmicos e não “processuais”. Além disso, os estados “duram” tempo e são homogêneos, i.e., cada uma das suas partes é idêntica ao seu todo. Devemos ainda referir que os predicados estativos não comportam informações acerca de “fases” ou “subeventos”: são “neutros” relativamente a este tipo de focalização aspectual e as situações que descrevem parecem não apresentar nenhuma fase especificada – nem preparatória, nem culminativa, nem resultante. Podemos, pois, afirmar, em consequência do que foi dito, que os estados apenas “predicam” e não se constituem como “processos”, já que não podem dar conta, intrinsecamente, de qualquer tipo de mudança aspectual” (cf. Cunha 1998: 5).

¹⁵ O predicado de indivíduo pode ser faseável (cf. (5)).

¹⁶ Podemos exemplificar também com *O João é/está moreno*, em que o sentido da predicação muda: podemos interpretar esta frase como *O João está moreno porque foi à praia e bronzeou-se*.

Segundo Marín (2015), o verbo *ser*, em espanhol, tem uma natureza estável e permanente e *estar* tem um carácter temporário e transitório. *Ser* tem a função de expressar qualidade, identificação, origem, posse, profissão, de que material é feito um objeto, a localização temporal, o local, a data ou a hora de um determinado evento, e.o. *Estar* localiza no espaço (tendo assim a função de Locativo) ou relativamente a uma posição; é também usado na forma progressiva com o objetivo de indicar o estado físico ou psicológico, ou o resultado de uma ação (cf. Marín 2015: 13).

Cunha (1998) propõe que as divergências ao nível do significado de *ser* e *estar* são identificadas pelas oposições *inerente vs. transitório* e *permanente vs. temporário* (cf. Cunha 1998; Cunha & Ferreira 2003; e.o.). As construções *ser* + *Adj* descreveriam “propriedades de indivíduo” e as estruturas com *estar* + *Adj* descreveriam “propriedades de manifestações temporalmente limitadas de indivíduos (ou seja, descreveriam apenas propriedades de “porções” ou de “períodos” de alguma forma associados às entidades envolvidas)” (Cunha & Ferreira 2003: 423). *Ser* ocupa-se de propriedades “permanentes” de indivíduo, enquanto *estar* engloba propriedades de “manifestações temporalmente limitadas de indivíduos”, i.e., com traços temporários e transitórios. De acordo com Cunha (1998), a distinção *permanente vs. temporário* e *inerente vs. transitório* não depende da distinção entre estado *faseável* e *não faseável*, uma vez que os estados com o verbo *ser* podem ser faseáveis ou não faseáveis (cf. Cunha 1998: 139).

(10) O João **está** morto (retirado de Cunha & Ferreira 2003: 423)

(11) A Maria **é** muito jovem (retirado de Cunha & Ferreira 2003: 423)

Analisando os exemplos (10) e (11) de Cunha & Ferreira (2003), podemos substituir o verbo *estar* por *ser* e vice-versa e avaliar o resultado dessa substituição (cf. (10') e (11')):

(10') * O João **é** morto.

(11') A Maria **está** muito jovem.

Em (11') é possível, de uma forma forçada, um contexto coloquial em que *estar muito jovem* poderá ter um sentido de elogio em que se subentende que a *Maria* está bem cuidada para a sua idade¹⁷.

¹⁷ “(...) Para que a atribuição de uma propriedade a uma manifestação temporalmente limitada de um indivíduo possa acontecer, não é obrigatório que uma tal propriedade seja atribuída directamente à entidade em questão)” (Cunha 1998: 139).

O Progressivo não se pode combinar com *estar*, pois resultará numa leitura agramatical. Casos com estados não faseáveis também não aceitam o Progressivo, uma vez que este implica um começo, meio e fim, i.e., a atribuição de uma estrutura fásica à predicação (cf. (10’’)).

“As construções predicativas adjetivais construídas com o verbo *ser* podem surgir, sem problemas, com formas progressivas, desde que previamente convertidas em processos, i.e., desde que descrevam estados "faseáveis"” (cf. (5)) (Cunha 1998: 139).

(10’’) O João **está a *estar/ #ser** morto¹⁸.

(11’’) A Maria **está a *estar/ *ser** muito jovem.

2.3. Tipologia de Adjetivos: Qualificativos, Relacionais, Adverbiais

Os adjetivos qualificativos atribuem propriedades “no âmbito de um dos parâmetros de natureza física, psicológica ou conceptual constitutivos das entidades que os nomes denotam” (Brito & Raposo 2013: 1086). De acordo com Brito (2003), o adjetivo qualificativo varia em género, número e grau, e pode surgir em construções comparativas (cf. Brito 2003: 376).

Os adjetivos relacionais (ou temáticos e referenciais) representam um argumento do nome, podendo receber uma função temática diversificada como *Agente* (cf. *discurso presidencial*), *Experienciador* (cf. *medo social*), *Tema* (cf. *a construção naval*) ou *Possuidor* (cf. *trânsito urbano*¹⁹). Os adjetivos relacionais²⁰ ocupam uma posição pós-nominal e não admitem flexão de grau (cf. Brito 2003: 376).

Relativamente aos adjetivos adverbiais, Cunha & Ferreira (2003) apresentam a seguinte tipologia: adjetivos modificadores do significado ou intensão dos nomes (“mero”); adjetivos negativos e conjeturais (“falso”, “presumível”); adjetivos modais (“possível”); adjetivos temporais/aspetuais²¹ (“frequente”, “súbito”) (cf. Cunha & Ferreira 2003: 422).

¹⁸ *Estar a ser morto* pode ser aceitável se considerarmos como uma construção na passiva, mas a leitura na passiva não envolve mudança aspetual. Neste caso, estamos perante o **evento** de matar, o que o seguinte exemplo pode comprovar: *O João foi morto às duas da madrugada*. Desta forma, se considerarmos uma leitura estativa, não é aceitável.

¹⁹ Exemplo retirado de Brito (2003).

²⁰ Certos autores consideram os adjetivos relacionais “pseudo-adjetivos” (Brito 2003: 376).

²¹ “Estes comportam-se como qualificativos, mas o que os separa é o facto de se assumirem como modificadores de eventos, podendo se transformar em advérbios, de modo, no caso de a expressão em que ocorrem se converter em oração. (...) Os Temporais/Aspetuais modificam a estrutura interna temporal e os valores dos Nomes e podem assumir funções de adjuntos (modo, tempo, lugar, etc.)” (Cunha & Ferreira 2003: 422).

Para além dos qualificativos, relacionais e adverbiais, Demonte (1999) propõe a seguinte classificação: *adjetivos intersectivos* ou *absolutos* e *adjetivos subsectivos* ou *relativos*²²; *adjetivos individuales* e *adjetivos episódicos*²³; *adjetivos restrictivos* e *no restrictivos*²⁴ (cf. Demonte 1999: 137-146). Dentro dos adverbiais, Demonte (1999) ainda distingue sistematicamente as seguintes subclasses: *adjetivos adverbiales modales*; *adjetivos adverbiales marcadores de la intensión o referencia*; *adjetivos adverbiales circunstanciales* (*temporales, espaciales y de manera*) e *adjetivos adverbiales aspectuales* (cf. Demonte 1999: 206-211).

No espanhol, alguns adjetivos combinam com *ser* (ex.: *auténtico*) e outros com *estar* (ex.: *cansado*), e alguns combinam com ambos (ex.: *pequeno, alegre*) (cf. Cunha & Ferreira 2003; Gumiel-Molina & Pérez-Jiménez 2012).

3. O Corpus

O *corpus* a seguir apresentado é composto por cento e vinte cinco exemplos (sessenta para o Presente – onze dos quais foram para *estar + adj.* e quarenta e nove para *ser + adj.* –, vinte e nove para o Pretérito Perfeito – vinte e quatro para *ser + adj.* e cinco para *estar + adj.* – e trinta e seis para o Pretérito Imperfeito – vinte e nove para *ser + adj.* e sete para *estar + adj.*). Esta apresentação é acompanhada por uma análise sucinta de forma a encontrar algumas pistas sobre as diferenças e semelhanças entre *ser* e *estar* e compreender as suas leituras preferenciais.

²² “Los adjetivos de medida física y de evaluación intelectual, en efecto, los que afirman una comparación entre una dimensión de una determinada cosa y la calidad media que tiene la clase de cosas a la cual aquella pertenece (...) son por lo común adjetivos relativos o no intersectivos. Parece pues, para ser más específicos, que los adjetivos son relativos o subsectivos cuando manifiestan cualidades cuya interpretación depende muy fuertemente del contexto.” (Demonte 1999: 145).

²³ “Hay unos que predicen situaciones estables, propiedades llamadas a veces permanentes, que caracterizan a un individuo en cuanto tal y se sitúan al margen de cualquier restricción espacial o temporal. A estos adjetivos suele denominárseles 'gnómicos', 'individuales' o 'estables'. Entre las formas adjetivas calificativas que sólo pueden actuar dentro de esta clase se encuentran *psicópata, egocéntrico, capaz*, (...) etc. El grupo alternativo a este es el de los modificadores y predicados adjetivos que se refieren a estadios, a situaciones y propiedades transitorias, que implican cambio y que tienen limitación espacio temporal. A estos adjetivos se los conoce como predicados 'episódicos', 'precarios' o 'de estadio'.” (Demonte 1999: 142).

²⁴ “Escuetamente, Lenz (1935: 176-179) y Hanssen (1910/1945) hablan del valor o carácter 'objetivo' (se especifica al sustantivo de manera lógica por medio de cualidades complejas y exteriores) y 'subjetivo' (se implica una apreciación afectiva por medio de cualidades primitivas, inherentes e interiores), respectivamente, de los que aquí llamamos adjetivos restrictivos y no restrictivos.” (Demonte 1999: 191).

3.1. Análise dos dados

Presente

(12) «Os senhores devem estar mesmo com dificuldades, porque de um momento para o outro decidiram arranjar um tema novo, que é fácil e populista», afirmou. par=ext51803-clt-97b-1

(12') *“(...) que **está** fácil e populista.”

(13) Na rua o cheiro ainda é mais intenso. par=ext798881-soc-91a-2

(13')“(...) **está** mais intenso.”

(13'')“Na rua o cheiro ainda #**está/é** mais intenso às duas horas da tarde”.

(13''')“Na rua o cheiro ainda **está a ser** mais intenso”.

(14) O falhanço no sistema de ensino é evidente. par=ext11826-nd-98a-1

(14')“O falhanço no sistema de ensino **está** evidente.”

(14'')“O falhanço no sistema de ensino **está a ser** evidente”

Análise: De acordo com Cunha (1998), *ser+Adj* caracteriza predicções que manifestam propriedades de indivíduo, i.e., propriedades que não são espaciotemporalmente condicionadas, o que é o caso de *ser fácil e populista* (cf. (12)), o que leva ao resultado agramatical em (12'). Seguindo esta linha, *intenso* pode ser uma propriedade constante com *ser*, mas com *estar* pode ser de fase (ou episódica ou temporária), ou seja, pode ser temporalmente limitada, permitindo, assim, a substituição, levando apenas a uma leitura diferente (cf. (13), (13')). Em (14'), a substituição cria algumas dúvidas, uma vez que em alguns casos podemos realmente utilizar *estar evidente* numa predicção e a leitura resultante dessa combinação mantém-se igual à leitura de *ser evidente*. No entanto, *evidente* surge preferencialmente com *ser*, uma vez que, recorrendo ao *CETEMPúblico*, apenas encontramos uma ocorrência com o verbo *estar*²⁵. *Ser intenso* e *ser evidente* são estados faseáveis, uma vez que podemos aceitar a construção progressiva (cf. (13'') e (14'')).

Pretérito Perfeito

²⁵ “O pluralismo dos participantes **está evidente** nos nomes dos políticos que nela trabalharão: desde Anatoli Lukianov, antigo presidente do Soviete Supremo da URSS, mentor do golpe de Agosto de 1991, aos mais prestigiados dirigentes democráticos, como Anatoli Soltchak, presidente de São Petersburgo.” par=ext1195429-pol-93a-2

(15) Entretanto, segundo **foi** possível apurar, mais sete pessoas sentiram-se ontem ligeiramente indispostas no interior do edifício, tendo sido assistidas no banco de urgências do hospital de Aveiro. par=ext1515087-soc-95b-1

(15') * "Entretanto, segundo **esteve** possível apurar (...)."

(16) A evolução do mercado cambial **foi** bastante mais calma que na véspera, embora se mantivessem as tendências de valorização do escudo. par=ext433511-eco-92a-1

(16') "A evolução do mercado cambial **esteve** bastante mais calma (...)."

(16'') "A evolução do mercado cambial **está a ser/*estar** bastante mais calma (...)."

(16''') "A evolução do mercado cambial **passou a ser** bastante mais calma (...)."

(17) O volume de negócios **foi** significativo . par=ext573841-eco-95b-1

(17') *"O volume de negócios **esteve** significativo."

(17'') "O volume de negócios **foi** significativo durante a manhã."

(17''') "Sempre que o volume de negócios é significativo, a empresa comemora."

(17''''') "O volume de negócios **passou a ser** significativo."

Análise: Em (15), estamos perante um adjetivo modal, o qual expressa especialmente propriedades de uma situação e, por isso, não aceita o verbo *estar* (cf. Cunha & Ferreira 2003: 427). No exemplo (16), consideramos que a substituição do verbo *ser* pelo verbo *estar* é possível e aparenta não implicar mudanças na leitura, parecendo, no entanto, caracterizar a situação com *ser* e descrever a situação no seu decurso com *estar*. *Ser calma* é um predicado de indivíduo e um estado não faseável; *estar calma* é um estado faseável e um predicado de fase, como podemos constatar ao analisar os exemplos (16'') e (16'''). Em (17'), podemos verificar a agramaticalidade resultante da substituição de *ser* por *estar*. Em (17), podemos interpretar uma situação passada, terminada e caracterizadora de um tempo alargado. Em ambos os casos, estamos perante estados, mas de natureza diferente. *Ser significativo* é um predicado de fase faseável, o que é comprovado pelas construções com adverbiais de duração e de localização temporal (cf. (17'')), com quantificação por meio de expressões como *sempre que* (cf. (17''')) e sob o escopo do operador *passar a* (cf. (17''''')). O Pretérito Perfeito não implica necessariamente alteração do valor aspetual da predicação. Dá uma informação de passado e de algo terminado e, nalguns casos, de inferência de estado consequente.

Pretérito Imperfeito

(18) Permaneceria habitado por sombras, encerrando nas suas salas, requintadas e esquisitas, a memória de um passado que lhe **era** hostil. par=ext986294-nd-91b-1

(18') *“(...) a memória de um passado que lhe **estava** hostil.”

(18'') “(...) a memória de um passado que lhe **está/estava a ser** hostil.”

(18''') “(...) a memória de um passado que lhe **passou a ser** hostil.”

(19) O título **era** tão extravagante, que acabou por ser abandonado em proveito de «American Dreamers». par=ext955032-clt-92b-2

(19') *“(O título **estava** tão extravagante (...).”

(19'') *“(O título **estava a ser** tão extravagante, que acabou por ser abandonado em proveito de «American Dreamers»”.

(20) O cheiro **era** insuportável, com as galerias a servirem de urinóis . par=ext222745-soc-92a-1

(20') “O cheiro **estava** insuportável.”

(20'') “O cheiro **está a ser** insuportável”

Análise: O adjetivo *hostil* é um adjetivo qualificativo característico de um predicado de indivíduo. *Ser hostil* é um estado faseável e um predicado de fase e pode aceitar construções como (18'') e (18'''). *Estar hostil* não é aceitável em português (cf. (18')). No exemplo seguinte, podemos verificar que a substituição de *ser* por *estar* não é aceitável (cf. (19')). *Ser extravagante* é um estado não faseável, pois a forma progressiva é de difícil aceitação (cf. (19'')). Em (19), a substituição é aceitável e a sua interpretação poderá sofrer alguma alteração, sendo que o verbo *ser* poderá remeter para um tempo passado anterior ao tempo passado da situação em (19'). O exemplo (20) representa um estado faseável (cf. (20'')) e, por isso, consideramos possível a substituição de *ser* por *estar*.

3.2. Síntese

Podemos reiterar que as construções com *ser* + *adj.* descrevem “propriedades de indivíduo” e *estar* + *adj.* descrevem qualidades “temporalmente limitadas de indivíduos”. Consideramos que os verbos *ser* e *estar* podem, ou não, operar alterações a nível aspetual, dependendo das características dos adjetivos envolvidos nas construções que foram analisadas anteriormente.

4. Considerações finais

Nos exemplos que serviram de base ao nosso trabalho, propomos a substituição do verbo *ser* pelo verbo *estar* de forma a auxiliar a análise que visa a compreensão das diferenças entre ambos os verbos. Podemos então concluir que:

- De acordo com Marín (2015), o verbo *ser* tem a função de expressar qualidade, identificação, origem, posse, profissão, de que material é feito um objeto, a localização temporal, o local, a data ou a hora de um determinado evento e o verbo *estar* tem a função de localizar no espaço, tendo assim a função de Locativo, ou localizar relativamente a uma posição²⁶ (cf. Marín 2015: 13).
- O comportamento de *ser* e *estar* é influenciado pelos adjetivos que selecionam. *Ser* seleciona adjetivos qualificativos, modais e aspetuais, e *estar*, por sua vez, seleciona adjetivos qualificativos e temporais/espaciais.
- Os tempos verbais e os tipos de adjetivos claramente têm um papel fundamental para o desempenho destes verbos.
- As construções com *ser* + *adj.* descrevem “propriedades de indivíduo” e as construções com *estar* + *adj.* descrevem partes de indivíduos temporalmente limitadas (“porções” ou “períodos” associados às entidades envolvidas).

Referências

- Brito, A. M. 2003. Categorias Sintáticas. In Gramática da Língua Portuguesa (5ª edição, 323-433). Lisboa: Caminho.
- Brito, A. M., Raposo, E. 2013. Complementos, modificadores e adjuntos no sintagma nominal. In Gramática do Português (Vol. I, 1045-1113). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cunha, L. F. 1998. As construções com progressivo no português: uma abordagem semântica. Dissertação de mestrado, Universidade do Porto.
- Cunha, L. F.; Ferreira, I. 2003. Tipologia de adjetivos e construções predicativas com *ser* e *estar* em Português Europeu. Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: APL, 421-432.
- Cunha, L. F. 2004. Semântica das predicções para uma caracterização aspectual dos estados. Dissertação de Doutoramento. Universidade do Porto.
- Cunha, L. F. 2013. Aspeto. In Gramática do Português (Vol. I, 585-622). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

²⁶ Contudo, o verbo *ser* pode comportar-se como Locativo, como podemos verificar no seguinte exemplo: “O comício de Jorge Sampaio é **no Rossio**, às 22 horas, depois passagem pela cidade em caravana automóvel.”
par=ext20391-pol-91b-1

- Demonte, V. 1999. El adjetivo: clases y usos. La posición del adjetivo en el sintagma nominal. In Gramática descriptiva de la lengua española: Sintaxis básica de las clases de palabras (Vol I, 129-216). Espanha: Espasa Calpe.
- Duarte, I.; Brito, A. M. 2003. Predicação e classes de predicadores verbais. In Gramática da Língua Portuguesa (5ª edição, 179-203). Lisboa: Caminho.
- Gumiel-Molina, S.; Pérez-Jiménez, I. 2012. Aspectual composition in <ser/estar + adjective> structures: Adjectival scalarity and verbal aspect in copular constructions. In Borealis: An International Journal of Hispanic Linguistics (33-62). Universidade de Alcalá, Centro de Ciencias Humanas y Sociales - Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Kamp, H.; Reyle, U. (Eds.). 1993. From Discourse to Logic: Introduction to Modeltheoric Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory. Dordrecht: Kluwer.
- Marín, R. 2015. Ser y Estar. In Enciclopedia de Lingüística Hispánica (Vol. II, 13-24).
- Mourelatos, A. 1978. Events, Processes, and States. In Syntax and Semantics: Tense and Aspect (V. 14, 191-211). Emerald Group Publishing Limited.
- Oliveira, F. 2003. Tempo e Aspeto. In Gramática da Língua Portuguesa (5.ª ed, 127-178). Lisboa: Editorial Caminho.
- Oliveira, F. 2013. Tempo Verbal. In Gramática do Português (Vol. 1, Cap. 15, 509-553). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Oliveira, F. 2015. O Imperfeito e o Tempo dos Indivíduos. In Estudos de Semântica (10-24). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, CLUP.

AS CONSTRUÇÕES PASSIVAS IMPESSOAIS: UMA ANÁLISE CONTRASTIVA ENTRE O PORTUGUÊS EUROPEU E O FRANCÊS

Mariana Sofia Silva²⁷

up201904104@edu.letras.up.pt

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. Embora a gramática tradicional conceba as construções passivas como meros “espelhos” das suas correspondentes ativas, vários teóricos afirmam que a passiva possui uma estrutura sintática própria e independente. Neste trabalho, abordamos as construções passivas impessoais numa perspetiva comparada. Nestas construções, o SN permanece na posição canónica de OD, mas a concordância com o verbo denota que se comporta como Sujeito, devido a uma possível transmissão de informações de caso nominativo a partir de uma categoria vazia. Isto é possível em português europeu, mas não em francês, devido às diferentes marcações do Parâmetro do Sujeito Nulo nestas duas línguas.

PALAVRAS-CHAVE. Análise Contrastiva Português-Francês, Frases Passivas Impessoais, Parâmetro do Sujeito Nulo.

ABSTRACT. Even though traditional grammar views passive constructions as mere “mirrors” of their active counterparts, many theoreticians argue that passive constructions have their own independent syntactic structure. In this paper, we take a contrastive approach on impersonal passive constructions. In these constructions, the NP remains in the classical Direct Object position, but it triggers agreement, which shows that it behaves as Subject. This may be due to a transmission of nominative case information from an empty category. This is possible in European Portuguese, but not in French, due to differences in which concerns the Null Subject Parameter in these two languages.

KEYWORDS. Contrastive Portuguese-French Analysis, Impersonal Passives, Null Subject Parameter.

²⁷ Estudante do 2.º ano do Mestrado em Linguística.

1. Introdução

A distinção entre frases ativas e frases passivas é-nos apresentada pela tradição gramatical greco-latina como residindo na diátese, ou seja, no modo como é perspectivada a situação descrita pela frase. Deste modo, uma frase em que a situação é perspectivada a partir da entidade com o papel temático interno será uma frase passiva, em oposição à perspetivação da situação a partir da entidade com o papel temático externo, que caracterizará uma frase ativa (Duarte 2003b).

Podemos definir a estrutura passiva com base nas relações sistemáticas que existem entre a frase passiva e a frase ativa que lhe corresponde: o constituinte com a função sintática de sujeito na frase passiva corresponde ao constituinte com a função sintática de objeto direto na frase ativa; o constituinte introduzido pela preposição *por* na frase passiva (tradicionalmente chamado complemento agente da passiva) corresponde ao constituinte com a função sintática de sujeito na ativa correspondente. Na frase passiva, ocorre uma forma do verbo *ser*, que funciona como verbo auxiliar e que está ausente da frase ativa correspondente, bem como uma forma participial do verbo principal, que concorda em género e número com o sujeito da frase (Duarte 2003b: 522).

No entanto, esta perspetiva de alternância ativa-passiva tem vindo a ser questionada por vários linguistas, que argumentam que a passiva terá a sua própria estrutura básica e independente, não sendo um “mero espelho” ou uma “diferente representação” da frase ativa que lhe corresponde.

Desclés & Guentchéva (1993) apresentam algumas das razões que justificam uma análise independente da estrutura passiva, sendo uma delas o facto de muitas frases ativas não apresentarem correspondentes passivas (e, embora sendo mais raro, vice-versa). Partindo desta constatação, os autores afirmam que “[...] a ativa e a passiva não são variáveis combinatórias que possam ser mutuamente substituíveis em contextos idênticos [...]”²⁸ (Desclés & Guentchéva 1993: 75).

No presente trabalho, tendo em conta esta abordagem independente à estrutura passiva, procuraremos realizar uma análise contrastiva entre as estruturas passivas impessoais em duas línguas – o português europeu e o francês –, relacionando-a com a diferente marcação das mesmas em relação ao Parâmetro do Sujeito Nulo.

²⁸ Tradução livre do original em francês.

2. Considerações sobre estruturas passivas impessoais e o Parâmetro do Sujeito Nulo

2.1. As estruturas passivas impessoais

Tendo em conta a conceção da frase passiva como independente e não como derivada de uma equivalente ativa, será necessário definir qual é a estrutura básica da frase passiva; deste modo, podemos afirmar que a frase passiva não tem uma posição de sujeito preenchida, e que a forma participial do verbo presente na passiva seleciona um argumento interno. No entanto, a morfologia da passiva não legitima a atribuição de caso acusativo a este argumento direto, ao contrário do que acontece nas frases ativas.

Esta ausência de atribuição de caso acusativo desencadeia o movimento do argumento interno em busca de legitimação casual, que encontra na posição superficial de sujeito, onde lhe é atribuído caso nominativo.

Este movimento do SN dá origem a uma construção passiva perifrástica pessoal, conforme se encontra representado em (1). No entanto, existe também a possibilidade de permanência do SN *in situ*, ou seja, na posição canónica de objeto direto, embora continue a comportar-se como sujeito (caso nominativo e concordância com o verbo). Esta estrutura denomina-se construção passiva perifrástica impessoal (2).

(1) O inquérito foi submetido pela polícia.

(2) Foi submetido o inquérito pela polícia.

São as estruturas passivas impessoais que constituem o principal foco do presente trabalho, devido ao seu particular interesse em conexão com o Parâmetro do Sujeito Nulo.

Em primeiro lugar, é de relevo questionar a atribuição de caso nominativo ao SN em posição pós-verbal numa estrutura passiva impessoal, visto não se verificar o movimento de SN em direção à posição canónica de sujeito, conforme ocorre nas estruturas passivas perifrásticas pessoais como (1).

Esta questão encontra-se em aberto, mas parece que a legitimação do argumento interno direto do verbo com caso nominativo se deve à transmissão de informações de caso, número e pessoa, a partir de uma categoria vazia na posição de sujeito, para o SN em posição pós-verbal.

Numa língua que marca negativamente o Parâmetro do Sujeito Nulo, como é o caso do francês, parece apenas ser possível uma estrutura equivalente a (1), que se encontra representada em (3), e conforme é explicitado pela agramaticalidade de (4).

(3) Une enquête a été menée par la police.

(4) *a été menée une enquête par la police.

A legitimação de uma estrutura passiva perifrástica impessoal numa língua que não admite sujeito nulo, como é o caso do francês, embora parecendo pouco natural, ocorre graças à inserção de um expletivo (em francês, trata-se do pronome *il*), que veicula a informação de 3.^a pessoa do singular e que concorda com o verbo, conforme se encontra representado em (5)²⁹.

(5) Il a été menée une enquête par la police.

Note-se que, conforme realça Gaatone (1994), pode parecer possível, em determinados casos, a equivalência das construções passivas impessoais a construções ativas com o uso do pronome indefinido *on*, como se encontra exemplificado em (6) e na frase equivalente em (7).

(6) On a procédé à une enquête.

(7) Il a été procédé à une enquête.

Contudo, o autor aponta que estas duas construções não são equivalentes, pois um sujeito indefinido não equivale a um sujeito expletivo.

Para ilustrar esta distinção, Gaatone (1994: 44) apresenta as frases que reproduzimos em (8) e (9), que deverão ser interpretadas do ponto de vista de um chefe de estado que se dirige à nação.

(8) Il sera beaucoup demandé au peuple dans les années à venir.

(9) On demandera beaucoup au peuple dans les années à venir.

Estas duas frases veiculam significados distintos, evidenciando claramente a diferença entre a utilização de uma passiva impessoal com *il* – uma estratégia linguística que permite ao

²⁹ Exemplo extraído de Araújo (2005).

chefe de estado “isolar-se” deste pedido – e uma ativa indefinida com *on*, na qual o sujeito da frase inclui o próprio chefe de estado.

No caso do inglês, também, à imagem do francês, uma *non-pro-drop language* (língua que não admite sujeito nulo), a existência de construções passivas impessoais é legitimada através de uma estrutura ligeiramente diferente, graças à inserção do expletivo *there*, juntamente com a forma verbal *to be*.

(10) There was an enquiry to be submitted by the police.

Note-se que a presença do sintagma introduzido pela preposição *por* (*par*, em francês e *by*, em inglês) é opcional, sendo que a sua supressão em qualquer uma das frases (1) - (5) e (10) não é geradora de agramaticalidade.

No entanto, segundo Almeida (1994), as construções passivas impessoais parecem passar o agente para segundo plano de forma ainda mais radical do que acontece nas construções passivas pessoais. Deste modo, a explicitação do agente (denotado pelo sintagma introduzido pela preposição *por* e pela preposição *par*, respetivamente, conforme ocorre nas frases (2) e (5)) está associada à focalização do mesmo. Isto simboliza, para a autora, “[...] um relevo extraordinário [...] que atribui [ao agente] a posição de destaque, no final do enunciado [...]”, podendo até causar “[...] um efeito de surpresa [...]”³⁰ (Almeida 1994: 13).

As versões “curtas” das frases passivas perifrásticas impessoais – em que o sintagma *por* não é explicitado – têm, segundo a autora, a intenção de reduzir a importância ou de manter anónimo o “agente da passiva”, sendo também mais frequentes.

Segue-se, ainda, um exemplo extraído de Desclés & Guentchéva (1993), em que (11) corresponde a uma frase ativa e (12) a uma construção passiva impessoal legitimada pela introdução do pronome expletivo.

(11) Toutes les jeunes filles ont dansé un quadrille au bal du collège.

(12) Il a été dansé un quadrille par toutes les jeunes filles au bal du collège.

De acordo com Grevisse (2007), este pronome expletivo não designa nenhum ser nem coisa em específico, e, conforme realça Araújo (2005), não pode ser substituído por outros pronomes, conforme a agramaticalidade de (13) demonstra.

³⁰ Tradução livre do original em francês.

(13) *J'ai été menée une enquête par la police.

Existem, ainda, estruturas passivas impessoais que não admitem uma alternância com uma estrutura passiva pessoal, pois a colocação do SN argumento interno do verbo em posição pré-verbal seria geradora de agramaticalidade, conforme é o caso dos exemplos com orações em (14) - (17), adaptados de Almeida (1994).

(14) É suposto que os homens sejam humanos.

(15) *Que os homens são humanos é suposto.

(16) Il est supposé que les hommes sont humains.

(17) *Que les hommes sont humains est supposé.

Constatando a existência destas construções, Gaatone (1994) propõe uma subdivisão das construções passivas impessoais: as passivas “promocionais”³¹ impessoais (que podem, também, ser pessoais), às quais correspondem as frases em (2) e (5); e as passivas essencialmente impessoais, às quais correspondem as frases em (14) e (16).

Por último, é importante referir que, de acordo com Almeida (1994), em português europeu oral coloquial parece existir uma tendência para a realização de formas passivas impessoais que não se submetem às regras formais de concordância em género e em número da norma-padrão escrita. Reproduzimos em (18) um dos exemplos apresentados pela autora para ilustrar este fenómeno.

(18) */? Foi desejado ao casal muitas felicidades.

A interposição de um elemento – neste caso, o objeto indireto “o casal” – entre a forma verbal e o SN parece possibilitar a proliferação destas estruturas na oralidade, em que, possivelmente, o argumento interno do verbo é erroneamente interpretado como objeto direto, não concordando em género e em número com o mesmo.

Isto parece, ainda, estar relacionado com outra tendência para o incumprimento das regras de concordância em português europeu oral e coloquial, nomeadamente no caso de determinadas construções inacusativas. Note-se, por exemplo, que, com o verbo inacusativo

³¹ O autor menciona que esta terminologia se refere ao facto de o argumento interno do verbo ser “promovido” à posição de sujeito.

“chegar”, a construção (19) parece ser mais aceitável para os falantes de português europeu do que a construção (20), perspetivada como sendo puramente agramatical.

(19) */? Chegou pessoas.

(20) * Pessoas chegou.

2.2. O Parâmetro do Sujeito Nulo

O caso dos verbos impessoais é, claro está, um dos principais em que se verificam diferenças consoante a marcação relativa ao Parâmetro do Sujeito Nulo. Em português europeu, os sujeitos expletivos não têm realização lexical, conforme pode ser verificado em (21), ao contrário do que acontece em francês (22) (Duarte 2003a).

(21) Choveu ontem.

(22) Il a plu hier.

Note-se que, conforme é referido por Cunha & Cintra (1984), em certas variedades dialetais do português europeu popular, ou seja, não correspondentes à norma-padrão, é possível encontrar realizações lexicais do sujeito expletivo, comparável ao *il* do francês ou ao *there* do inglês, sob a forma do pronome *ele*, como seria o caso de (23). Carrilho (2009) argumenta, no entanto, que estas construções parecem envolver um valor expressivo adicional e particular, estilisticamente marcado.

(23) ?Ele choveu ontem.

Em português europeu, e em todas as outras *pro-drop languages* (línguas que admitem Sujeitos Nulos), o sujeito é um *pro* – um pronome nulo com traços de pessoa e género, que despoleta a concordância com o verbo.

3. Conclusão

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que, no português europeu e no francês, a marcação diferenciada em relação ao Parâmetro do Sujeito Nulo tem influência na formação das estruturas passivas impessoais.

Em primeiro lugar, é importante afirmar que estas estruturas não são impossíveis ou agramaticais em francês; existem, tal como nas restantes línguas de sujeito não-nulo, graças à

inserção de um expletivo (neste caso, *il*). Todavia, estas construções passivas impessoais com recurso a um pronome expletivo podem parecer pouco naturais ou de difícil assimilação.

Por este motivo, são muitas vezes utilizadas frases ativas com o sujeito indefinido *on*, tendo em vista a veiculação do mesmo significado. No entanto, conforme foi reiterado por Gaatone (1994) e referido anteriormente, estas estruturas nem sempre são equivalentes.

Nesta linha de pensamento, o facto de o português europeu ser uma língua de sujeito nulo parece facilitar a existência de tais construções, o que é ilustrado pelo seu abundante uso (por vezes, até, quebrando regras de concordância na oralidade, conforme foi referido na secção anterior).

Almeida (1994) refere que estas estruturas são consideravelmente mais populares em português europeu do que em francês, o que parece estar relacionado com a maior naturalidade das construções impessoais, sem a necessidade de realização fonética numa língua que marca positivamente o Parâmetro do Sujeito Nulo.

Referências

- Almeida, M. 1994. L'impersonnel en portugais et en français: approche contrastive. *L'Information Grammaticale* 62: 12-15.
- Araújo, S. 2005. A impessoalidade em português e em francês. *Diacrítica* 19(1): 5-37.
- Carrilho, E. 2009. Sobre o expletivo *ele* em português europeu. *Estudos de Lingüística Galega* 1: 7-26.
- Cunha, C.; Cintra, L. 1984. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: João Sá da Costa.
- Desclés, J.; Guentchéva, Z. 1993. Le passif dans le système des voix du français. *Langages* 27(109): 73-102.
- Duarte, I. 2003a. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordens de palavras. In *Gramática da Língua Portuguesa* (275-321). Lisboa: Caminho.
- Duarte, I. 2003b. A família das construções inacusativas. In *Gramática da Língua Portuguesa* (507-533). Lisboa: Caminho.
- Gaatone, D. 1994. Passif, impersonnel et passif impersonnel en français: quelques réflexions. *L'Information Grammaticale* 62: 42-44.
- Grevisse, M. 2007. *Le bon usage*. (14^a Ed.). Bruxelas: De Boeck Duculot.

UM BREVE OLHAR SOBRE A GRAMATICALIZAÇÃO DOS MARCADORES DISCURSIVOS *DEPOIS* E *AGORA*³²

Eloísa Bastos³³

up201707717@letras.up.pt

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. Como o título deixa antever, o presente trabalho tem por objetivo identificar e descrever as diferentes fases de gramaticalização atravessadas pelos marcadores discursivos *depois* e *agora*. Com essa finalidade em mente, estabeleceremos uma comparação entre os valores discursivos que estes marcadores exibiam entre o séc. XIII e o séc. XVI, e os valores discursivos que veiculam em Português Contemporâneo. A partir de um primeiro olhar sobre o nosso *corpus* lançamos a hipótese de que valores como os de causa-consequência, de contraexpectativa ou mesmo de localização espacial, identificados para estes marcadores no presente século, não se encontram ainda visíveis durante os séculos XIII a XVI, que contariam apenas com a função de advérbio temporal. Importar-nos-á, portanto, comprovar essa hipótese identificando e classificando os exemplos recolhidos em consonância com os princípios de *gramaticalização* propostos por Hopper (1987) e com os mecanismos de *gramaticalização*, sugeridos, mais tarde, por Heine (2003).

PALAVRAS-CHAVE. Pragmática Histórica, Gramaticalização, Marcadores Discursivos, *Depois*, *Agora*.

ABSTRACT. As the title suggests, the present work aims to identify and describe the different stages of grammaticalization crossed by the discursive markers *after* and *now*. With this purpose in mind, we will establish a comparison between the discursive values that these markers exhibited between the 13th and the 16th centuries and the discursive values that convey in Contemporary Portuguese. From the first look at our corpus, we hypothesize that values like cause-consequence, counter-expectation, or even spatial location, identified for these markers in the present century, are not yet visible in the 13th through 16th centuries, containing merely the function of a temporal adverb. Therefore, we will be interested in proving this hypothesis by identifying and classifying the examples collected in line with the grammaticalization principles proposed by Hopper (1987) and with the grammaticalization mechanisms suggested, later, by Heine (2003).

³² Estudo realizado no âmbito da Unidade Curricular de Linguagem e História.

³³ Estudante do 1.º ano de Mestrado em Linguística.

KEYWORDS. Historical Pragmatics, Grammaticalization, Discourse Markers, *After*, *Now*.

1. Introdução

A história das línguas, assim como toda a história da humanidade, é marcada por um sem número de mudanças e evoluções que se têm vindo a processar ao longo dos tempos e que terão no futuro a sua continuidade. Com efeito, à medida que a humanidade evolui, também as línguas evoluem e se transformam, de tal modo que, por vezes, a reconstituição do seu percurso até à origem se revela uma tarefa árdua, senão mesmo impossível. Contudo, isso não demoveu a Linguística Histórica da sua tentativa de descrever a evolução das línguas e mostram os estudos que, em inúmeros casos, essa tentativa foi e continua a ser bem-sucedida.

Porém, na medida em que a língua não existe isolada do seu contexto de produção, consideramos que uma análise que contemple os aspetos gramaticais sem atender às dimensões contextuais não poderá alcançar a sua plenitude. Esta foi também a visão dos linguistas históricos e dos pragmaticistas, que, por volta da década de 80, uniram esforços na criação de uma disciplina – a Pragmática Histórica – que observasse simultaneamente a evolução linguística e o seu contexto de evolução. Ora, esta nova disciplina pode ser perspectivada de duas formas diferentes, como veremos ao longo deste artigo, e muito embora vejamos valias em cada uma delas, situamos o presente estudo no interior da chamada Pragmática Diacrónica. É, pois, à luz desta disciplina que surge a teoria da *gramaticalização* na qual basearemos a nossa análise. A partir dela, dos princípios de *gramaticalização* de Hopper (1987) e dos mecanismos de *gramaticalização* de Heine (2003), torna-se possível proceder a uma análise das diferentes fases pelas quais um item linguístico pode passar desde a sua origem até ao momento em que adquire novos significados, extinguindo-se o seu significado primordial.

Por conseguinte, partimos das formas linguísticas *depois* e *agora* (estratégia *form-to-function mapping*), presentes em textos do séc. XIII ao séc. XVI, para tentar identificar a evolução das suas funções discursivas, tendo por base que no Português Contemporâneo foram já descritas funções que não estão, pelo menos diretamente, relacionadas com o seu valor de advérbio temporal, nomeadamente os seus usos enquanto marcadores discursivos. Ademais, tentaremos verificar em que fase de gramaticalização se encontra cada um destes marcadores, descrevendo, em termos de perdas e de ganhos, os traços

que nos permitem efetuar essa identificação. Não obstante, é de referir desde já que, em princípio, estes itens, conquanto admitam novos usos, não se encontram ainda totalmente gramaticalizados em Português Europeu, uma vez que o seu uso enquanto advérbio temporal continua a ser possível.

2. Enquadramento teórico

Nesta secção apresentaremos uma indispensável revisão da literatura dedicada aos pressupostos teóricos que sustentam o nosso estudo.

Porquanto enquadrámos a nossa análise numa perspetiva Pragmática e Histórica, principiamos com uma breve descrição da conceção de mudança linguística à luz da Pragmática Histórica (Jacobs & Jucker 1995; Barros 2007; e.o.), passando, de seguida aos processos de Gramaticalização (Hopper 1991; Lehmann 1991; Traugott & König 1991; Bybee 2003; Heine 2003, Traugott 2003; Barros 2007; e.o.) que, na esfera da referida corrente, se apresentam como uma forma de explicar a transformação das formas linguísticas. Ademais, atentaremos na natureza dos marcadores discursivos (Fraser 1999; Zorraquino & Portolés 1999), em particular de *depois e agora*.

2.1. A Pragmática Histórica

A Pragmática Histórica, num sentido lato, é o culminar da combinação de nexos associados a duas disciplinas da Linguística que até aos anos 80 seguiam separadas, a Linguística Histórica e a Pragmática. Enquanto que à primeira interessavam os fenómenos de mudança e variação das línguas, de um ponto de vista diacrónico, à segunda interessava o uso da linguagem na produção e interpretação de significados em situações de comunicação concretas, que seriam, por isso, perspetivadas sincronicamente. Porém, “it is reasonable to assume that communication in earlier periods can also be described in terms of pragmatic phenomena” (Jacobs & Jucker 1995: 5).

Os autores alertam, contudo, que essa interdisciplinaridade pode conduzir a duas interpretações distintas. A aplicação de uma perspetiva pragmática ao domínio da Linguística Histórica conduzirá ao estudo do desenvolvimento e da mudança linguística, em função do contexto histórico.

Por outro lado, se a conceção de Pragmática Histórica for condizente com a aplicação de uma perspetiva histórica ao domínio da Pragmática, importará investigar a linguagem em contexto de uso, isto é, “descrever as convenções do discurso que eram efectivas em estados linguísticos do passado” (Barros 2007: 6).

Jacobs & Jucker (1995) admitem a coexistência de ambas as correntes sob o escopo da Pragmática Histórica, distinguindo entre Pragmáfilologia e Pragmática Diacrónica, respetivamente.

Assim, a Pragmáfilologia ocupa-se das dimensões contextuais que condicionam discursivamente os textos do passado, atentando nas condições de produção e receção do texto, nos objetivos comunicativos envolvidos na sua produção e na própria relação entre emissor e recetor.

A Pragmática Diacrónica, por seu lado, dedica-se à análise do “inventário linguístico” e das transformações por ele sofridas no decurso da história de uma língua. Para o efeito, o linguista pode adotar uma de duas abordagens: 1) *form-to-function mapping diacrónica*: consiste na seleção de uma determinada forma linguística da qual se pretende examinar os diferentes significados adquiridos discursivamente; ou então 2) *function-to-form mapping diacrónica*: as diferentes formas sob as quais uma determinada função linguística se manifesta ao longo do tempo são investigadas tomando como ponto de partida a própria função.

No que concerne ao presente estudo, adotamos uma abordagem do tipo *form-to-function mapping*, partindo dos marcadores discursivos (MDs) *depois* e *agora* com o intuito de explorar a evolução histórica dos valores pragmáticos que se constroem a partir do valor temporal primitivo destes marcadores, de forma a observar esses fenómenos em consonância com os pressupostos desenvolvidos no interior da teoria da *gramaticalização*.

2.1.1. A Gramaticalização

A gramaticalização, nas palavras de Traugott & König (1991: 189),

“refers primarily to the dynamic, unidirectional historical process whereby lexical items in the course of time acquire a new status as grammatical, morpho-syntactic forms, and in the process come to code relations that either were not coded before or were coded differently.”

Em consequência desta conceção de *gramaticalização*, que contempla a mudança linguística enquanto processo de (re)construção de estruturas gramaticais, Lehmann (1991: 493) propõe uma série de mudanças sofridas pelo item gramaticalizado, a saber: 1) passagem de uma forma de base lexical a uma forma “mais gramatical”; 2) perda de conteúdo fonológico e semântico, conduzindo à ausência de restrições de seleção; e 3) inibição da “liberdade de manipulação”, isto é, a utilização do item gramaticalizado torna-se obrigatória em determinados contextos.

Note-se, no entanto, que, para Traugott & König (1991), na esteira de Traugott (1989, 1990), os aportes da *gramaticalização* incidem essencialmente sobre um domínio semântico-pragmático, na medida em que as mudanças semânticas são profundamente influenciadas pelas atitudes e crenças dos locutores em relação ao conteúdo proposicional dos seus enunciados. Assim, os problemas levantados pela assunção, proveniente de Meillet (1948 [1912]), de que a *gramaticalização* de um item envolve necessariamente o enfraquecimento do seu conteúdo semântico – *bleaching* – parece não ser suficiente para se desconsiderar uma visão semântico-pragmática dos processos de *gramaticalização*. Com efeito, os autores argumentam que o *bleaching* não é verificável senão em estádios mais tardios, razão pela qual uma análise deste tipo se deve centrar nos valores pragmáticos que enriquecem um item ao longo do seu percurso até à *gramaticalização*.

A dimensão co(n)textual é de tal forma relevante neste processo, que Bybee (2003: 602) chega mesmo a afirmar que “it may be more accurate to say that a construction with particular lexical items in it becomes grammaticized, instead of saying that lexical item becomes grammaticized”. De qualquer modo, importa reter a ideia de que um item lexical pode gramaticalizar-se em certas construções, enquanto noutras o seu significado se mantém (cf. Traugott 2003). Segundo Bybee (2003: 603), a (não) ocorrência deste fenómeno é explicável a partir da frequência de uso. Por outras palavras, a *gramaticalização* resulta da elevada frequência de uso de “sequências de palavras ou morfemas” que, em virtude dessa frequência, “becomes automated as a single processing unit” (Bybee 2003: 618), suscetível ao desempenho de novas funções pragmáticas.

Uma outra abordagem a ter em consideração quanto a esta temática é a de Hopper (1987), que propõe a existência de uma gramática emergente, no interior da qual o discurso é visto como um fenómeno social e, por consequência, temporal, cuja estrutura se encontra em

constante mutação. Nesse sentido, a gramática deve ser entendida não como um conjunto imutável de regras que regulam a comunicação, independentemente dos intervenientes e do contexto, mas antes como um processo onde diferentes formas são admissíveis e contextualmente motivadas. Interessa, portanto, a partir do estudo das repetições que ocorrem no discurso, identificar “those regularities which promise interest as incipient sub-systems” (Hopper 1987: 4). Assim, em 1991, o autor aponta um conjunto de princípios de gramaticalização, que se apresentam como uma ferramenta de identificação de formas em vias de gramaticalização e dos diferentes graus de gramaticalização nelas observáveis. Os **princípios de gramaticalização** (Hopper 1991: 22) são:

- 1) **Estratificação (*layering*)**: emergência de uma nova forma que coexiste e interage com outras formas mais antigas dentro de um mesmo domínio funcional;
- 2) **Divergência**: ao mesmo tempo que uma forma lexical se gramaticaliza, a forma lexical original ganha autonomia, podendo voltar a passar por um processo de gramaticalização. Dito de outro modo, uma forma adquire uma nova função em determinados contextos, mas noutros mantém o seu significado original, tal que de uma mesma forma etimológica se podem originar diferentes funções;
- 3) **Especialização**: ocorre uma redução do número de variedades de possíveis escolhas formais e, à medida que isso acontece, o uso das formas seleccionadas torna-se obrigatório em determinados contextos;
- 4) **Persistência**: uma forma lexical adquire uma função gramatical por via do processo de gramaticalização, no entanto, a nova forma conserva alguns traços do significado primário da forma da qual deriva;
- 5) **Descategorização** (cf. *bleaching*): a forma gramaticalizada perde ou neutraliza as propriedades morfológicas e sintáticas características das categorias Nome e Verbo, para incorporar propriedades inerentes a outras categorias, como os Adjetivos ou as Preposições.

Por último, destacamos o contributo de Heine (2003: 577-578), que descreve a gramaticalização como uma teoria que, ao considerar o contexto pragmático e morfossintático

fornece evidências para “reconstructing some of the extralinguistic foundations of grammar” (cf. Heine 2003: 577). Além disso, o autor defende que “the main motivation underlying grammaticalization is to communicate successfully” (Heine 2003: 578). Por conseguinte, os falantes recorrem a formas lexicais (*source*), com um significado concreto e mais facilmente recuperável, para exprimir significados mais abstratos e de mais difícil acesso, ligados a “funções mais gramaticais” (*target*). Assim, de acordo com essa perspetiva, Heine (2003: 579) propõe um conjunto de **mecanismos de gramaticalização** que incidem sobre diferentes domínios da linguagem. Como de seguida ilustramos, cada um destes mecanismos incide, respetivamente, sobre o domínio da semântica, da pragmática, da morfossintaxe e da fonética:

- 1) **Dessemantização** (*bleaching* ou redução semântica): perda de conteúdo lexical ou de funções gramaticais;
- 2) **Extensão** (generalização contextual): aquisição de significado em novos contextos;
- 3) **Descategorização**: as formas *source* perdem propriedades morfossintáticas, incluindo o seu estatuto de palavras independentes (cliticização, afixação);
- 4) **Erosão** (redução fonética): perda de propriedades fonéticas.

A *gramaticalização* de um item linguístico *source*, no sentido de Heine (2003), compreende, portanto, a correlação do conjunto de mudanças sofridas em cada um destes níveis, às quais estão associadas não só as perdas semânticas, morfossintáticas e fonéticas, como também os ganhos que se verificam na esfera pragmática, porquanto o item gramaticalizado adquire novos significados decorrentes dos novos contextos de utilização. Assim, a *gramaticalização* pode ser descrita em termos de um modelo tripartido a que Heine (2003: 579) dá o nome de *overlap model*. De acordo com esse modelo:

- i. There is a linguistic expression A that is recruited for grammaticalization.
- ii. This expression acquires a second use pattern, B, with the effect that there is ambiguity between A and B.
- iii. Finally, A is lost, that is, there is now only B.

Admitir um processo de *gramaticalização* de acordo com estes pressupostos, ou com os de Hopper (1991), significa, então, admitir que, num estágio final desse processo, o

significado primordial de um determinado item linguístico se perde totalmente, passando a existir apenas os usos que procedem da *gramaticalização*. Assim, é possível concluir que, quando um item se encontra totalmente gramaticalizado, a recuperação de qualquer traço inerente ao seu sentido original passa a ser impossível. Vale, no entanto, lembrar que um processo desta natureza envolve uma extensão temporal que atravessa gerações, sendo, portanto, necessário considerar a sua análise não só de um ponto de vista pragmático, mas também de um ponto de vista histórico, de forma a dar conta de todas as suas subtilidades.

2.2. Os Marcadores Discursivos (MDs)

Os marcadores discursivos são, de acordo com Fraser (1999), unidades linguísticas invariáveis derivadas de classes sintáticas como as conjunções, os advérbios ou os sintagmas preposicionais, cuja principal função consiste em orientar a interpretação de um enunciado E_2 em relação ao enunciado E_1 que o precede. Essa interpretação é construída com base no valor pragmático do MD que introduz E_2 , embora este não participe do significado de qualquer dos enunciados, uma vez que o seu valor é meramente processual. Assim, os MDs “funcionam como facilitadores de inferências, sem as quais não seria possível compreender plenamente o significado das intervenções linguísticas” (Bastos no prelo).

Fraser (1999) divide os MDs em dois grandes grupos consoante estes relacionam tópicos ou mensagens e, com respeito aos últimos, propõe uma distinção entre **marcadores contrastivos**, **marcadores elaborativos** e **marcadores inferenciais**. As suas funções são, respetivamente, assinalar um contraste entre E_1 e E_2 , adição de informação ou de um argumento coorientado com E_1 , e atribuição de um valor conclusivo a E_2 em virtude da informação avançada em E_1 . No entanto, como notamos no nosso artigo de 2020, esta proposta parece-nos, em certa medida, incompleta, porquanto não dá conta de todos os valores que um MD pode tomar.

Por essa razão, consideramos relevante mencionar também a proposta de Zorraquino & Portolés (1999) que categorizam os MDs em **estruturadores de informação**, **conectores**, **reformuladores**, **operadores argumentativos** e **metadiscursivos conversacionais**. De acordo com essa proposta, os conectores seriam os responsáveis por indiciar as inferências que se devem retirar do conteúdo proposicional dos enunciados conectados. Sob o seu escopo encontram-se os **conectores aditivos**, que introduzem uma informação adicional a E_1 ,

conectores consecutivos, que introduzem uma consequência de E_1 , e **conectores contra-argumentativos**, que introduzem um argumento anti-orientado e mais forte do que E_1 .

Não obstante, com base na análise do MD *depois*, Bastos (no prelo) propõe que, além das funções anteriormente descritas, os MDs possam também adquirir³⁴:

- a) **Valor de contraexpectativa**: que se assemelha ao dos conectores contra-argumentativos, distinguindo-se destes na medida em que não exige necessariamente a introdução de um argumento anti-orientado, mas antes a de uma informação que não era esperada tendo em conta o disposto em E_1 .
- b) **Valor de localização espacial**: “o alocutário interpreta a combinação de enunciados (...) como uma ordenação sequencial, que é de ordem espacial”. (Neste contexto, *depois* adquire um valor equivalente a “a seguir a x sítio”.)

Posto isto, ratificamos a ideia de que, a partir de um valor de origem, derivam outros valores que, associados à função de MD, “contribuem simultaneamente para a coerência do discurso e para economia linguística”, e, acima de tudo, para o sucesso da comunicação³⁵.

2.3. A etimologia e o valor do advérbio temporal *depois*

Tradicionalmente, *depois*, que contém atualmente apenas uma forma gráfica, é classificado como um advérbio de localização temporal (Raposo 2013). Quer isto dizer que veicula informação temporal sucessivamente ordenada.

Relativamente à sua etimologia, Said Ali (1971: 188) refere que *depois* advém da partícula latina *post*, que teria inicialmente dado origem a *pois*, usado inicialmente como advérbio “e logo como conjunção”. No entanto, pouco tempo depois, passou a “preferir-se a forma reforçada *depois* e também *despois*” com um sentido equivalente a “mais tarde”.

Por outro lado, Machado (1977) documenta a existência das formas adverbiais *depois*, *despoes*, *despois* e *despos* ainda no séc. XIII, assim como a forma *depos*, já no séc. XIV, e a forma *despuis* “usado em terras de Miranda”.

³⁴ Além do valor de contraexpectativa e de localização espacial, a autora engloba também neste conjunto o valor de marcador conversacional proposto por Lopes (2020). No entanto, uma vez que este se restringe à oralidade, não consideramos a sua descrição pertinente, porquanto dos séc. XIII a XVI apenas possuímos amostras escritas.

³⁵ Note-se também que os MDs se pautam por possuírem relativa mobilidade na frase (Fraser 1999; Zorraquino & Portolés 1999; Lopes 2020) e por poderem surgir em diferentes registos de língua (Zorraquino & Portolés 1999). Contudo, estas são propriedades que não nos interessam particularmente no âmbito deste estudo.

Assim conclui-se que, embora a forma gráfica fosse diferente em português arcaico (ou antigo, consoante a terminologia escolhida), o seu significado e a sua função enquanto advérbio temporal estavam já delineadas.

2.5. A etimologia e o valor do advérbio temporal *agora*

O advérbio temporal *agora* é categorizado por Raposo (2013) como um advérbio de localização temporal anafórica, i.e., o seu valor temporal é dado a partir de uma expressão que o antecede e que define um período temporal delimitado, e, portanto, identificável sem recurso a outros elementos.

Do ponto de vista etimológico, Machado (1977: 148) descreve a proveniência deste advérbio a partir da expressão latina *hac hōrā*, correspondente ao ablativo. Não obstante, segundo o autor, a expressão *agora*, tal como escrevemos hoje, remonta já ao séc. VIII, verificando-se, mais tarde, no séc. XIII, expressões como *agura*, e no séc. XV, expressões como *ahora* e *aora*, provenientes do castelhano.

3. Constituição do *corpus* e metodologia

Tal como mencionamos anteriormente, o objetivo da nossa investigação passa por analisar os valores discursivos de *depois* e *agora* no período compreendido entre o séc. XIII e o séc. XVI, e valores discursivos que encontramos atualmente na língua, de forma a atestar (ou não) o seu processo de gramaticalização.

Quanto ao primeiro período indicado, não existem *corpora* referentes a textos dialógicos, por essa razão, e tendo em conta que a escrita é “uma modalidade de uso da língua complementar à fala” (Marcuschi 2001: 26), efetuamos uma análise, a nosso ver legítima, de textos escritos nessas épocas. Assim, a partir da lista de textos que apresentamos no Quadro I, recolhemos as ocorrências de *depois* e *agora* em todas as suas variantes gráficas, de forma a posteriormente observar os seus valores de acordo com os pressupostos ilustrados na secção anterior.

Quadro I. Lista de textos recolhidos para os séculos XIII, XIV, XV e XVI.

Título	Século	Abreviaturas
Notícia do Torto	Séc. XIII	NT
Testamento de D. Afonso II	Séc. XIII	TDAII
Foro Real	Séc. XIII	FR
Livro de Montaria	Séc. XIV	LM
Demanda do Santo Graal	Séc. XV	DSG
Crónica dos Reis de Bisnaga	Séc. XVI	CRB

No que diz respeito à recolha de exemplares mais recentes, executamos dois tipos de procedimentos.

Para *depois* recorremos a um *corpus* previamente tratado³⁶ de ocorrências selecionadas a partir do *Corpus do Português – NOW* (2012-2019), doravante CPN, e do *Perfil Sociolinguístico da Fala Bracarense*, doravante PSFB. O primeiro conta com exemplos retirados de diversas fontes noticiosas de divulgação oral e escrita. O segundo contém exemplos provenientes de entrevistas orais informais realizadas a participantes de diferentes géneros, faixas etárias e graus de escolaridade.

Relativamente a *agora*, usamos exemplos já analisados na literatura, particularmente com base em Matos (1999).

Assim, uma vez que as amostras mais recentes se encontram previamente catalogadas de acordo com os seus valores discursivos, fundamentamos a análise dos MDs *depois* e *agora* no séc. XXI nas investigações precedentes.

Os exemplares selecionados foram, então, examinados com base nos princípios (Hopper 1987) e nos mecanismos (Heine 2003) de *gramaticalização*, apresentando-se os respetivos resultados na secção seguinte.

³⁶ No âmbito do Projeto em Ciências da Linguagem, realizado em 2020, levamos a cabo um estudo intitulado “A polifuncionalidade do marcador discursivo “depois” em discursos orais e escritos: valores temporais e pragmáticos”. Para o efeito, recolhemos um total de 1435 ocorrências de *depois*, das quais classificamos 157 de acordo com o seu valor pragmático (44 do CPN e 93 do PSFB). Por conseguinte, os exemplos de *depois* desenvolvidos neste trabalho, assim como os seus valores enquanto MD terão por base o referido projeto.

4. Análise do *corpus*

No presente apartado expomos, ilustrando com exemplos do *corpus* reunido, os resultados obtidos de acordo com as propostas de Hopper (1987) e Heine (2003). Levando em consideração os pressupostos de cada uma delas, procuramos identificar as fases de gramaticalização em que se encontram os MDs *depois* e *agora*, comparativamente às fases verificadas (se verificáveis) nos séculos XIII, XIV e XV.

De forma a melhor estruturar a informação, segmentamos a análise em duas subsecções, uma concernente a *depois* e outra a *agora*, que seguidamente apresentamos.

4.1. O Marcador Discursivo *depois*

Ao longo do presente artigo assinalamos que a frequência com que determinado item linguístico é utilizado contribui para uma possível gramaticalização do mesmo, e que essa gramaticalização implica perdas a nível semântico, morfossintático e fonético, e ganhos ao nível do significado pragmático. Consequentemente, um item gramaticalizado ou em processo de gramaticalização deverá exibir uma série de mudanças que podem ser legitimadas como fases de gramaticalização, por via da sua correspondência aos princípios de gramaticalização de Hopper (1987) e dos mecanismos de gramaticalização de Heine (2003), que, como já referimos, funcionam como ferramentas de teste.

Assim, para que seja possível aplicar essas ferramentas, é necessário atentar, em primeiro lugar, nos usos que são feitos da forma linguística em análise e na evolução desses mesmos usos ao longo do tempo. Considerando, portanto, que a gramaticalização é um processo, em parte, temporal, e que com o avançar do tempo será mais provável observar novos estádios desse processo, colocamos a hipótese de que a polifuncionalidade que caracteriza atualmente o MD *depois* não seria verificável entre os séculos XIII e XVI, e que, por isso, nesses períodos, não seriam ainda apuráveis as diferentes fases de gramaticalização. Vejamos agora se os exemplos corroboram essa hipótese.

Em (1) - (6), apresentamos alguns exemplares recolhidos a partir de textos do séc. XIII.

- (1) “E por istes tortos que li fecer(ũ) tem q(u)a a seu plazo quebrãtado e q(u)a li o deuẽ por sanar. E **depois** ouer(ũ) seu mal e meteu o abad(e) paz a[n]tre illes ñno carualio d(e) Laurecdo.” (NT)

- (2) “E **d(e) pos** iste p(lec)to pre[n]d(e)ronli o seruical otro om(e) de sa casa, e troser(ũ)no dias p(er) mōtes e fecer(ũ)les tã máá prisõ p(er) que leuar(ũ) deles q(u)anto poder(ũ) au(e)r.” (NT)
- (3) “E **d(e) pois** li d(e)sũro Gõcauo Gõcauiz sa fili[a] pechena. E irmar[ũ]li casaes und(e) perdeu fructu. E isto fui **d(e) pois** que furũ fĩidos anto abade. E **d(e) pois** que furũ ãfiados por iuizo d(e) ilo rec.” (NT)
- (4) “E mãdo q(ue) o q(ue) eu der daq(ue)sta mãda en mia vida q(ue) non’o busque nenguu **depos** mia morte.” (TDAII)
- (5) “Deffendemos q(ue) nenhuu omẽ nõ seya chamado pera iuyzo en dya d(e) domĩgo nen en dya d(e) natal nẽ en dya d(e) circũsyzionis nen en dya d’apariço nẽ tres dyas **depos** natal nẽ tres dyas ante de natal nen tres dyas ante pasqua nen tres dyas **depos** pasca (...)” (FR)
- (6) “(...) nẽ en dya d’acensyo nen en dya de penticoste nen dyas **depoys** nẽ enas festas todas de S(anct)a M(aria) nen en dya de Sanyoane nen en dya d(e) San Pedro nen en dya d(e) Santiago nen en dya d(e) todos los sanctos nen ennos dyas do mercado (...)” (FR)

A análise atenta dos exemplos supramencionados mostra que, efetivamente, os mesmos ainda não denotam qualquer sinal de que se tenha dado início a um processo de gramaticalização. De facto, em todos os exemplos, *depois* cumpre meramente a sua função de advérbio temporal, marcando uma sucessão de situações que podem ter lugar no passado ou no futuro.

Contudo, dadas as variações gráficas encontradas, poder-se-ia pensar que talvez estivesse em causa uma redução fonética, ou erosão, destas unidades linguísticas. A nosso ver não é esse o caso, em primeiro lugar porque estes textos datam de uma fase incipiente do português escrito, na qual era visível grande flutuação ortográfica em diversas palavras, e, em segundo lugar, porque, mesmo que o primeiro argumento não se verificasse, de acordo com Heine (2003), para estarmos perante a gramaticalização de um item linguístico é imperativo que todos os mecanismos se verifiquem simultaneamente.

Comparemos agora com o que acontece no séc. XIV.

- (7) “E ao desfazer que assi desfaz he que a herua que o primeiro porco que por alli passou lançou as pontas por diante, que o outro porco que **depos** elle vem que as torne por a metade do vado que o outro faz ou por a outra parte contraria onde passa o vado.” (LM)
- (8) “E porque a sua natureza do porco he, quando lhe son postos os caães, sempre requerer por salvaçom de sua vida os grandes montes, por esta cousa, quando se vee assi apertado antre os

que veem **depos** elle e os da vozaria, d-aguisada cousa he, e de feito assi se faz, que os demais delles a passam, posto que a vozaria seja tomada o melhor que pode seer.” (LM)

- (9) “E en todas estas cores, como nos signaaes, devem a parar mentes os monteyros por escolher os melhores, e hũa das melhores he a branca toda e **depos** ella a amarella, ca de toda preta, ainda que en si seja perfecta color, pero nós non queremos en ella fallar, a menos que non fallemos en as outras.” (LM)

Um dos primeiros pontos a destacar está relacionado com o facto de que, pelo menos no Livro da Montaria, praticamente não se verificam ocorrências de *depois*, além de que a sua forma ortográfica se restringe a *depos*.

Ademais, em (7) e (8), o seu valor discursivo continua a ser idêntico ao do século anterior, i.e., continua a ser usado como advérbio de tempo, introduzindo E_2 como uma situação que sucede temporalmente E_1 .

Já o exemplo (9) apresenta algumas diferenças, aproximando-se um pouco da função dos marcadores elaborativos (Fraser 1999) ou dos conectores aditivos (Zorraquino & Portolés 1999), enquanto introdutores de informação. Com efeito, *depois* parece marcar uma sequência que não é de ordem temporal, mas sim de ordem qualitativa. Por outras palavras, o autor do texto classifica “a amarela” como aquela que tem melhor qualidade a seguir “à branca”, e essa classificação nada tem de temporal.

Como é evidente, não podemos generalizar este uso com base numa única ocorrência, porém, a sua existência alerta-nos para a necessidade de averiguar novos textos em busca de usos semelhantes.

Não obstante, de acordo com a proposta de Hopper (1987), o exemplo (9) estaria em fase de estratificação, na medida em que o seu novo uso coexiste com o mais antigo. Por outro lado, segundo Heine (2003), este novo uso surge por extensão do uso mais antigo.

Contrariamente à normalização ortográfica assinalada do séc. XIV, os textos do séc. XV denotam a ocorrência simultânea de formas *depois* (10), *depós* (11) e *despois* (12), embora as duas primeiras sejam mais produtivas.

- (10) “Entam foi por ele aa câmara da rainha, u siia falando com as donzelas. E **depois** filhou-o el-rei pola mão e assentou-o na seeda da Távola Redonda, u o seu nome era escrito, e disse-lhe, ao seer:” (DSG)

- (11) “(...) ergueu-se o melhor que pôde, como aquele que havia gram força e gram coração, cavalgou sobre o seu cavalo e foi-se **depós** Melias por se vingar.” (DSG)
- (12) “Entom fez sacar as cadeas aa dona. E **despois** que se ela viu deitou-xe-lhe aos pees e beijou-lhos nom o querendo el, e chorou pela gram lidice que ende houve.” (DSG)

No que concerne ao texto analisado para este século, não se verifica, todavia, qualquer alteração ao valor temporal de *depois*, verificando-se apenas uma flutuação ortográfica que, como referimos anteriormente, não está forçosamente relacionada com alterações a nível fonético.

O século XVI denota também a existência das mesmas formas ortográficas e de uma frequência de uso equivalente à anterior, tal como se pode observar pelos exemplos seguintes.

- (13) “Treslado e sumario de hũa chronica dos Reis de Bisnaga, que forão da era de mil e duzentos e trinta annos a esta parte, que foi **despois** da destroição geral do reino de Bisnaga.” (CRB)
- (14) “E **depois** de lhe entregarem o reyno foy aconselhado pello seu regedor e capitãees que matase a seu jrmão (...)” (CRB)
- (15) “(...) detreminou de ho fazer rey em sua vida, por que hera de seis anos, e não sabia o que por sua morte se pasaria, ho quoall se **depos** de rey, e de todo seu poder e nome, e o deu ao filho, e elle ficou por seu regedor (...)” (CRB)

À semelhança do exposto, não encontramos valores de *depois* diferentes do seu valor temporal. Independentemente da forma ortográfica escolhida, o seu uso visa apenas introduzir no discurso uma situação que é posterior à denotada por E₁, não se podendo, assim, falar em gramaticalização.

Contraste-se agora o valor discursivo presente nestes exemplos com os valores que o MD adquire no séc. XXI.

- (16) “Sim, e agora vai haver o quarto jogo, **depois** o quinto, sexto e assim •• até à trigésima primeira, •• até acabar o campeonato.” (PSFB)
- (17) “(...) para fazer face aos prejuízos que esta mesma divulgação teve para o Benfica. **Depois**, há mais um milhão e meio de euros por violação dos segredos de (...)” (CPN)
- (18) “(...) Um menino de três anos ficou preso numa máquina de brindes **depois** de ter tentado, desesperadamente, entrar para conseguir um boneco.” (CPN)

- (19) “Carrinho de rolamentos também é coisa, • • mas isso acabava sempre para o torto, que era sempre nas descidas que a gente ia, **depois** havia sempre um ((incompreensível)) a magoar.” (PSFB)
- (20) “Não podemos ser o' bom aluno' e **depois** sermos penalizados por isso.” (CPN)
- (21) “Fica/ Fica perto de... **Depois** de Dume, **depois** do Estádio Axa.” (PSFB)

Através da observação dos exemplos acima torna-se visível que no presente século, embora *depois* continue a ser um recurso válido para a ordenação temporal de situações (16), este admite outros valores que pautam quer o discurso oral quer o discurso escrito. Sem nos prendermos muito com a descrição desses valores, dado que esse não é o objetivo principal deste artigo, notamos que, de acordo com Bastos (no prelo), o MD *depois* pode assumir valores de adição de informação (17), de causa-consequência (18), de conclusão (19), de contraexpectativa (20) e de localização espacial (21) (cf. Fraser 1999; Zorraquino & Portolés 1999). Assim, o MD introduz uma informação adicional em (17), uma consequência do descrito por E_1 em (18), uma conclusão derivada de E_1 em (19), um desfecho inesperado em (20), e o situar de um lugar em (21).

Todavia, segundo Bastos (no prelo), à exceção do valor aditivo e do valor de localização temporal, os restantes valores contêm ainda uma certa dimensão temporal, afinal de contas a situação introduzida por E_2 não deixa de ser temporalmente posterior a E_1 .

Por essa razão, consideramos que para o MD *depois* se verificam, atualmente, as fases estratificação, de divergência e de persistência, não se verificando nem a especialização do marcador nem a sua descategorização. Dito de outro modo, os valores emergentes de *depois* coexistem e interagem com os mais antigos, estando a sua interpretação dependente do contexto de uso, e muito embora se verifiquem valores distintos do valor primordial, estes conservam ainda traços do seu valor etimológico, que é temporal. Além disso, nem os novos usos são obrigatórios em qualquer dos contextos, nem existe perda de propriedades morfológicas ou sintáticas.

Em consonância, contemplando os mecanismos de Heine (2003), reiteramos o uso do MD, por extensão, em novos contextos, mas não legitimamos a perda total do seu conteúdo lexical, funcional, morfossintático ou fonético.

4.2. O Marcador Discursivo *agora*

Como apontamos no quadro teórico do nosso trabalho, *agora* pertence à classe dos advérbios que, tal como *depois* marcam a localização temporal. Nas suas ocorrências mais antigas, este advérbio pode assumir a forma *agora*, *agura*, *ahora* ou *aora* (Machado 1977), porém, nos textos analisados apenas encontramos as formas *agora* e *ora*, que tem, inclusive contemporaneamente, o mesmo sentido de *agora*.

É de referir também que o número de ocorrências é sobejamente mais reduzido do que o encontrado para *depois* e que, inclusivamente, não descobrimos qualquer uso deste advérbio no texto analisado para o séc. XIV, além de que, nos textos do séc. XIII apenas encontramos um exemplo, que de seguida expomos.

- (22) “E in sa ajuda dixе mul[ta]s uices E **ora** in ista tregua fur(ũ) a Ueracĩ amazarũli os om(é)s erma[rũ]li casaes seu torto al rec.” (NT)

Identicamente, ao que acontecia com *depois* no séc. XIII, também *agora* apresenta somente o valor de advérbio temporal, tal como se ilustra em (22), onde *ora* dá indicação de que o referido no conteúdo proposicional do enunciado que introduz se verifica no momento presente. Consequentemente, não se pode também falar na gramaticalização deste item no séc. XIII.

Já no séc. XV, embora todos os valores sejam também temporais, destacamos o exemplo (24), que assume uma nuance ligeiramente diferente, na medida em que se tira partido da enunciação do momento presente para identificar um momento do passado, representando uma relação inversa ao proposto por Raposo (2013).

- (23) “Este lago é mui em cambado, ca ante era frio e **ora** é caente.” (DSG)
- (24) “E, por **ora** há #III dias que morreu, aveo ãa cousa ante mim onde som muito maravilhado, e direi-vos qual.” (DSG)
- (25) “Amigos, assi é que a demanda do Santo Graal é sinal verdadeiro que vós iredes i cedo; e porque sei verdadeiramente que ja mais vos nom veerei assũados em minha casa, assi como **agora** vejo (...)” (DSG)

Contudo, mais uma vez ficamos impossibilitados de destacar qualquer traço que indicie o início de um processo de gramaticalização, dado que o advérbio *agora* mantém todas

as propriedades semânticas, morfossintáticas e fonológicas que intrinsecamente possui desde a sua origem, além de não ganhar qualquer significado pragmático novo.

O mesmo acontece com o exemplo (26) do séc. XVI, que é indubitavelmente temporal.

(26) “(...) saymndo do reyno de Cambaya começou a entrar e fazer guerra ao Ballagate, cujas terras **agora** são do Idalcão, tomamdo e destroyndo muitas cidades e lugares (...)” (CRB)

(27) “(...) mamdou trazer hũa cabra, e lhe tirou os olhos, e os levou a mostrar a elrey, porque jaa esta hera a derradeira **ora** de ssua vyda, e lhos apresentou (...)” (CRB)

Em contrapartida, em (27), *ora* passa a ser utilizado num sentido diferente, que não deixando de ser temporal, deixa de dizer respeito ao momento presente, passando a dizer respeito a um período de tempo “abstrato” que não é explicitamente delimitado nem identificável. Daí decorre que, se pudermos encontrar usos semelhantes, podemos estar perante um fenómeno de estratificação, ou mesmo de divergência, caso não se trate apenas da emergência de um novo uso que coexiste com o anterior, mas de um uso diferente num contexto diferente. A estas duas fases podemos fazer corresponder o mecanismo de extensão, tendo, porém, em mente que um novo sentido em contextos igualmente novos não implica a gramaticalização do mesmo.

Repere-se agora nos exemplos do séc. XXI a partir de Matos (1999: 482-490).

(28) “...era mocinho de convés, ao depois foi ajudante, foi moço de cozinha, depois foi ajudante e **agora** é que anda de cozinheiro”

(29) “...de início [gostava de] os móveis que, que eu comprei, **agora** acho-os horrorosos.”

(30) “A: e os cães não têm medo dos lobos, atiram-se a eles (...)? X: há cães que não têm medo, **agora** há outros que têm. conforme a raça e, e o tamanho deles, não é.”

(31) “O médico está em greve. **Agora** tenho de procurar outro.”

(32) “A: e o público verificou que eram de plástico, **agora** se o, se outras pessoas verificaram ou não, não sei.”

(33) “... se ela for vacinada, duas doses seguidas, não é, se levar duas doses, pois ela ao fim de cinco anos é que leva a terceira dose, leva o reforço. **Agora** assim andar todos os anos a levar uma picada, ah isto tem que ser toda a vida vacinada...”

Os exemplos em causa ((28) – (33)) foram examinados pelo autor, podendo ser resumidamente descritos da seguinte forma: (28) – “valor de marcador temporal de sequência discursiva” (Matos 1999: 482), (29) – valor contrastivo temporal, (30) – valor opositivo, (31) – valor discursivo consecutivo, (32) – valor adversativo, que neste caso “acentua o descomprometimento do loquente face ao conteúdo da frase anterior (Matos 1999: 488), e (33) – valor contra-argumentativo³⁷. Segundo o autor, os dois primeiros mantêm a dimensão temporal totalmente presente, enquanto, em (31), esta subsiste apenas parcialmente, estando, então, ausente nos restantes valores.

Dessarte, concluímos que a gramaticalização de *agora* está potencialmente mais avançada do que a de *depois*, apesar de, com base na amostra, não ficar claro que uma frequência de uso mais elevada potencialize a gramaticalização de um item linguístico (cf. Bybee 2003). Com efeito, esse aspeto não nos parece relevante nestes casos, uma vez que ambas as palavras são, pelo menos *agora*, muito utilizadas. Assim, embora apontemos igualmente as fases de estratificação e divergência, assim como de extensão (Heine 2003), para explicar o processo de gramaticalização de *agora*, derivamos a nossa conclusão do facto de não se verificar uma persistência tão efetiva do seu valor temporal.

5. Considerações finais

No presente estudo, procuramos identificar, se assim fosse possível, as diferentes fases de gramaticalização dos marcadores discursivos *depois* e *agora*, de acordo com as ferramentas identificativas oferecidas por Hopper (1987) e por Heine (2003), a saber, respetivamente: os princípios de gramaticalização e os mecanismos de gramaticalização.

Para o efeito, procedemos à análise de um conjunto de textos escritos entre o séc. XIII e o séc. XVI, com o objetivo de comparar os usos dos referidos MDs nestes períodos com os seus usos atuais, verificando se existe uma polifuncionalidade que corrobore os pressupostos teóricos assinalados.

Partimos, portanto, da hipótese de que em estádios arcaicos da língua o processo de gramaticalização ainda não se teria iniciado e, de facto, os dados mostram que, à exceção de

³⁷ Os valores propostos por Matos (1999) para *agora* são suficientemente idênticos aos já descritos para *depois*, razão pela qual nos absteremos de aprofundar esta questão.

um exemplo de *depois* no séc. XIV e de algumas nuances temporais de *agora* ligeiramente diferentes do habitual, essa hipótese foi validada.

Contudo, como mencionamos anteriormente, essas exceções podem ser pistas para uma pesquisa mais aprofundada, dado que outros textos poderão, porventura, fornecer amostras semelhantes. Com efeito, um dos pontos que gostaríamos de aprofundar no futuro está exatamente relacionado com a extensão do *corpus* recolhido, principalmente no que diz respeito a estádios mais antigos da língua.

Não obstante, destacamos a pertinência da análise dos usos atuais, cuja pluralidade de valores nos permitiu identificar as fases de estratificação, de divergência e de persistência (Hopper 1987), presentes em ambos os MDs, assim como a generalização contextual que Heine (2003) denomina de extensão.

Por último, lembramos, em consonância com Traugott & König (1991), que, malgrado o processo de gramaticalização se construa com base num conjunto de perdas e ganhos, devemos atentar principalmente nos ganhos alcançados na esfera pragmática, a partir dos quais se torna possível a evolução da língua, a economia linguística e o sucesso da comunicação.

Referências

- Barros, C. A. 2007. Estrutura discursiva e orientação argumentativa em textos de versões portuguesas da legislação de Afonso X: contributo para o estudo do discurso jurídico medieval. Dissertação de doutoramento, Universidade do Porto.
- Bastos, E. (no prelo). A polifuncionalidade do marcador discursivo “depois” em discursos orais e escritos: valores temporais e pragmáticos.
- Bybee, J. 2003. Mechanisms of Change in Grammaticalization: The Role of Frequency. In *The Handbook of Historical Linguistics* (602-623). Oxford: Blackwell Publishing.
- Fraser, B. 1999. What are discourse markers?. *Journal of Pragmatics* 31: 931-952.
- Heine, B. 2003. Grammaticalization. In *The Handbook of Historical Linguistics* (575-601). Oxford: Blackwell Publishing.
- Hopper, P. J. 1987. Emergent Grammar. *Proceedings of the Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. Consultado em novembro 5 de 2020, em https://www.researchgate.net/publication/272816392_Emergent_Grammar.
- Hopper, P. J. 1991. On some principles of grammaticalization. In *Approaches to grammaticalization* (Vol. I, 17-35). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

- Jacobs, A.; Jucker, A. H. 1995. The historical perspective in pragmatics. In *Historical Pragmatics. Pragmatic Developments in the History of English* (1-33). Amsterdam: Benjamins.
- Lehmann, C. 1991. Grammaticalization and related changes in contemporary German. In *Approaches to grammaticalization* (Vol. II, 493-535). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Lopes, A. C. M. 2020. Repensar os Marcadores Discursivos: um estudo de caso. In *Marcadores discursivos. O português como referência contrastiva*. Frankfurt: Peter Lang.
- Machado, J. P. 1977. *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (Vol. II, 3.^a ed.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Marcuschi, L. A. 2001. *Da fala para a escrita atividades de retextualização* (2.^a ed.). São Paulo: Cortez Editora.
- Martín Zorraquino, M. A.; Portolés Lázaro, J. 1999. Los marcadores del discurso. In *Gramática Descriptiva de la Lengua Española* (Tomo III, 4051-4213). Madrid: Espasa.
- Matos, S. P. F. 1999. *Adverbiais de tempo em português contemporâneo: forma e significação*. Dissertação de doutoramento, Universidade do Porto.
- Meillet, A. 1948 [1912]. L'évolution des forms grammaticales. In *Linguistique générale et linguistique historique* (130-148). Paris: Champion. (Citado em Traugott & König 1991).
- Raposo, E. B. P. 2013. Advérbio e sintagma adverbial. In *Gramática do Português* (Vol. I, 1569-1684). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Said Ali, M. 1971. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (Vol. 19). Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos.
- Traugott, E. C. 1989. On the rise of epistemic meanings in English: An example of subjectification in semantic change. *Language* 65(1): 31-55. (Citado em Traugott & König 1991).
- Traugott, E. C. 1990. From less to more situated in language: The unidirectionality of semantic change. *Papers from the Fifth International Conference on English Historical Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 496-517. (Citado em Traugott & König 1991).
- Traugott, E. C.; König, E. 1991. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In *Approaches to grammaticalization* (Vol. I, 189-218). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Traugott, E. C. 2003. Constructions in Grammaticalization. In *The Handbook of Historical Linguistics* (624-647). Oxford: Blackwell Publishing.

REFLEXÕES SOBRE REGÊNCIAS DOS VERBOS *LIGAR* E *TELEFONAR* EM PORTUGUÊS EUROPEU E *LLAMAR* E *TELEFONEAR* EM ESPANHOL PENINSULAR³⁸

Marcela Faria³⁹

up200706938@edu.letras.up.pt

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. Este trabalho, baseado em dados de *corpora* escritos, apresenta algumas reflexões sobre a possibilidade de variação em regências dos verbos *ligar* e *telefonar*, em Português Europeu, e *llamar* e *telefonar*, em Espanhol Peninsular. Partindo da problematização da categoria preposição, analisa-se a disparidade de ocorrências em construções com estes verbos e reflete-se sobre a existência de dessemantização como base dessa variação.

PALAVRAS-CHAVE. Preposições, Verbos, Dessemantização.

ABSTRACT. This work, based on written corpora data, presents some thoughts about the possible variation of the prepositions with the verbs *ligar* ('to call') and *telefonar* ('to telephone'), in European Portuguese, and *llamar* ('to call') and *telefonar* ('to telephone') in Peninsular Spanish. Taking into account the complexity of the preposition category, we analyse the diversity of the constructions with these verbs and we reflect upon dessemantization as the base of that variation.

KEYWORDS. Prepositions, Verbs, Dessemantization.

1. Introdução

Partindo da ideia de que alguns verbos selecionam sintaticamente preposições com implicações semânticas possivelmente indissociáveis, procura-se neste trabalho refletir sobre as seleções preposicionais dos verbos *ligar* e *telefonar* em Português Europeu e *llamar* e

³⁸ Deixa-se aqui um agradecimento público ao revisor anónimo deste artigo, pela pertinência dos comentários feitos, e esclarece-se que todas as falhas que possam ser encontradas são apenas da responsabilidade da autora.

³⁹ Estudante do 1.º ano do 3.º Ciclo de Estudos em Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

telefonar em Espanhol Peninsular quando apresentam a leitura “estabelecer contacto telefónico”. A escolha destes verbos deveu-se, em primeiro lugar, à tomada de consciência empírica de casos de variação em Português Europeu, e, em segundo lugar, à procura de um confronto com outra língua, com verbos que gerassem a mesma leitura, para que se percebesse se sucedia um fenómeno semelhante.

O trabalho inicia-se com uma breve revisão da literatura sobre a categoria preposição, revisitando-se, desde logo, a problemática relacionada com o seu estatuto linguístico, por exemplo, no que concerne à nomeação como integrante da classe funcional ou da classe lexical.

Na secção seguinte, apresentam-se e analisam-se exemplos de produções que ilustram a variação referida acima, destacando-se alguns resultados recolhidos em *corpora*, e expõe-se a comparação entre línguas.

Na última parte do trabalho, partilham-se as considerações finais atingíveis após a problematização das observações, refletindo-se também sobre possíveis posteriores passos de investigação.

2. Enquadramento teórico

Após o trabalho de Chomsky (1957), com a apresentação das noções de Teoria Generativa e de Gramática Universal, os estudos linguísticos passaram a dedicar especial atenção às características que poderiam ser tidas não só como semelhantes num número definido de línguas que se entendessem como parte de uma família linguística (como faziam até aí as gramáticas descritivas-comparativas), mas como regras presentes globalmente – os universais linguísticos⁴⁰. Esta ideia foi lapidada posteriormente (cf. Chomsky 1981, 1986) e solidificada através da Teoria dos Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981), que, simplificadamente, permitiu sustentar a defesa de uma universalidade de princípios com uma seleção específica de parâmetros, explicando diferentes *outputs* em diferentes sistemas.

Antes disso, em 1963, Joseph Greenberg estabelecia já uma ligação entre a ideia de universais e de implicações, apresentando, por exemplo, uma relação entre a ordem de palavras numa língua e a presença de casos e de preposições (Faria *et al.* 1996: 15). O autor refere que se uma língua apresenta, genericamente, o padrão VSO na construção das suas frases, terá

⁴⁰ Sobre os universais linguísticos ver Chomsky (1957) e, entre outros, Faria *et al.* (1996: 15).

preposições. O facto de o português, língua SVO, apresentar preposições não é uma contra-evidência, já que a formulação de Greenberg deixa margem para estas ocorrências (Faria *et al.* 1996: 15). Ou seja, prevê-se que as preposições, que, ao contrário, por exemplo, dos nomes, não são uma categoria universal, façam parte de uma língua com padrão básico de ordem de palavras VSO, não sendo certo que façam parte de línguas com outras ordens básicas de constituintes na sua forma não marcada. Observações deste tipo fizeram com que se percebesse muito claramente e desde cedo o papel particular desta categoria linguística: se há línguas que dela não fazem uso (apresentando, por exemplo, riqueza morfológica na atribuição de caso), certamente não será parte intrínseca do núcleo duro, diga-se assim, da Gramática. Tendo a sua não universalidade como certa, importou perceber se era possível organizar as preposições adequadamente num grupo dentro do sistema. Retomou-se, então, a discussão sobre a alocação numa das duas grandes categorias em que tradicionalmente se agruparam as palavras: categoria funcional e categoria lexical⁴¹. No âmbito desta discussão, em 1970, Chomsky avança com algumas ideias sobre a categoria, referindo que ela apresenta as propriedades [-N] [-V], distinguindo-a dos Nomes ([+N] e [-V]), dos Verbos ([-N] e [+V]) e dos Adjetivos ([+N] e [+V]) (cf. Chomsky 1970). Esta classificação não foi, contudo, muito reveladora, já que não permitia uma aplicação estrita e sistemática nas várias ocorrências, como, por exemplo, sucedeu na especificação dos segmentos fonológicos por traços binários⁴². Esta foi, no fundo, mais uma prova de que se estava perante um problema efetivamente complexo, dado a multiplicidade de comportamentos das palavras em estudo.

O problema em fazer esta designação exata residiu no facto de a elas não se associar um comportamento uniforme, transversal, sistemático. Veja-se, por exemplo, que alguns autores as classificam como lexicais (Jackendoff 1977; Duarte & Brito 1996; Brito 2003; entre outros):

“Quando uma dada palavra ou item lexical pertence a um inventário vasto e renovável do vocabulário ou léxico da língua e o seu significado remete para entidades, situações, propriedades ou relações entre entidades, estamos na presença de categorias lexicais. (...) Em

⁴¹ Como refere Brito (2003), a discussão sobre as categorias lexicais vem já desde a Antiguidade Clássica, mas mais recentemente têm sido apresentadas algumas teorias que “têm recuperado estas tentativas de distinção e aproximação das categorias lexicais (...)” (Brito 2003: 326).

⁴² Sobre os traços distintivos ver a obra Jakobson, Fant & Halle (1952), Chomsky & Halle (1968: 298-329) e, no estudo do português, Mateus *et al.* (2003: 996-1002).

português são categorias lexicais as seguintes: Nome (N), Adjetivo (A), Preposição (P), Verbo (V) e Advérbio (ADV).”

(Brito 2003: 326)

Contudo, outros autores, como Edmonds (1985), Eliseu (2008), Mendes (2013) e Raposo (2013a)⁴³, classificam-nas como gramaticais/funcionais:

“As categorias funcionais como preposição, artigo, possessivo, demonstrativo, conjunção e outras formam listas fechadas e de pequena dimensão (é possível fazer o inventário completo destas categorias, o qual se mantém estável na língua, no longo prazo). Estas palavras têm uma interpretação gramatical (expressam relações gramaticais entre elementos).”

(Eliseu 2008: 38)

“Por outro lado, existem classes fechadas (i.e., com um número finito de elementos), cujos membros têm essencialmente uma função estruturadora, quer ao nível da frase quer ao nível do discurso. Estas classes chamam-se classes gramaticais (ou funcionais), e os itens que as formam chamam-se, concomitantemente, itens gramaticais (ou funcionais). Constituem exemplos típicos as preposições, as conjunções e os verbos auxiliares ou semiauxiliares.”

(Mendes 2013: 249)⁴⁴

⁴³ O autor inclui as preposições na classe de palavras fechadas e na classe de palavras gramaticais, mas acrescenta que nem todas têm o mesmo estatuto: “Em contrapartida, os membros das classes gramaticais têm essencialmente uma função estruturadora, quer ao nível da frase quer ao nível do discurso. Quando apresentam valores semânticos, estes são altamente codificados, formando um conjunto paradigmático e fechado em campos semânticos especializados (p. e., as preposições da área espacial e temporal). (...) nalgumas classes, nem todos os membros têm o mesmo estatuto de lexicalidade ou de gramaticalidade” (Raposo 2013a: 333).

⁴⁴ Apesar de começar por incluir as preposições na classe funcional, a autora reflete mais aprofundadamente sobre esta temática, mostrando que não entende o problema como algo polarizado mas como um *continuum*: “A distinção lexical (ou pleno) vs. gramatical (ou funcional) não constitui uma dicotomia, mas antes um continuum, ao longo do qual encontramos diferentes graus de “gramaticalidade”, estando, por exemplo, os itens nominais no polo mais lexical e os afixos flexionais, como os sufixos verbais de tempo/modo/aspecto, no polo oposto” (Mendes 2013: 258). Chega até a apresentar um quadro ilustrativo baseado na ideia de recategorização, que defende: “O processo de recategorização para uma classe mais gramatical é acompanhado de alterações ao nível do significado das unidades. Dá-se, por um lado, um enfraquecimento semântico designado como dessemantização e que consiste na perda total ou parcial do significado da unidade enquanto item lexical da língua” (Mendes 2013: 251). A autora esclarece, assim, que, no caso das preposições, “é necessário distinguir entre as preposições *a* e *de*, que nalguns casos apenas desempenham funções gramaticais de ligação entre constituintes (cf. A pintura da porta), e de outras preposições (como *contra*, *desde* e *sobre*) que, para além de estabelecerem uma ligação entre constituintes, veiculam um significado pleno, que determina (conjuntamente

Há, ainda, quem as entenda como partículas⁴⁵ (Lucero 1999: 565-600) ou como não atribuíveis unicamente a uma classe, sugerindo uma classificação, de certa maneira, híbrida e mais justificada relacionalmente⁴⁶ (Bosque & Rexach 2016: 113).

“La preposición, el adverbio y la conjunción presentan una serie de características comunes que han llevado a incluirlos tradicionalmente en una misma metaclase, la de las partículas.”

(Lucero 1999: 567)

“El estatuto de las preposiciones como categorías léxicas o funcionales es controvertido, si seguimos los criterios apuntados hasta ahora. Por un lado, las preposiciones forman inventarios cerrados. De hecho se memorizaban en la escuela primaria y es posible que todavía recuerde usted la lista (a, ante, bajo, cabe...). Muchas de ellas se corresponden con informaciones que en algunas lenguas se establecen mediante casos, es decir, mediante variaciones morfológicas en los nombres o los pronombres. Desde este punto de vista, no parecen tener un contenido designativo propio, sino más bien un contenido relacional. Seleccionan además obligatoriamente otro elemento (generalmente un grupo nominal o una oración que sirven como complemento o «término» de la preposición). Las preposiciones tampoco pueden aparecer aisladas y son prosódicamente débiles.”

(Bosque & Rexach 2016: 113)

com o verbo, quando a preposição introduz um argumento) a função semântica dos constituintes (cf. Ele chocou *contra* o muro; Ele vive em Berlim *desde* criança; Ele pôs o livro *sobre* a mesa)” (Mendes 2013: 260). Em relação ao processo de gramaticalização, dá também exemplos de verbos. Mendes (2013) refere a gramaticalização do verbo *ter* na construção “Ele tem uma casa” para “Ele tem lido o livro”, sublinhando que “o processo de gramaticalização não implica que a unidade lexical deixe de existir: neste caso, coexistem no português atual os dois valores de *ter*, isto é, o valor de verbo pleno de posse e o valor de verbo auxiliar” (Mendes 2013: 250). Com esta abordagem menos estratificada, a autora aproxima-se do entendimento que também é dado em Bosque & Rexach (2016: 113).

⁴⁵ Também em Raposo & Xavier (2013) surge uma observação neste sentido: “Existe uma afinidade estreita entre preposições e advérbios. Essa afinidade sugere que, num nível gramatical mais abstrato, ambas as classes se agrupam numa classe mais ampla, chamada *partícula* nalguns trabalhos de linguística contemporânea” (Raposo & Xavier 2013: 1500).

⁴⁶ É também com este carácter relacional que a preposição é, de acordo com Raposo & Xavier (2013: 1498), apresentada nas reflexões de Barbosa ([1822] 1881: 218 ss.): “Preposição é uma parte conjuntiva da oração que posta entre duas palavras indica a relação de complemento que a segunda tem para a primeira”. Quanto à carga lexical, Barbosa refere “A preposição porem não indica senão uma única idéa, e esta geral e simplicíssima, qual é a relação de complemento em que um objecto está para com outro” (Raposo & Xavier 2013: 1498).

Bosque & Rexach (2016) referem ainda que algumas preposições apresentam um maior conteúdo lexical enquanto outras não. “Parece, pues, que podemos analizar preposiciones como *durante, desde, contra* y algunas más como categorías léxicas, mientras otras (...) son categorías funcionales. Otras pertenecen más bien a los dos grupos” (Bosque & Rexach 2016: 113).

2.1. Algumas considerações gerais sobre Léxico e Gramática

Importa referir que esta distinção entre ser parte do grupo das palavras lexicais ou parte do grupo das palavras funcionais supõe que elas já existam demarcadamente num nível a que tradicionalmente se chama Léxico⁴⁷. Ora, esta concepção também não é incontestável; aliás, são vários os autores que defendem posições antagónicas quanto a este ponto. Historicamente, sempre se considerou que uma construção sintática dependia do significado das palavras nela contidas, embora se misturassem muitas vezes noções ambíguas de funções sintáticas (Brito 2013: 2). Em 1957, Chomsky, com a sua, posteriormente famosa, construção *Colorless green ideas sleep furiously*, defende uma independência da Sintaxe face ao significado individual das palavras (Brito 2013: 3). Partindo da constatação de que a aquisição da língua pelas crianças é extremamente rápida quando comparada com a aprendizagem de outros códigos (como a aritmética (cf. Faria *et al.* (1996: 13)), Grimshaw (1979) e Pesetsky (1982) propõem abordagens que defendem a existência de dependência entre o significado e o resultado na cadeia sintagmática (Brito 2013: 3). “É o significado lexical de cada item que determina a projeção desse item na estrutura sintática? São sobretudo os predicados ou predicadores a determinarem essa projeção? E, nesse caso, será a estrutura temática, a estrutura eventiva ou a estrutura lexical conceptual associada a cada predicador?” são, por exemplo, questões levantadas por Brito (2013), na discussão da interface entre Léxico e Sintaxe. A análise da alternância das construções causativa/anticausativa, com alteração de funções sintáticas, manutenção de papéis temáticos e anulação de um argumento é tomada como exemplo da

⁴⁷ Sobre isto, ver, por exemplo, Chaves (2013: 186): “O significado de uma frase depende crucialmente da combinação do significado das palavras que o compõem. As palavras, no entanto, não se encontram simplesmente listadas alfabeticamente no “dicionário mental” – o léxico – de um falante. A sua organização, de facto, é bastante mais complexa. No dicionário mental, as palavras estão organizadas numa “rede” estruturada em torno de relações abstratas. Essa estruturação conceptual implica operações mentais de categorização.” Ou seja, classificando-as como lexicais, admite-se que elas se agrupam num repositório mental de acordo com uma estrutura de seleção categorial prévia à sua existência sintática.

necessidade de se olhar tanto para a estrutura argumental como para as relações semânticas presentes (Brito 2013: 4). Sobre as relações temáticas destacam-se os trabalhos de Gruber (1965), Fillmore (1968) e Jackendoff (1972), com propostas de listas que permitissem definir os papéis temáticos presentes nas construções sintáticas e relacioná-los com determinadas posições (Brito 2013: 4)⁴⁸. Estes avanços mostram-se muito relevantes na medida em que procuraram, com a análise dos papéis temáticos dos constituintes, entender o surgimento de determinadas projeções na cadeia sintagmática. Contudo, a definição clara de quais e quantos papéis temáticos deveriam ser equacionados revelou-se mais densa do que à partida se pensaria, estando atualmente ainda muito por problematizar neste ponto. Em 1981, Chomsky apresenta a sua Teoria da Regência e da Ligação onde enuncia o Critério Temático: cada argumento recebe um e um só papel temático e cada papel temático é atribuído a um e um só argumento (Chomsky 1981: 36, *apud* Brito 2013: 4) e, em 1986, apresenta uma proposta que incide na importância da indicação dos papéis temáticos e não da categoria dos argumentos, desviando-se da ideia que apresentara em 1957 (Brito 2013: 4). Como daqui se vê, estas questões da definição da predicação e atribuição de papéis temáticos são bastante intrincadas, na medida em que um maior destaque à parte lexical (que se poderá relacionar com os papéis temáticos) implica uma determinada observação do conceito de Léxico e da interação deste com o sistema computacional de organização das estruturas. Não se pretendendo uma exposição e reflexão exaustivas, refere-se aqui, sobre este assunto, apenas a síntese das observações apresentadas em Brito (2013) que permite ficar com a perspetiva geral das linhas mais recentes de discussão. Assim, sublinha-se que os vários modelos que analisam a relação entre Léxico e Sintaxe dividem-se, como é apontado em Brito (2013), em abordagens que “preconizam uma interface Léxico-Sintaxe, embora difiram quanto à natureza estática ou dinâmica do Léxico e quanto à parte do significado lexical que consideram determinante para a Sintaxe – a estrutura temática, a estrutura eventiva ou a estrutura conceptual” e outros que questionam a própria existência do Léxico, referindo que “cabe à Sintaxe dar conta da maneira como as estruturas argumentais dos predicados vão sendo construídas” (Brito 2013: 23). Ora, no caso das preposições, que são centrais neste estudo, estas diferentes perspetivas acabarão por influenciar as análises que poderão fazer-se de alguns fenómenos notados na diversidade

⁴⁸ Não se aborda especificamente neste trabalho a discussão sobre o número e definição de papéis temáticos, por exemplo, presente em Dowty (1990) ou Baker (1988), tal como enuncia Brito (2013: 6-7).

das construções. Se, por um lado, se tomar a separação Léxico-Sintaxe, poder-se-á entender a preposição/algumas preposições como portadoras de conteúdo lexical (semântico e argumental) mais ou menos solidificado; se, por outro lado, se defender a inexistência desse quadro mental basilar, poder-se-á entender que é a estrutura sintática combinatória que é responsável total pela codificação em que a preposição/algumas preposições surgem. Embora esta discussão seja, de facto, importante e necessária (e esteja, se se quiser, num nível hierárquico superior à discussão sobre a própria categoria), dado o carácter delimitado do trabalho, ficar-se-á por esta formulação da problemática, incidindo-se especificamente num contexto específico de estudo: a variação na seleção de preposição mediante determinados verbos, pelo que é essencial refletir mais sobre a categoria. Assim, o trabalho aqui apresentado faz-se no enquadramento tradicional da existência desse quadro organizado chamado Léxico.

2.2. Forma geral do SPREP

Que as preposições não são palavras vazias (Trujillo 1971: 261 *apud* Laguna 2004: 528) e que podem apresentar, pelo menos algumas delas, uma carga lexical é inegável através, por exemplo, das diferentes leituras percebidas. Tomem-se, a título demonstrativo, as construções “O João deu voltas *no* parque”, “O João deu voltas *pelo* parque”, “O João deu voltas *ao* parque”⁴⁹. As diferentes leituras que os falantes percebem resultam apenas da alteração prepositiva, pelo que se mostra que é nas preposições que incide o conteúdo lexical aqui distintivo. Contudo, há também argumentos para a defesa do seu carácter mais funcional, desde logo por serem invariáveis ou pertencerem a uma classe fechada⁵⁰. Note-se, ainda, que, com exceção de produções com a preposição *contra* como, por exemplo, “Sou/estou *contra*” e “Ele votou *contra*”, não surgem construções gramaticais em que uma preposição assuma a última posição da frase. Vejam-se, por exemplo, as seguintes construções, retiradas de Brito (2003: 327):

- (1) Os estudantes leram *livros*.
- (2) Os estudantes leram *livros de História*.

⁴⁹ Perante pares mínimos, apenas com variação da preposição, nota-se que “o valor semântico do complemento preposicionado e a sua contribuição para a interpretação do predicado são obtidos composicionalmente pelo verbo em combinação com a preposição” (Raposo & Xavier 2013: 1519).

⁵⁰ Sobre a discussão relativa ao facto de poder não ser entendida como uma classe fechada, veja-se, por exemplo, Laguna (2004: 527), e sobre a classificação como classe fechada, ver, entre outros, Mendes (2013: 256), Raposo (2013a: 331) e Raposo & Xavier (2013: 1502).

(3) Os estudantes leram *os livros de História*.

(SN em itálico)

(4) Esse livro é *útil*.

(5) Esse livro é *útil a qualquer linguista*.

(6) Esse livro é *muito útil a qualquer linguista*.

(SAdj em itálico)

(7) O Luís foi ao cinema *com a Maria*.

(8) O Luís foi ao cinema *só com a Maria*.

(9) *O Luís foi ao cinema *com*.

(SPrep em itálico)

(10) O bebé *sorriu*.

(11) O bebé *sorriu à Ana*.

(SV em itálico)

(12) A estação fica *longe*.

(13) A estação fica *longe do hotel*.

(14) A estação fica *muito longe do hotel*.

(SAdv em itálico)

Esta constatação abona a favor da perceção da preposição como categoria funcional, na medida em que ela não é capaz de ser núcleo isolado do sintagma, tal como as outras categorias lexicais (Brito 2003: 327). Aqui poderia problematizar-se sobre a própria conceção de SPrep, na medida em que, de acordo com a proposta X-barras de Chomsky (1970), o elemento fundamental da categoria sintagmática é aquele que se apresenta simultaneamente como o seu núcleo; dito de outra forma, “uma categoria sintagmática é a projeção do seu núcleo” (Brito 2003: 327). Nesse caso, poderia repensar-se a identificação de SPrep como categoria sintagmática, teorizando-se sobre a existência de um núcleo SN com especificador preposicional. Essa ideia levaria a que se tomasse a preposição não como elemento predicador, mas como elemento relacional (com traços lexicais) selecionado pela estrutura argumental do

verbo (e a sua indicação dos possíveis Papéis Temáticos), especificado pelo elemento lexical núcleo do sintagma nominal posterior na cadeia sintagmática⁵¹.

Brito (2003) esclarece a agramaticalidade de “*O Luís foi ao cinema *com*”, destacando o “caráter intrinsecamente relacional desta categoria”. Também sobre este caráter relacional, Raposo (2013) refere que as preposições são “palavras que relacionam um sintagma nominal com outra palavra, a qual pode ser um verbo (cf. *sai com a Maria*), um nome (cf. *o livro do Pedro*), um adjetivo (cf. *fiel ao seu marido*) ou um advérbio (*antes do Porto*). Morfologicamente, são palavras invariáveis” (Raposo 2013: 329). De facto, e no seguimento das observações feitas em Raposo & Xavier (2013), as preposições têm como função “estabelecer uma relação sintática e semântica entre duas expressões *x* e *y*”⁵² (Raposo & Xavier 2013: 1497). O primeiro é o termo chamado *subordinante*⁵³ e o segundo é o *complemento* (Raposo & Xavier 2013: 1497-1498). Contudo, estes autores apresentam a preposição como núcleo do sintagma preposicional: “O SP apresenta uma estrutura simples e uniforme, pois contém, normalmente, a preposição e um único complemento. A preposição constitui o núcleo do sintagma preposicional (*com toda a legitimidade*), tal como o verbo é o núcleo do sintagma verbal (*registaram essa ideia*), o nome é o núcleo do sintagma nominal (*a aceitação da proposta*) e o adjetivo é o núcleo do sintagma adjetival (*receoso das consequências*)” (Raposo & Xavier 2013: 1498). Abordam ainda as questões que permitem perceber a maior solidez na cadeia sintagmática entre a preposição e o seu complemento do que entre a preposição e o termo subordinante: o facto de não ser necessária a adjacência entre o termo subordinante e a preposição (cf. “O Pedro *voltou tarde para* o seu escritório”), enquanto esta é essencial entre preposição e complemento (cf. “* O Pedro *voltou para tarde o seu escritório*”) e o facto de podermos, através de topicalização, separar o termo subordinante do sintagma preposicional (cf. “*Para o seu escritório*, o Pedro *voltou tarde*”), o que não sucede entre preposição e complemento (cf. “*o seu escritório, o Pedro *voltou para tarde*”⁵⁴) (cf. Raposo & Xavier 2013: 1499). Seguindo-se as reflexões apresentadas em Raposo & Xavier (2013), lembra-se que o

⁵¹ Recordando-se aqui a co-composicionalidade de Pustejovsky (1998), quando refere que o complemento co-especifica o verbo (*apud* Farias 2016: 52).

⁵² “O Pedro *voltou (x)* para *o seu escritório (y)* tarde.” (Exemplo retirado de Raposo & Xavier (2013: 1497))

⁵³ Terminologia usada por Bechara (1999), de acordo com Raposo & Xavier (2013: 1497). Os mesmos autores referem que Cunha & Cintra (1984: 551) indicam, diferentemente, que as preposições são “palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro [o “antecedente”, segundo estes autores] é explicado ou completado pelo segundo [o “consequente”]” (Raposo & Xavier 2013: 1498).

⁵⁴ Exemplos retirados de Raposo & Xavier (2013: 1499).

sintagma preposicional assume funções sintáticas distintas de acordo com a natureza do subordinante que o seleciona: “(i) o termo subordinante é uma palavra pertencente, nos casos mais típicos, a uma das classes lexicais: um verbo, um nome ou um adjetivo (cf., por exemplo, com um verbo, *pensei [em várias coisas]*); menos usualmente, o termo subordinante pode também ser um advérbio ou uma preposição⁵⁵ [...]; (ii) O termo subordinante é um constituinte mais amplo, um sintagma verbal ou uma frase⁵⁶ [...] e (iii) O termo subordinante é o sujeito de uma predicação, numa oração copulativa ou numa predicação secundária, da qual o sintagma preposicional é o constituinte predicativo⁵⁷” (Raposo & Xavier 2013: 1510). Em relação ao que mais diretamente diz respeito ao estudo que aqui se procura fazer, destaca-se o caso de o termo subordinante ser um verbo e o grupo preposicional surgir como complemento (Raposo & Xavier 2013: 1511-1512).

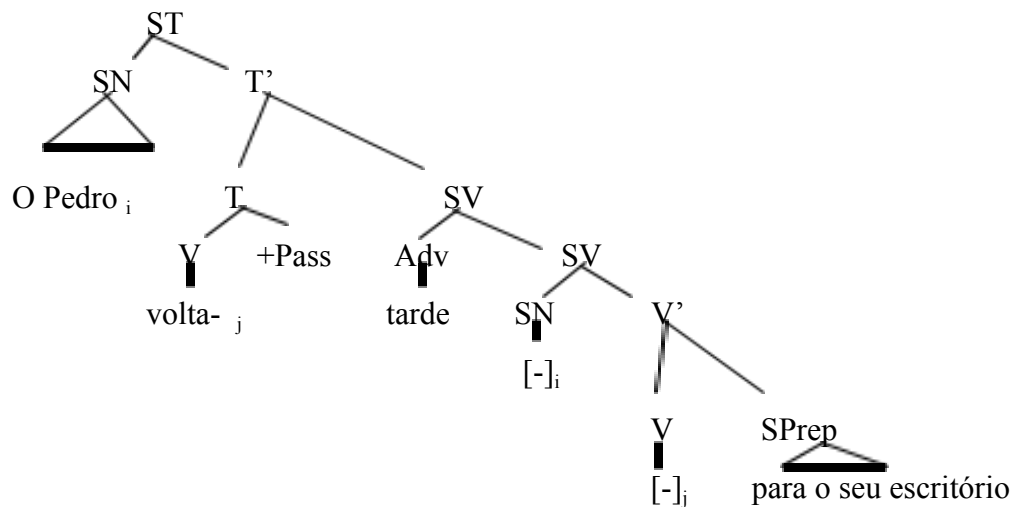
2.3. Relação entre verbo e preposição

Nos verbos em análise, ver-se-á que tipo de complemento será selecionado, se objeto direto, se objeto indireto, se oblíquo. À seleção de um determinado complemento chama-se tradicionalmente regência, pelo que se diz que “o termo subordinante rege o sintagma preposicional”; o conceito de regência designa, então, “a relação que existe entre o núcleo de um constituinte e o seu complemento semanticamente selecionado [...] e também entre o núcleo do constituinte e o núcleo do complemento” (Raposo & Xavier 2013: 1511-1512). Sublinha-se, na leitura feita por estes autores, que “pela definição de regência, a própria preposição também rege o seu complemento, bem como o núcleo deste” (Raposo & Xavier 2013: 1512). Recorda-se, neste ponto sobre as ligações estabelecidas, a relação de c-comando na Teoria da Regência e Ligação, apresentando-se a estrutura:

⁵⁵ Por exemplo, “*Independentemente da situação, não devemos desistir*” (Raposo & Xavier 2013: 1514).

⁵⁶ Por exemplo, “*Sem qualquer vergonha, o árbitro marcou um penáti contra o Chelsea*” (Raposo & Xavier 2013:1515).

⁵⁷ Por exemplo, “*A Luísa está com uma enorme ressaca*” (Raposo & Xavier 2013: 1516).



Sobre esta regência, esclarecem, contudo, partindo da análise de pares mínimos como os vistos acima, e porque “o valor semântico do complemento preposicionado e a sua contribuição para a interpretação do predicado são obtidos composicionalmente”, que “em última instância, não é apenas a preposição que seleciona semanticamente o seu complemento (...), mas sim o predicador complexo V+P” (Raposo & Xavier 2013: 1519). Isto significa que, apesar da solidez sintática demonstrada acima (entre a preposição e o seu complemento), há uma clara ligação entre o termo subordinante e a preposição selecionada, o que leva à teorização sobre de que tipo de ligações se pode falar. Nesse seguimento, e especificamente no que toca à variabilidade e rigidez na escolha da preposição, Raposo & Xavier (2013) referem que “dependendo do termo subordinante, certos contextos admitem uma escolha entre duas ou mais preposições ou locuções prepositivas, geralmente pertencentes ao mesmo campo semântico (...)”. Os autores abordam a questão da variabilidade e rigidez em três pontos: por um lado, consideram os casos em que a escolha de uma preposição implica a variação de sentido, os chamados casos de regência múltipla; por outro, os casos em que há uma escolha limitada de preposições sem variação de sentido e, por último, os casos em que a preposição é fixa, os chamados casos de regência fixa (Raposo & Xavier 2013: 1520-1522). Em relação aos primeiros, os de regência múltipla, dão exemplos como “O Pedro votou [*a favor de/contra*] os socialistas” e, em relação à regência fixa, dão exemplos como “Ela confia [*na*] justiça portuguesa]. (vs. **(de/sobre/para/a...)*” (Raposo & Xavier 2013: 1521-1522). No que diz respeito aos casos que apontam como de possível escolha da preposição sem variação de

sentido, indicam construções como “A Maria falou muito [{de/em/sobre} ti]”, mas deixam uma nota sobre o facto de não se poder descartar que “em certos casos, cada escolha esteja associada a matizes semânticos ou estilísticos subtis” (Raposo & Xavier 2013: 1521). Ou seja, no fundo, deixam em aberto que haja nestas produções uma variação de sentido, embora menos denunciada do que nos outros casos. Todavia, e assumindo a hipótese de que não há variação de sentido, não referem quais as possíveis causas da variação na seleção da preposição (questão que se procura entender neste estudo e sobre a qual se refletirá mais à frente). Raposo & Xavier (2013) defendem ainda que “as preposições num contexto de regência fixa ainda que possam ser redundantes de um ponto de vista estritamente informativo, não perdem necessariamente a sua semanticidade⁵⁸. Abstraindo de casos em que a preposição tem uma função exclusivamente ou quase exclusivamente gramatical, (...) existe uma motivação semântica para a ocorrência da preposição que contêm, em vez de outra qualquer. Nessa perspectiva, a regência fixa resulta do facto de o significado do verbo regente restringir o espaço semântico do complemento preposicionado, afunilando concomitantemente a escolha da preposição adequada” (Raposo & Xavier 2013: 1524). Desta forma, ainda que o valor semântico inerente à preposição tenha sido tomado em conta na seleção, o facto de mais nenhuma preposição ser admitida acaba por enfraquecer esse mesmo peso semântico, tornando a preposição mais gramatical (Raposo & Xavier 2013: 1524). Com estas observações em mente, atente-se agora nos dados, para posterior análise.

3. Os casos dos verbos *ligar* e *telefonar*, em Português Europeu, e *llamar* e *telefonar*, em Espanhol Peninsular

3.1. *ligar* e *telefonar*

Em Português Europeu, o verbo *ligar* é selecionado em diversas produções, podendo apresentar-se como verbo inergativo (“A Maria ligou⁵⁹”); pronominal (“Ela liga-se ao clube amanhã” – adere, vincula-se, junta-se⁶⁰ – e “Isto liga-se com o que acabei de dizer” – relaciona-se); transitivo direto (“Ela liga os ingredientes” – mistura ; “Ela liga os dois temas” –

⁵⁸ O conceito de semanticidade define-se como “presença de um qualquer valor semântico numa preposição, qualquer que ele seja” (Raposo & Xavier 2013: 1522).

⁵⁹ “*Ligada a Maria” é um dos testes que podemos aplicar para provarmos o carácter inergativo.

⁶⁰ Como sinónimo do verbo *juntar* pode também surgir em construções como “Eles ligaram-se contra o Pedro”, com a leitura “Eles uniram-se contra o Pedro”.

relaciona e “Ela liga o braço” – aplica uma ligadura); transitivo ou transitivo direto, em Cunha & Cintra (1984) (“Ele liga o aparelho” – põe em funcionamento, ativa); verbo ditransitivo (“Esta estrada liga Évora a Beja” – estabelece uma ligação terrestre) e verbo de dois lugares com um argumento interno objeto indireto, ou transitivo indireto (“Ele liga à Maria”⁶¹ – telefona)⁶². Neste trabalho, por limitação de tempo e interesse específico em apenas uma leitura, analisar-se-á somente a variação na seleção de preposições no que diz respeito aos casos em que o verbo possa ser entendido como sinónimo de “estabelecer contacto através de telefone”.

O verbo *telefonar* surge, tradicionalmente, como transitivo indireto em construções como “Ela telefona *ao Pedro*” e como verbo transitivo de dois lugares com um argumento interno oblíquo em construções do tipo “Ela telefona *para o departamento*” ou “Ela telefona *para Paris*”⁶³.

Apesar do referido acima, nem sempre, como se sabe, dado o sistema vivo que é a língua, as ocorrências se mostram tão lineares. É claro que a aceitação de determinadas produções por parte dos falantes não é considerável, mas é através da análise de ocorrências e de não ocorrências que é possível problematizar o sistema, daí que as “falhas” nos sistemas desempenhem um papel fulcral no avanço de toda a ciência⁶⁴. Por vezes, as discrepâncias são dirimidas pelo próprio sistema, por vezes ganham relevo e tornam-se mais e mais significativas. Não se sabendo o que acontecerá, importa identificar e tentar perceber o que originou a ocorrência, tendo em vista perceber melhor a estruturação do sistema. Assim, e com o intuito de se pensar sobre o que subjaz às produções, veja-se mais claramente:

(15) Ela liga *ao Pedro/ à Rita*.

⁶¹ Também poderá ter a leitura de “dar importância”: “Ele dá pouca importância à Maria” semelhante a “Ele liga-lhe pouco” ou “Ele dá-lhe pouca importância”.

⁶² Para elaborar esta lista foram consultadas as páginas www.infopedia.pt e www.priberam.pt/dlpo, de onde foram adaptados alguns dos exemplos. A classificação categorial do verbo aqui apresentada, embora possa coincidir, em alguns casos, com as que são disponibilizadas nas páginas digitais, é resultado de análise própria.

⁶³ Surge ainda como intransitivo em produções do tipo “O Pedro telefonou”, quando se pretende dar foco ao ato de ter estabelecido ou ter tentado estabelecer contacto.

⁶⁴ Sobre o conceito de agramaticalidade ver, por exemplo, Duarte & Brito (1996: 248) e sobre a sua importância ver, entre muitos outros, Eliseu (2008: 22-23): “A agramaticalidade de uma dada expressão constitui aquilo que se designa ‘evidência negativa’; este tipo de prova permite demonstrar a inadequação de uma hipótese ou conjunto de hipóteses.”

(16) ? Ela liga *para* o Pedro/a Rita.⁶⁵

(17) */? Ela liga *com* o Pedro/a Rita⁶⁶.

(18) ? Ela liga *ao* departamento.

(19) Ela liga *para* o departamento.

(20) */? Ela liga *com* o departamento.

(21) Ela telefona *ao* Pedro/à Rita.

(22) ? Ela telefona *para* o Pedro/a Rita.

(23) */? Ela telefona *com* o Pedro/a Rita.

(24) ? Ela telefona *ao* departamento.

(25) Ela telefona *para* o departamento.

(26) */? Ela telefona *com* o departamento.

Observando-se as construções (15) e (21) nota-se imediatamente a seleção da preposição *a* estabelecendo uma relação entre V e OI. No que toca à seleção temática, e, por exemplo, de acordo com Xavier (1991), a preposição *a* “seleciona complementos com interpretações diversas, entre as quais se destacam alvo, fonte, lugar, agente, experienciador, tema, benefactivo e posse (inalienável)” (Xavier 1991: 320-321)⁶⁷. Já a preposição *para*, entre outros sentidos, pode indicar movimento, direção, destino (Bruyne 1999: 678-680)⁶⁸ e, tradicionalmente é tida como responsável pela seleção, tipicamente, de uma entidade com traço [-humano]⁶⁹, por exemplo, instituições ou zonas geográficas, como se vê no exemplo (19) ou em “Ele liga *para* Paris”, remetendo para interpretações temáticas como alvo ou meta. Raposo & Xavier (2013) entendem, numa leitura mais genérica, que “as preposições *a* e *para* são ambas direcionais e marcam um constituinte com o valor de destino; no entanto, distinguem-se

⁶⁵ O sinal gráfico “?” é utilizado como juízo particular, significando aceitabilidade duvidosa. No seguimento das palavras de Raposo *et al.* (2013): “(...) os juízos assinalados com “?” ou “??” são os dos autores dos capítulos, sendo possível que o leitor discorde deles” (Raposo *et al.* 2013: xxviii).

⁶⁶ Os exemplos que apresentam a preposição “com” são considerados agramaticais em PE padrão, embora sejam efetivamente produzidos fora da norma da língua. Sobre isto, ver a nota 34.

⁶⁷ Sabio (1991: 298) também refere que a preposição *a* potencia a ideia de direção, limite, chegando a referir a distinção entre *a* e *para* no que diz respeito ao tempo associado em verbos de movimento em construções com *ir*: “Vou *a* Lisboa” vs. “Vou *para* Lisboa”. No primeiro caso, indicando direção com a ideia de retorno e, no segundo caso, permanência (Sabio 1991: 299).

⁶⁸ “*para* equivale más o menos a «con dirección a» (...)” (Bruyne 1999: 679).

⁶⁹ Segue-se nesta análise os traços lexicais indicados em Chomsky (1965).

de um modo que recorda a diferença aspetual entre estados episódicos e estados permanentes” (Raposo & Xavier 2013: 1542). Porém, e já numa análise mais detalhada da preposição *a*, Raposo & Xavier (2013) esclarecem que esta tem como um dos seus usos centrais a introdução do complemento indireto, destacando que os verbos que tradicionalmente selecionam esta função gramatical “denotam a transferência de uma entidade, concreta ou abstrata, a partir de um indivíduo ou indivíduos que são a origem ou a fonte da transferência para outro indivíduo ou indivíduos que recebem aquilo que é transferido” (Raposo & Xavier 2013: 1550). “Metaforicamente, a transferência é concebida como um movimento espacial de um lugar para outro”, acrescentam Raposo & Xavier (2013: 1550). Nos casos (15) e (21), aponta-se que a preposição *a* seleciona o objeto indireto, tomando-o como alvo de *ligar/telefonar*, o que possibilita as pronominalizações “Ela *liga-lhe*” e “Ela *telefona-lhe*”. A preposição *para*, introduzindo um complemento oblíquo do verbo de dois lugares, e não sendo possível pronominalizar, pode gerar uma construção com advérbio de lugar para onde se estabelece o contacto “Ela *liga para lá*”. Perante os exemplos (15)/(19) e (21)/(25), observando-se que os verbos *ligar/telefonar* selecionam tanto a preposição *a* como a preposição *para*, torna-se relevante esclarecer o que justificará a seleção a acontecer, ou seja se o traço [+/-humano] encerrado no sintagma nominal ditará a ocorrência de *a* ou *para*⁷⁰.

Se o sintagma marca [+humano], selecionar-se-á a preposição *a*, se, pelo contrário, marca [-humano] selecionar-se-á *para*, faltando apenas problematizar a marginalidade associada a exemplos do tipo (16)/(18) e (22)/(24). De facto, as realizações aqui apresentadas (e outras que surgirão adiante) levantam uma questão: se o carácter [+/-humano] do sintagma nominal parece ser relevante na definição da preposição a selecionar, como se justificam realizações como (16)/(18) e (22)/(24)? Além disto, acrescentam-se também aqui construções como “Ela *liga com o Pedro*” porque ocorrem em várias regiões da zona Norte do país⁷¹, embora sejam, de acordo com a descrição tradicional, classificadas como agramaticais, uma vez que a preposição *com* encerra em si os sentidos de companhia, colaboração, causa, modo, conteúdo, instrumento (Bruyne 1999: 664-667) e de copresença (Raposo & Xavier 2013: 1517

⁷⁰ Sobre as posições sintáticas de “a” e “para” no contexto das construções de objeto indireto preposicionais ou não preposicionais, leia-se Brito (2009).

⁷¹ Esta afirmação resulta de observação empírica, não estando ainda concretizada em trabalhos de recolha. Por ser assim, a ideia de que ocorre em regiões do Norte poderá até pecar por defeito. Não sabemos se corresponderá a um fenómeno dialetal (e de que tipo) e não sabemos também se há alguma tendência na seleção de determinados tempos verbais.

e 1557), que não se mostram tipicamente enquadráveis nas construções com o verbo *telefonar* e com o verbo *ligar* no sentido de estabelecer contacto telefónico. Realizações como “Vou ligar *com ele*” e “Depois eu ligo *consigo*” são produzidas sem causar estranheza nos interlocutores. Assim, em algumas zonas, coabitam não problemáticamente, e com a mesma leitura, construções como “Ela vai ligar/telefonar *ao Pedro*”, “Ela vai ligar/telefonar *para o Pedro*” e “Ela vai ligar/telefonar *com o Pedro*”. Expõe-se, de seguida, alguns exemplos deste tipo de construções recolhidos no *corpus* CETEMPúblico⁷²:

CETEMPúblico

liga ao – 186 ocorrências (1 das quais poderia surgir, sem alteração de leitura, com o verbo *telefonar*)

(27) *par=ext33164-pol-98a-1*: «Qualquer dia António Vitorino pega no telefone, *liga ao* primeiro-ministro e pergunta: 'apetece-me voltar para o Governo, pode ser amanhã?»

liga à – 145 ocorrências (1 das quais poderia surgir, sem alteração de leitura, com o verbo *telefonar*)

(28) *par=ext1532936-pol-93a-1*: Pega no telefone e *liga à* sua ex-mulher para a convidar -- e ao seu marido -- para um cineminha.

liga para - 30 ocorrências (16 das quais poderiam surgir, sem alteração de leitura, com o verbo *telefonar*. Destas, 3 com a sequência *liga para* + [+hum].)

(29) *par=ext1443514-des-92a-2*: E podia-se discar um número quase com a mesma facilidade com que se *liga para* um vizinho.

(30) *par=ext1514235-nd-95b-1*: A maneira de rematar é muito simples: a produção *liga para* o telefone do concorrente e, quando este prime a tecla 5 (no caso dos telefones antigos, quando chega ao número 5), a máquina lança a bola por acção de ondas electromagnéticas.

liga com – 22 ocorrências (0 das quais poderiam surgir, sem alteração de leitura, com o verbo *telefonar*)

⁷² Todas as recolhas no CETEMPúblico (<https://www.linguateca.pt/cetempublico/>) apresentadas neste trabalho foram feitas em outubro de 2020. Esclarece-se que a pesquisa com preposições contraídas (*à*, *ao*) é meramente metodológica e que o uso do presente e do infinitivo também se deve à necessidade de se restringir a pesquisa. Seria, assim, importante, num estudo posterior, apresentar também resultados com outros tempos verbais. Acrescenta-se, ainda, que, para evitar que a leitura se tornasse maçuda, não se incluíram em nota exemplos de ocorrências com leituras diferentes das procuradas.

ligar ao – 72 ocorrências (6 das quais poderiam surgir, sem alteração de leitura, com o verbo *telefonar*. Destas, 5 com a sequência *ligar ao* + [+hum].)

(31) *par=ext1069064-soc-97b-2*: Tentou então *ligar ao* chefe da estação do Areeiro, mas este estava com o telefone ocupado.

(32) *par=ext1496320-pol-92b-2*: «Vamos *ligar ao* gabinete do vice-porta-voz, pode ser que ele saiba responder à sua pergunta».

ligar à – 116 ocorrências (3 das quais poderiam surgir, sem alteração de leitura, com o verbo *telefonar*. Destas, 2 com a sequência *ligar à* + [+hum].)

(33) *par=ext1198005-nd-94a-1*: A secretária de Foster pode *ligar às* pessoas que querem entrar em contacto com Foster, mas estas nunca podem *ligar à* secretária.

(34) *par=ext445459-clt-96a-1*: Telefonam-me e pedem-me para *ligar à* contabilidade, ao director comercial, ao assessor de imprensa e tenho que dizer «Sou eu.

(35) *par=ext1519587-clt-soc-95a-1*: O Joaquim, de dez anos, aproveitou a intimidade que alcançou com Valentim Loureiro para lhe pedir o telemóvel para *ligar à* família e para dizer que chegou bem a Lisboa.

ligar para - 171 ocorrências (162 das quais poderiam surgir, sem alteração de leitura, com o verbo *telefonar*. Destas, 12 com a sequência *ligar para* + [+hum].)

(36) *par=ext4811-soc-94b-1*: «Era difícil entrevistar o verdadeiro autor do livro, *ligar para* o Vaticano e dizer `passe-me o Papa`».

(37) *par=ext44218-soc-97a-1*: Mesmo assim, teve o discernimento necessário para correr até ao telefone e *ligar para* a parteira, enquanto a mulher se mantinha ao pé da mesa do restaurante, «a dizer qualquer coisa sobre toalhas».

(38) *par=ext96765-soc-95a-2*: «Veja bem as vantagens: é difícilimo *ligar para* a Deco.

(39) *par=ext368673-pol-92a-1*: Não vale a pena *ligar para* mim.⁷³

(40) *par=ext100685-pol-96a-1*: Ainda hoje, e apesar do prodigioso avanço das telecomunicações, os jornalistas estrangeiros residentes em Pequim, cujos números de telefone de casa começam todos por " 532 ", não conseguem *ligar para* os telefones começados por " 87 ", os números atribuídos aos militares.

ligar com – 19 ocorrências (1 das quais poderia surgir, sem alteração de leitura, com o verbo *telefonar*)

⁷³ Em exemplos como este poderá estar em causa a preferência pela seleção do pronome pessoal tónico “mim” em vez da pronominalização com o pronome pessoal átono “me”.

(41) *par=ext1303011-nd-92a-2*: “Face às desculpas e entraves posto à minha pretensão, saí daquele serviço e dirigi os meus passos para uma cabine telefónica, conseguindo *ligar com* o Dr. Vieira, na ocasião Chefe de Equipa de Urgência, e expondo-lhe o que se passava, tendo-me aquele senhor dito não ser possível tal acontecer, quase me chamando mentiroso.”

Destaca-se a apresentação de um desvio face à tradição gramatical em, por exemplo, (29) “E podia-se discar um número quase com a mesma facilidade com que se *liga para um vizinho*”; (39) “«Vamos *ligar ao gabinete do vice-porta-voz*, pode ser que ele saiba responder à sua pergunta»”; (41) “Face às desculpas e entraves posto à minha pretensão, saí daquele serviço e dirigi os meus passos para uma cabine telefónica, conseguindo *ligar com o Dr. Vieira*, na ocasião Chefe de Equipa de Urgência, e expondo-lhe o que se passava, tendo-me aquele senhor dito não ser possível tal acontecer, quase me chamando mentiroso”; e (37) “Mesmo assim, teve o discernimento necessário para correr até ao telefone e *ligar para a parteira*, enquanto a mulher se mantinha ao pé da mesa do restaurante, «a dizer qualquer coisa sobre toalhas»”. Estes exemplos, embora possam ser claramente considerados pouco significativos em termos numéricos, aliados à observação empírica referida, ainda que não solidificada com recolha de dados, sugerem a existência de variação na seleção de preposição nas leituras em que pode ser substituído pelo verbo *telefonar*. Assim, procurando responder à pergunta deixada acima, emersa pelo facto de o traço [+/-humano] associado ao sintagma nominal poder, afinal, não ser relevante na determinação da preposição a seleccionar, avança-se com a hipótese de que sucede, remetendo em certa medida para o conceito indicado em Mendes (2013), uma dessemantização, uma perda de carga semântica. Assumindo que as preposições *a* e *para* se definem semanticamente pela posse de determinados traços – que aqui não se discutem especificamente – e consequente abrangência de seleção de determinados complementos, entende-se que se apresentam nestes contextos menos definidas, menos estritas, e por essa razão acontece serem indistintamente seleccionadas por alguns, poucos (se se considerar apenas o que se encontrou no *corpus*), falantes. Considerem-se agora os exemplos retirados do *corpus* em relação ao verbo *telefonar*:

CETEMPúblico

telefona ao – 16 ocorrências (todas sinónimas de “estabelecer contacto telefónico com uma entidade mais ou menos humana”, neste caso todas com [+hum])

telefona à - 17 ocorrências (16 das quais sinónimas de “estabelecer contacto telefónico com uma entidade mais ou menos humana”, neste caso todas com [+hum])

telefona para - 45 ocorrências (39 das quais sinónimas de “estabelecer contacto telefónico com uma entidade mais ou menos humana”. Destas, 7 com a sequência *telefona para* + [+hum].)

(42) *par=ext411818-nd-97b-2*: A filha de Maria de Lurdes, quando *telefona para* o pai, «é principalmente para saber da irmã, ela é a única motivação».

(43) *par=ext564858-soc-92b-1*: O pai *telefona para* uma empresa de comercialização de árvores, encomenda um pinheiro nórdico e combina a sua entrega ao domicílio.

telefona com – 0 ocorrências

telefonar ao – 66 ocorrências (58 das quais sinónimas de “estabelecer contacto telefónico com uma entidade mais ou menos humana”. Destas, 54 com a sequência *telefonar ao* + [+hum]).

(44) *par=ext173408-soc-92a-1*: «Vou *telefonar ao* Dias Loureiro a dizer que demiti o Fernando Nogueira.”

(45) *par=ext966143-pol-92a-2*: «Eu tinha dito logo que queria comandar a Guarda de Honra, o que me possibilitava a grande oportunidade de *telefonar ao* posto de comando no Continente, a anunciar: ' Estes gajos já estão dentro!

(46) *par=ext1548318-soc-92a-2*: Clint olhou para a sua Magnum 44 de brincar aos polícias e tratou de *telefonar ao* FBI que prendeu rapidamente o homenzinho.

(47) *par=ext1374947-soc-92b-1*: Em desespero de causa, pediu ao companheiro de enfermaria para *telefonar ao* 115.

telefonar à – 51 ocorrências (50 das quais sinónimas de “estabelecer contacto telefónico com uma entidade mais ou menos humana”. Destas, 31 com a sequência *telefonar à* + [+hum]).

(48) *par=ext1380725-pol-95b-2*: *Decidi telefonar à* EPAL.

(49) *par=ext787457-nd-95a-1*: . Claro que posso ler, posso ouvir música, posso alugar um filme no clube de vídeo, posso *telefonar à* Esmeralda, posso fazer uma hora de «crochet» antes de me deitar, mas falta-me o Renato aqui.

telefonar para – 299 ocorrências (284 das quais sinónimas de “estabelecer contacto telefónico com uma entidade mais ou menos humana” com a construção *para* + SN (+/- humano). Destas, 28 com a sequência *telefonar para* + [+hum].)

(50) *par=ext126311-pol-92a-1*: A única coisa que não posso admitir é que não me tivessem deixado *telefonar para o Norberto de Castro* para ele declarar a titularidade das armas.

(51) *par=ext207404-clt-96b-2*: E resolveu *telefonar para Ramiro Valadão*, então presidente da RTP, a protestar.

(52) *par=ext89798-nd-91b-2*: Dadas as grandes dificuldades económicas dos timorenses (como divulgou o Público, no dia 16), imagino como lhe custará *telefonar para Timor*.

telefonar com – 5 ocorrências (0 ocorrências com o sentido de estabelecer contacto telefónico com uma entidade)

Sublinham-se, neste conjunto de recolhas, as construções (50) “A única coisa que não posso admitir é que não me tivessem deixado *telefonar para* o Norberto de Castro para ele declarar a titularidade das armas”, (45) “Eu tinha dito logo que queria comandar a Guarda de Honra, o que me possibilitava a grande oportunidade de *telefonar ao* posto de comando no Continente, a anunciar: ‘Estes gajos já estão dentro!’”, (46) “Clint olhou para a sua Magnum 44 de brincar aos polícias e tratou de *telefonar ao* FBI que prendeu rapidamente o homenzinho” e (47) “Em desespero de causa, pediu ao companheiro de enfermaria para *telefonar ao* 115” e a inexistência de ocorrências com o verbo conjugado na terceira pessoa do singular + preposição *com*, tal como sucedeu na pesquisa com o verbo *ligar*. Estes exemplos surgem na linha do que se viu acima: ocorrências de oscilação indistinta (quanto ao traço [+/-hum] do complemento) de *a/para* e registos residuais de produção com a preposição *com*. No que diz respeito às construções nas quais a preposição *com* surge, associadas a produções fora da norma-padrão da língua⁷⁴, equaciona-se, com base no que referem Lucero (1999: 576) e Bruyne (1999: 666), que a seleção aconteça por analogia em relação a outras expressões ou por associação inconsciente em relação a “estabelecer contacto telefónico *com* alguém/alguma entidade”, sendo que a seleção da preposição já se encontra presente noutras estruturas argumentais do verbo *ligar*⁷⁵. Em síntese, entende-se que sucede, em casos análogos a estes, como se referiu acima, uma dessemantização das preposições, deixando margem para uma maior aceitação de diferentes seleções por parte de alguns falantes. No seguimento de Raposo & Xavier (2013) e das observações aqui feitas, crê-se que há uma coordenação de

⁷⁴ É pertinente recordar-se aqui o que foi dito atrás, na nota 34.

⁷⁵ Bruyne (1999: 666) aborda especificamente a questão do uso de *com* em vez de *a*, que é apontada como típica de algumas regiões do espanhol americano.

relações de regência⁷⁶ entre subordinante, preposição e complemento que é resultado, refira-se assim, da conjugação de diferentes variáveis, uma das quais será a carga mais ou menos semântica trazida pela preposição a selecionar.

3.2. *llamar e telefonar*⁷⁷

O verbo *llamar*⁷⁸ apresenta em espanhol diferentes leituras, contudo neste trabalho, como se fez acima para o Português Europeu, toma-se apenas a que se produz como sinónimo de “estabelecer contacto telefónico”. Põem-se, dessa forma, de parte ocorrências de *llamar* como verbo pronominal, por exemplo, em “Ella *se llama* Maria”, como transitivo em “Maria *llama a* Pedro”, leitura que poderia ser traduzida para português europeu por “A Maria *chama* o Pedro”, e como intransitivo em “Maria *llama a* la puerta”. Assim, interessam apenas os exemplos:

- (53) Ella llama a Pedro/Rita.
- (54) *Ella llama para Pedro/Rita.
- (55) *Ella llama con Pedro/Rita.

- (56) Ella llama al (a +el) departamento.
- (57) *Ella llama para el departamento.
- (58) *Ella llama con el departamento.

- (59) Ella llama a la policia.
- (60) *Ella llama para la policia.
- (61) *Ella llama con la policia.

⁷⁶ Sobre estas relações, recorde-se Marantz (1984): “The entire predicate (not just the verb) assigns a θ -role to the subject. The meaning/properties of the object influence the meaning of the verb, which, in turn, determines the semantic properties of the subject. The object is assigned its theta role by the verb. The subject is assigned its theta role by the entire predicate.”

⁷⁷ Agradeço à minha colega Blanca Palomero, falante nativa de espanhol, os comentários feitos aos exemplos incluídos nesta secção do trabalho.

⁷⁸ O verbo *chamar* (proveniente do mesmo étimo latino *clamare*) em Português Europeu surge em construções como verbo pronominal (“Ele chama-se Pedro”); transitivo direto (“A Maria chama o Pedro”); verbo de dois lugares com argumento interno oblíquo ou transitivo indireto (“A Maria chama por auxílio” - pedir); verbo transitivo direto e indireto em Cunha & Cintra (1984) ou transitivo de três lugares “A Maria chama a atenção para esse facto”; intransitivo (“O telefone já chama” - toca) e ditransitivo (“Ele chama nomes à Rita”). Para elaborar esta lista foram consultadas as páginas www.infopedia.pt e www.priberam.pt/dlpo, de onde foram adaptados alguns dos exemplos. A classificação categorial do verbo aqui apresentada, embora possa coincidir, em alguns casos, com as que são disponibilizadas nas páginas digitais, é resultado de análise própria.

Assim, em Espanhol Peninsular constata-se a não variação da seleção preposicional, tal como se percebe da pesquisa no *corpus Real Academia Española - Corpus de Referencia del Español Actual (CREA)*⁷⁹.

llamar a

(62) “Puede ser un ladrón o un maleante o un huelguista que anda huido. Mejor será *llamar a la policía*. Hay un teléfono en la biblioteca.”

llamar al

(63) “Si el aparato no funciona correctamente o no funciona en absoluto, antes de *llamar al Servicio Técnico* efectúense los siguientes controles: (...)”

llama a

(64) “¿Por qué no hace lo que todo el mundo? ¿Por qué no *llama a la policía*? Ahí tiene el teléfono: ¿por qué no los llama?”

llamar para/ llama para/ llamar con/ llama con - não apresentam realizações com as leituras em que *llamar* possa ser substituído por *telefonar*.

O verbo *telefonar* apresenta-se como transitivo, com o sentido de transmitir mensagens por telefone, como “Allen Dulles *telefonea* a Don Juan y le informa que los aliados derribarán inmediatamente a Franco, que se estudia la invasión de España y que puede ser inminente” e como intransitivo com o sentido de estabelecer a ligação telefónica, como em “El viernes, el Sr. Ara *telefonea*”. Contudo, há uma noção empírica por parte de nativos de que é bastante menos selecionado nas produções dos falantes do que o lexema despoletador da mesma leitura: *llamar*. Surgindo em construções como “Mercedes corrió a *telefonar al médico*”, “La gobernanta, por su parte, tras haber estado a punto de *telefonar a la policía* por su propia cuenta e informarles acerca del escondite de Julián (...)” e “A las dos, cuando se durmió la chica, había sentido el impulso irresistible de *telefonar a Paula*”⁸⁰, rege também objetos diretos com seleção da preposição *a*.

(65) Ella *telefonea* a Pedro/Rita.

⁷⁹ Banco de datos (CREA) [en línea]. *Corpus de referencia del español actual*. <http://www.rae.es>.

Pela incapacidade de concretizar a filtragem por análise de todos os resultados obtidos na pesquisa no *corpus Real Academia de la Lengua Española*, apresentam-se aqui apenas alguns exemplos, sem a contabilização. Tal como se fez para o PE, aqui também se tomam as preposições contraídas. Esclarece-se ainda que a pesquisa foi feita em novembro de 2020.

⁸⁰ Excetuando os numerados de (53) a (73), todos os exemplos em espanhol foram retirados do *corpus* CREA.

(66) *Ella telefona para Pedro/Rita.

(67) *Ella telefona con Pedro/Rita.

(68) Ella telefona al (a +el) departamento.

(69) *Ella telefona para el departamento.

(70) *Ella telefona con el departamento.

(71) Ella telefona a la policia.

(72) *Ella telefona para la policia.

(73) *Ella telefona con la policia.

3.3. Português Europeu vs. Espanhol Peninsular

Considerando, por um lado, os exemplos apresentados e os resultados obtidos nas pesquisas no corpus *CETEMPúblico* e no *Dicionário Online da Porto Editora*, para o Português Europeu, e, por outro, os exemplos incluídos e os resultados das pesquisas no *Corpus de Referencia del Español Actual (CREA)* e no *Diccionario da Real Academia de La Lengua Española*, constata-se que a problemática sobre a variação de preposições com os verbos que, nas duas línguas, criam a leitura “estabelecer contacto telefónico” parece não se verificar em Espanhol Peninsular⁸¹. Nessa língua, pelo menos no que toca a estes dois verbos, as ocorrências denotam ser bastante imóveis, não havendo distinção feita, através de uma diferente preposição (*a/para*), em construções com sintagmas com traço [+/-humano]⁸². Ocorre, contudo, como em português europeu, a seleção da preposição *a* nos verbos *llamar* e *telefonar*, embora, como se viu, no caso do Português Europeu selecione um OI e em Espanhol Peninsular selecione um OD, embora importe referir, perante os apontamentos feitos sobre a inexistência de dados que mostrem a variação encontrada em PE, que o Espanhol Peninsular apresenta fenómenos de variação na seleção de pronome: leísmo (uso dos pronomes *le* e *les* em lugar de *lo*, *la*, *los*, *las*), loísmo (uso de *lo/los* em lugar de *le/les*) e láísmo (uso de *la/las* em lugar de *le/les*)⁸³.

⁸¹ O facto de *telefonar* ser relativamente pouco usado pelos nativos também não ajuda à verificação de uma possível variação preposicional.

⁸² Contudo, a variação neste traço é tomada em consideração noutros contextos, por exemplo, em “complementos que designan personas o entidades animadas (...)” (Bosque & Rexach 2016: 155).

⁸³ Sobre isto, consultar, por exemplo:

<https://www.rae.es/espanol-al-dia/uso-de-los-pronombres-los-las-les-leismo-laismo-loismo>.

4. Considerações finais

Apesar de a comparação entre Português Europeu e Espanhol Peninsular ter mostrado que o fenómeno objeto de estudo no presente trabalho – a variação na seleção de preposições sem alteração de sentido nos verbos em questão – não era partilhado, os dados acima indicados e analisados permitem que se faça uma reflexão sobre o estatuto da categoria preposição numa perspectiva mais geral. Se, por um lado, a seleção de determinadas preposições em detrimento de outras implica leituras distintas, mostrando força lexical intrínseca, por outro, como aqui se abordou, há ocorrências que apresentam as mesmas leituras, apesar da disparidade na regência preposicional. Entende-se, assim, que a oscilação na seleção da preposição possa resultar de um processo de dessemantização, ou seja, algumas preposições em português europeu, em determinados contextos, apresentam-se menos marcadas. Nesse entendimento, e voltando-se às preposições que neste estudo se incluíram, parece existir uma perda de carga semântica em *a*, *para* e *com*, que leva a que alguns falantes do Português Europeu (não os da norma-padrão no que diz respeito à seleção da preposição “com”⁸⁴) as selecionem de modo indistinto, independentemente da caracterização [+/-hum] do SN posterior na cadeia sintagmática, nas construções com os verbos *ligar* e *telefonar*. Assim, defende-se que, no caso de construções nas quais os verbos regem um leque limitado de preposições sem alteração de sentido, estas estejam na verdade desprovidas de parte da sua carga semântica, tornando-se, dessa forma, menos restritivas na seleção dos seus complementos. Este processo resulta, em última instância, na propensão à aceitação/produção das construções por parte dos falantes.

No que diz respeito à discussão relacionada com a alocação teórica da categoria, falar-se num carácter híbrido, olhando para dados deste tipo e dada a sua não prevalência geral nas línguas naturais, parece ser ainda a opção mais adequada. Com a certa evolução linguística a acontecer nos próximos anos, décadas, saber-se-á se algum caminho prevalecerá: solidificar-se-á a componente semântica, e uma especificação mais clara, abrindo as portas à oposição clara de leituras ou até à agramaticalidade mais densa de certas ocorrências ou, pelo contrário, haverá tendência para um alargamento do fenómeno de subespecificação, permitindo uma maior oscilação nas produções? É sabido que os sistemas tendem a suprimir redundâncias

⁸⁴ Neste caso, tendo sido encontrada apenas uma ocorrência, entende-se que é necessária uma recolha mais alargada, que possa confirmar ou infirmar a hipótese levantada relativamente a esta preposição.

⁸⁵, pelo que seria possível colocar-se a questão de que poderia acabar-se, no limite, por fazer cair em desuso algumas das preposições, todavia, o que sucede é que estas oscilações acontecem apenas nas construções com determinados verbos, surgindo as mesmas preposições com carácter mais especificado, sistematicamente mais definido, mais robusto, em seleções feitas por outros verbos, logo essa auto-eliminação por parte do sistema não se assume previsível.

Acredita-se que fará sentido levar a cabo uma rigorosa recolha de dados sobre a produção/aceitação de construções com verbos que possibilitem variação como os que aqui foram tratados com o intuito de contribuir para uma discussão mais fundada e alargada do conceito de dessemantização das preposições. Por exemplo, alargando a análise a construções como “Ele escreve à Maria” e “Ele escreve para a Maria”, ambas gramaticais em PE (podendo apresentar, a segunda, duas leituras), e, até, construções que mostram a variação PE/PB no par “Vou perguntar à Maria” / “Vou perguntar para a Maria”. Seria, com certeza, interessante que esse estudo potenciase novas conjecturas tanto na problemática sobre a interação Léxico-Sintaxe como na definição mais clara da estruturação das várias regências numa oração.

Referências

- Baker, M. 1988. *Incorporation. A Theory of Grammatical Function Changing*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Barbosa, J. S. [1822] 1881. *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa ou Principios da Grammatica Geral Aplicados à nossa Linguagem*. Lisboa. Academia Real das Sciencias.
- Bechara, E. 1999. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Bosque, I.; Gutierrez-Rexach, J. 2016. *Fundamentos de Sintaxis Formal*. Madrid: Akal.
- Brito, A. M. 2003. *Categorias sintácticas*. In *Gramática da Língua Portuguesa* (323-432). Lisboa: Editorial Caminho.
- Brito, A. M. 2009. *Construções de objecto indirecto preposicionais e não preposicionais: uma abordagem generativo-construtivista*. XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Textos Seleccionados. Lisboa: APL, 141-159.
- Brito, A. M. 2013. *Sobre a divisão de trabalho entre Léxico e Sintaxe – algumas reflexões*. Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos Seleccionados. Lisboa: APL, 103-119.

⁸⁵ Os sistemas tendem a suprimir redundâncias, contudo o argumento da economia linguística, muitas vezes avançado, não é uma verdade absoluta, pois pela observação diacrónica pode provar-se que há línguas que evoluem no sentido de uma maior complexidade.

- Bruyne, J. de. 1999. Las preposiciones. In Gramática Descriptiva de la Lengua Española (Vol. I, 658-703). Madrid: Espasa-Calpe.
- Chaves, R. P. 2013. Organização do léxico. In Gramática do Português (Vol. I, 185-246). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Chomsky, N. 1957. Syntactic Structures. The Hague: Mouton.
- Chomsky, N. 1965. Aspects of the Theory of Syntax. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Chomsky, N. 1970. Remarks on nominalization. In Readings in English Transformational Grammar (184-221). Washington, D.C.: Georgetown University Press.
- Chomsky, N. 1981. Lectures on Government and Binding. Dordrecht: Foris Publications.
- Chomsky, N. 1986. Knowledge of Language. New York: Prager.
- Chomsky, N.; Halle, M. 1968. The Sound Pattern of English. New York: Harper and Row.
- Cunha, C.; Cintra, L. F. 1984. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Lisboa: Sá da Costa.
- Dowty, D. R. 1990. Thematic proto-roles and argument selection. *Language* 67: 547-619.
- Duarte, I.; Brito, A. M. 1996. Sintaxe. In Introdução à Linguística Geral e Portuguesa, Série Linguística (247-302). Lisboa: Caminho.
- Edmonds, E. 1985. A unified theory of syntactic categories. Dordrecht: Foris Publications.
- Eliseu, A. 2008. Sintaxe do Português. Col. O Essencial sobre a Língua Portuguesa. Lisboa: Caminho.
- Faria, I.; Pedro, E.; Duarte, I.; Gouveia, C. 1996. Introdução à Linguística Geral e Portuguesa, Série Linguística. Lisboa: Caminho.
- Farias, J. G. 2016. Análise Composicional da Variação entre *a*, *para* e *em* em sentenças com verbos do tipo *ir* e *chegar*. In Estudos Linguísticos e Literários. <https://portalseer.ufba.br/index.php/estudos/article/view/18200>, acessado em 02.11.2020.
- Fillmore, C. 1968. The case for case. In Universals in Linguistics Theory. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Greenberg, J. H. (1963) 1996. Some universals of Grammar with Special Reference to the Order of Meaningful Elements. In Universals of Language (2.^a edição, 73-113). Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Grimshaw, J. 1979. Complement selection and the lexicon. *Linguistic Inquiry* 10 (279-326). Cambridge, MA: MIT Press.
- Gruber, J. 1965. Studies in Lexical Relations. Tese de doutoramento, MIT.
- Jackendoff, R. 1977. X-bar syntax: A study of phrase structure. *Linguistic Inquiry Monograph* 2 (xii, 249). Cambridge, MA: MIT Press.
- Jakobson, R.; Fant, G.; Halle, M. 1952. *Preliminaries to speech analysis*. Cambridge: MIT Press.
- Laguna, J. 2004. Gramática de las preposiciones. Actas del XV Congreso Internacional de ASELE. Universidad de Sevilla, 526-533.
- Lucero, M. V. 1999. Clases de partículas: preposición, conjunción y adverbio. In Gramática Descriptiva de la Lengua Española (Vol I, 565-655). Madrid: Espasa-Calpe.
- Marantz, A. 1984. On the nature of grammatical relations. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Mateus, M. H. M.; Brito, A. M.; Duarte, I.; Faria, I. H. 2003. Gramática da Língua Portuguesa. Lisboa: Caminho.
- Mendes, A. 2013. Processos de gramaticalização. In Gramática do Português (Vol. I, 249-293). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pesetsky, D. 1982. Path and Categories. Tese de doutoramento, MIT.
- Pustejovsky, J. 1998. The Generative Lexicon. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

- Raposo, E. B. P. 2013a. Estrutura da frase. In Gramática do Português (Vol. I, 303-398). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Raposo, E. B. P. 2013b. Verbos auxiliares. In Gramática do Português (Vol. II, 1221-1281). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Raposo, E. B. P.; Xavier, M. 2013. Preposições e sintagma preposicional. In Gramática do Português (Vol. II, 1497-1598). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sabio, J. A. 1991. Las preposiciones en portugues y en español: estudio contrastivo de la preposicion "A". Actas do VI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: APL, 291-305.
- Trujillo, R. 1971. Notas para un estudio de las preposiciones españolas. Thesaurus: boletín del Instituto Caro y Cuervo (Vol. XXVI, N.º 2, 234-279).
- Xavier, M. F. 1991. A categoria Preposição na gramática do português (um estudo da preposição *a*). Actas do VI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: APL, 317-329.